Processo de Revisão

planoDiretor

Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

Caeté

PRODUTO 7

DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DO MUNICÍPIO DE CAETÉ

DEZEMBRO/2017

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ

Processo de Revisão

planoDiretor

Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

PRODUTO 7

DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DO MUNICÍPIO DE CAETÉ

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAETÉ

DEZEMBRO/2017

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS GOVERNO DE TODOS

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais

Fernando Damata Pimentel

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR)

Carlos Moura Murta

Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte | ARMBH - Diretora-Geral

Flávia Mourão Parreira do Amaral

EQUIPE TÉCNICA | ARMBH

Coordenação - Diretor de Regulação Metropolitana

Mateus Almeida Nunes

Comissão Executiva

Camila Miranda Knauer

Fabiana Caroline Ribeiro Rocha

Júlia Monteiro de Castro Laborne

Sabrina Faria Rocha

Diretoria de Regulação Metropolitana

Daniel de Freitas Moraes Mendes

Adalberto Stanley Marques Alves

Fabrício Pallione Avelar

Marilda Siqueira Castro

Vitor Fonseca Lima

Viviane Cota Alves da Silva

Flavio Santos Neves

Roscelly Cristinne Lima Moreira

Gisele Olímpia Piedade Carneiro

Matheus Correa Almeida

Assessoria de Comunicação

Denise Walter Dias

Aloisio Soares Lopes

Maria Zita Toledo

Jéssica Nayara Benfica

Marina Cupertino Xavier

EQUIPE TÉCNICA | UFMG

Coordenação Geral

Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

Coordenação Técnica

Daniel Medeiros de Freitas, Professor, EA/UFMG

Geraldo Magela Costa, Professor, IGC/UFMG

Heloisa Soares de Moura Costa, Professora, IGC/UFMG

Rogério Palhares Zschaber de Araújo, Professor, EA/UFMG

Gerência Operacional

Mariana de Moura Cruz, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Lucília Maria Zarattini Niffinegger, Cedeplar/FACE/UFMG

Gerência Técnica

João Bosco Moura Tonucci Filho, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

Marcos Gustavo Pires de Melo, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Coordenação de Sistema de Informações e Comunicação

Eduardo Maia Memória, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Coordenação de Mobilização Social

Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, Consultor

Coordenação dos Lugares de Urbanidade Metropolitana

Clarice de Assis Libânio, Assistente de Pesquisa, NPGAU/UFMG

Coordenação Interna

Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima, Assistente de Pesquisa, UFMG

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Leandro de Aguiar e Souza, Assistente de Pesquisa, IFMG - Campus Santa Luzia

Luiz Felype Gomes de Almeida, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Equipe Técnica

Ana Mourão Oliveira, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

André Henrique de Brito Veloso, Assistente de Pesquisa, UFMG

Heloísa Schmidt de Andrade, Consultora.

Hildelano Delanusse Theodoro, Assistente de Pesquisa, EE/UFMG

Laís Grossi de Oliveira, Assistente de Pesquisa, UFMG

Leopoldo Ferreira Curi, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luciana Maciel Bizzotto, Assistente de Pesquisa, UFMG

Marcos Eugênio Brito de Castro, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Matheus Silva Romualdo, Assistente de Pesquisa, UFMG

Paulo Henrique da Costa, Assistente de Pesquisa, UFMG

Patrícia Cristina Coutinho Nardini, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Rodrigo Silva Lemos, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Thaís Mariano Nassif Salomão, Assistente de Pesquisa, UFMG

Tiago Neves Guerra Lages, Assistente de Pesquisa, UFMG

Estagiários

Alice Rennó Werner Soares, EA/UFMG

Alisson Henrique Couto, FACE/UFMG

Ana Carolina Machado Amoni Girundi, EA/UFMG

Ana Carolina Resende Mascarenhas, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

Ana Cecília Souza, Design/UFMG

Ana Flávia de Oliveira Porto Maia, GP/UFMG

Brendow de Souza Caldas Butinhol, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

Cintya Guedes Ornelas, EA/UFMG

Mariana Tornelli de Almeida Cunha, FAFICH/UFMG

Paulo Henrique Goes Pinto, IGC/UFMG

Pedro Henrique Heliodoro Nascimento, EA/UFMG

Pedro França Magalhães, FACE/UFMG

Pollyana Duarte de Oliveira Silva, IGC/UFMG

Taís Freire de Andrade Clark, EA/UFMG

Thaís Pires Rubioli, EA/UFMG

Thiago Duarte Flores, EA/UFMG

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar, EA/UFMG

Vivian Borges de Camargos, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE CAETÉ

Thomaz Henrique Moreira de Castro, Representante do Poder Executivo

Weber Leite Marchi, Representante do Poder Executivo

Júlio Cesar Batista, Representante do Poder Executivo

René Renault, Representante do Poder Executivo

João Carlos Costa, Representante do Poder Legislativo

Guilherme Gustavo e Sousa Rosa, Representante do Poder Legislativo

Marly Ferreira, Representante da Sociedade Civil

Ademir Martins Bento, Representante da Sociedade Civil

Melque Zedeck de Camargo Filho, Representante da Sociedade Civil

Túlio Pinheiro de Ornelas, Representante da Sociedade Civil

Higor Reyluer Franco Zacarias Leite, Representante da Sociedade Civil

Leandro dos Reis Rodrigues, Representante da Sociedade Civil

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEIS – Área Especial de Interesse Social

APA – Área de Proteção Ambiental

APE – Área de Proteção Especial

APP – Áreas de Preservação Permanente

ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

CEDEPLAR– Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

DER - Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais

EA/UFMG – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

EE/UFMG – Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais

EUA – Estados Unidos da América

FACE/UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

FAFICH/UFMG - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

FEC – Fundação Educacional de Caeté

GA – Grupo de Acompanhamento

GP/UFMG – Gestão Pública / Universidade Federal de Minas Gerais

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais

IGC/UFMG – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAC – Inventário do Patrimônio Cultural

IPEAD – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais

LUME – Lugares de Urbanidade Metropolitana

MZ – Macrozoneamento

MZP-1 - Macrozona de Proteção Ambiental 1

MZRMBH – Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

NPGAU/UFMG – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais

ONG – Organização Não Governamental

PD – Plano Diretor

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

PDRH - Plano Diretor de Recursos Hídricos

PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SECIR - Secretaria de Cidades e de Integração Regional

SRTM - Missão Topográfica Radar Shuttle

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TVA – Trama Verde Azul

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

ZAC-1 – Zona de Atividades Complementares 1

ZAC-2A – Zona de Atividades Complementares 2A

ZAC-2 – Zona de Atividades Complementares 2

ZAC-3 – Zona de Atividades Complementares 3

ZDA – Zona de Diversificação e Adensamento

ZDE-AGR: Zona de Diretrizes Especiais – Agroecologia

ZDE-AMB: Zona de Diretrizes Especiais – Ambientais

ZDE-GE: Zona de Diretrizes Especiais – Grandes Equipamentos

ZDE-MIN: Zona de Diretrizes Especiais – Mineração

ZDE-PAC: Zona de Diretrizes Especiais – Patrimônio Cultural

ZDE-REQ: Zona de Diretrizes Especiais – Requalificação

ZDE-ROD: Zona de Diretrizes Especiais – Rodovias

ZDE-ZIL: Zona de Diretrizes Especiais – Indústria e Logística

ZDEI – Zona de Desenvolvimento Econômico e Industrial

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZEIS-1 – Zonas Especiais de Interesse Social 1

ZEIS-2 – Zonas Especiais de Interesse Social 2

ZIM – Zonas de Interesse Metropolitano

ZP-1 – Zona de Proteção 1

ZP-2 – Zona de Proteção 2

ZP-3 – Zona de Proteção 3

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fala institucional de abertura da Agência Metropolitana 24

Figura 2 - Apresentação geral pela equipe da UFMG 26

Figura 3 - Mapa de Declividade de Caeté 75

Figura 4 - Mapa de Fragilidade Geológica de Caeté 76

Figura 5 - Mapa de Interesse Ambiental de Caeté 77

Figura 6 - Mapa Síntese de Restrições à Ocupação em Caeté 78

Figura 7 - Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano - Caeté 80

Figura 8 –Detalhe da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano 81

Figura 9 –Detalhe da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano 82

Figura 10 –Proposta Preliminar de Hierarquização Viária – Caeté 85

Figura 11 –Proposta Preliminar de Reestruturação Viária – Caeté 86

Figura 12 –Propostas Preliminares da Trama Verde Azul – Caeté 89

Figura 13 - Proposta Preliminar de Zoneamento Municipal 93

Figura 14 - Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal 94

Figura 15 - Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal – detalhe 95

Figura 16 - Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal – detalhe 96

Figura 17 - Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal – detalhe 97

Figura 18 - Macrozoneamento em Caeté 98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de participação quantitativa 53

Tabela 2 - Categorias de vias para reestruturação viária 83

Tabela 3 – Elementos que compõem a Trama Verde-Azul 88

Tabela 4 - Categorias de Zoneamento 91

Tabela 5 – Categorias de sobrezoneamento 92

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **17**

PARTE 01 – LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS **20**

1 INTRODUÇÃO 20

2 RELATO DAS SEGUNDAS AUDIÊNCIAS LOCAIS PARTICIPATIVAS 23

2.1 Apresentação Inicial 23

2.2 Registro das discussões do Grupo 01 27

2.3 Registro das contribuições do Grupo 02 35

3 RELATÓRIO DESCRITIVO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 49

3.1 Processo Participativo e o suporte da Mobilização 49

3.2 Relato da Mobilização da Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares 51

3.3 Dinâmica e Programação da Oficina 52

3.4 Participação Quantitativa e Qualitativa 53

4 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO 55

4.1 Reuniões do Grupo de Acompanhamento 56

4.2 Meios de divulgação e mobilização adotados 60

4.3 Principais atores sociais convocados 60

4.4 Funcionamento do Espaço Plano diretor 60

4.5 Avaliação e considerações gerais 61

5 SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS 62

5.1 Caracterização Geral do Território Municipal 62

5.2 Acessibilidade 64

5.3 Seguridade 65
5.4 Sustentabilidade 67
5.5 Urbanidade 69
PARTE 02 – DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL 71
1 DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL 73
2 ELEMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL 75
2.1 Mapeamento das restrições à ocupação 75
2.2 Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano 78
2.3 Propostas preliminares de classificação e reestruturação viária 82
2.4 Propostas preliminares da Trama Verde-Azul 86
2.5 Proposta preliminar de zoneamento 89
2.6 Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano 97
ANEXO I – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO 100
ANEXO II– LISTA DE PROVIDÊNCIAS PARA ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA DA OFICINA 101
ANEXO III – MATERIAL GRÁFICO DE APOIO À MOBILIZAÇÃO 102
ANEXO IV– PROGRAMAÇÃO DA OFICINA 104
ANEXO V – LISTA DE CHAMADAS – OFICINA 105
ANEXO VI – LISTA DE CHAMADAS – ENCONTROS GA 114
ANEXO VII – REGISTROS FOTOGRÁFICOS 123
ANEXO VIII – DIVULGAÇÕES FEITAS PELO MUNICÍPIO 127
APRESENTAÇÃO OFICINA DE DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES 129

APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde ao cumprimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, especificada pela Cláusula Terceira do Contrato Nº 002/2016 firmado na data 10.10.2016 entre a Contratante, Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, e a Contratada, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD.

Em cumprimento à Cláusula Sétima do Contrato Nº 002/2016, a Contratada, faz conhecer e entregar o **Produto 7 – Diagnóstico Síntese –** referente ao Processo de Revisão do Plano Diretor do Município **CAETÉ**, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato nº 002/2016 e o Termo de Referência – TR-DR Nº 002/2016 anexo ao Contrato supracitado.

O **Produto 7**, de acordo com o TR-DR Nº 002/2016 faz parte da Etapa 2, Diagnóstico propositivo participativo, do objeto contratado conforme a Cláusula Primeira e Terceira do Contrato Nº 002/2016 no intuito de realizar as atividades previstas e acordadas na página 25, itens 2.7 e 2.8, da TR-DR Nº002/2016:

> **2.7.** Preparação e sistematização do material para a segunda oficina local participativa com a apresentação preliminar do diagnóstico-síntese e com definição coletiva de diretrizes para a proposta de reestruturação territorial (sistema viário principal, áreas adensáveis, áreas de proteção, delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais, áreas que serão utilizadas para infraestrutura: sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda, a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social, centralidades, áreas para agricultura, etc.);

> **2.8.** Elaboração do relatório final do diagnóstico propositivo que inclui as diretrizes pactuadas da proposta de reestruturação urbana e a avaliação final em relação às discrepâncias, convergências e necessárias ou possíveis adequações em relação ao Macrozoneamento Metropolitano;

Os requisitos para desenvolvimento, entrega e aceitação do **Produto 7** foram detalhados na página 29 da TR-DR Nº002/2016, nos seguintes termos:

> Critério de aceitação: Relatório contendo a síntese das leituras técnicas e comunitárias, relato das segundas audiências locais participativas, relatórios das diretrizes para as propostas de estrutura urbana pactuadas em audiências locais com base nas leituras técnicas e das leituras comunitárias, e mapeamento básico contemplando: demarcação do novo perímetro urbano; delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; diretrizes específicas ê de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana; diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do património histórico e cultural. O Relatório deverá conter, ainda, análise das adequações e compatibilizações entre as propostas territoriais municipais e as propostas do Macrozoneamento.

Desse modo, com a finalidade de atender os termos do Contrato Nº 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR Nº002/2016, esclarece-se, conforme delineado na Nota Metodológica (Item 2), que a elaboração da estrutura deste Produto orientou-se pelos princípios metodológicos apresentados no Produto 3, sobretudo com foco na coerência entre as leituras comunitárias e técnicas e suas possíveis articulações com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A estrutura deste Produto 7, portanto, relaciona os conteúdos exigidos e pactuados no âmbito do Contrato Nº 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR

Nº002/2016 supracitados à potencialidade transdisciplinar dos estudos temáticos, conforme proposto pelo PDDI-RMBH (2011).

Destarte, no intuito de atender os termos do Contrato Nº 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR Nº002/2016, entrega-se o Produto 7 do Município de Caeté com todos os itens relacionados acima organizados e dispostos nesta forma:

- PARTE 01 – Leituras técnicas e comunitárias
- PARTE 02 – Diretrizes de estruturação territorial

PARTE 01 – LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos abaixo os registros da *Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares*[1]*,* os elementos para sua execução e a síntese compilada a partir das leituras técnicas e comunitárias, apresentada durante a audiência pública.

O principal objetivo dessa oficina foi apresentar e discutir o diagnóstico síntese preliminar e levantar as principais questões de relevância no contexto municipal de forma a criar um Diagnóstico Propositivo Participativo e a partir dele elaborar, em conjunto, diretrizes preliminares que subsidiaram propostas de reestruturação territorial. A metodologia utilizada nessa oficina acompanhou a estrutura e a experiência das oficinas realizadas pela UFMG ao longo da realização do PDDI-RMBH e do MZ-RMBH e do próprio processo de Revisão de Planos Diretores, adaptada à especificidade do município e da participação e envolvimento local.

Além dos momentos formais da audiência pública, explicitados no relatório de mobilização na Parte 01, a dinâmica proposta se dividiu em duas etapas de trabalho: um primeiro momento de apresentação do diagnóstico síntese, realizado em plenária com todos os presentes, seguido de um segundo momento de roda de conversa, dividindo os participantes em dois grupos com focos específicos. As discussões de cada roda de conversa foram balizadas por um conjunto de "questões instigadoras" elaboradas de acordo com o diagnóstico síntese municipal, que se repetiam para os dois grupos, mas eram expostas em ordens invertidas, de acordo com o foco de cada um deles.

---

[1] Utilizamos, no decorrer do produto, tanto o título completo da oficina, respeitando o Termo de Referência e o Edital de Convocação de Audiência Pública, como também sua versão reduzida: *Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares*, título simplificado adotado pela equipe nos convites informais e na apresentação da oficina.

A ideia de expor as perguntas em ordens opostas era garantir que cada grupo discutisse mais detidamente as questões de relevância para o foco do grupo (visto que as primeiras perguntas são normalmente debatidas com mais tempo e afinco do que as são apresentadas por último) mas que ao mesmo tempo pudessem passar por todas as questões referentes à estruturação territorial local. Listamos abaixo as perguntas elaboradas para o município de Caeté, frisando que para o grupo cujo foco era a dinâmica territorial, as perguntas foram apresentadas de 1 a 5, e para o grupo focado na discussão da Trama Verde-Azul as perguntas foram expostas de 1 a 5:

1. Que diretrizes e políticas podemos pensar para controlar a expansão urbana? Como podemos melhorar a urbanização e garantir infraestrutura para áreas em crescimento? Como lidar com a irregularidade fundiária?

2. Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local para além da mineração? É possível pensar em áreas do município voltadas para o desenvolvimento econômico?

3. Como promover e melhorar a integração municipal de Caeté, principalmente entre os diversos distritos? Como priorizar e melhorar o deslocamento por bicicleta, a pé, e de pessoas com mobilidade reduzida, principalmente na sede municipal?

4. Quais diretrizes podem ser pensadas para o desenvolvimento do espaço rural? Como fortalecer a produção local, turismo, patrimônio e cultura?

5. Que políticas e áreas de preservação ambiental são importantes para o município? Quais as orientações para a construção da Trama Verde e Azul? Como estabelecer condições e valorações para o produtor de água, sobretudo nas sub-bacias dos seguintes cursos d'água: Ribeirão Ribeiro Bonito, Córrego da Pimenta, Ribeirão Comprido, Ribeirão Juca Vieira, Córrego Caeté, Rio Vermelho?

Como de costume, cada roda de conversa contou com a moderação de no mínimo três membros da equipe técnica: um coordenador, que conduzia as discussões; um auxiliar, que dessa vez centralizou o trabalho de intervenções no mapa; e um relator, que registrava textualmente o conteúdo e autoria das falas dos participantes. Cada um dos grupos foi provido com um conjunto de mapas que incluíam mapas de trabalho e mapas de informações auxiliares. Esses mapas foram preliminarmente preparados pela equipe de Geoprocessamento da UFMG e impressos exclusivamente para fins de utilização nesta Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares.

Como havia nessa etapa de trabalho uma preocupação específica com a criação de diretrizes que não se detinham apenas à territorialidades um foco maior foi dado aos momentos de reflexão e síntese de forma a gerar pelo menos uma diretriz a partir de cada questão instigadora. O resultado desta oficina será apresentado na Parte 02 deste produto, juntamente com a proposta preliminar de estruturação territorial de Caeté.

2 RELATO DAS SEGUNDAS AUDIÊNCIAS LOCAIS PARTICIPATIVAS

Segue abaixo um relato da Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares, dividido no registro da apresentação inicial, realizada em plenária, e dos grupos de trabalho que se seguiram.

2.1 Apresentação Inicial

A audiência tem início com a fala do representante da UFMG, Rodolfo Cascão, que faz uma breve fala de acolhida aos presentes e logo em seguida passa a palavra para Maria Emília, vice-prefeita de Caeté, para que a mesma proceda com a abertura da Segunda Oficina de Diagnóstico Síntese.

A vice-prefeita Maria Elisa dá as boas vindas a todos os presentes. Comenta com surpresa a baixa audiência dessa oficina, que não condiz com o histórico de Caeté nos outros momentos de oficinas e de mobilização, bem como não reflete os esforços para a ampla divulgação do evento. A vice-prefeita reitera que embora os presentes fossem menos do que o esperado inicialmente, tem convicção de que a reunião será produtiva e por isso agradece a presença de todos. Em seguida, a Sra. Maria Elisa contextualiza o projeto de revisão do plano diretor de Caeté e explica as etapas já passadas. Termina dando boas vindas para os presentes, agradece a presença de todos e dá início aos trabalhos.

O Sr. Rodolfo Cascão retoma então a palavra e pede para que o grupo de acompanhamento se apresente. Seguido da apresentação dos membros do GA, Cascão pede para que os demais participantes se apresentem, e por fim pede que se levantem e se identifiquem os membros da equipe de trabalho da UFMG. Depois de todas as apresentações, Cascão chamou à frente o representante da Agência Metropolitana, Mateus Almeida.

O Sr. Mateus Almeida saúda os presentes e logo em seguia inicia sua apresentação, que em linhas gerais descreve o que é um Plano Diretor; de onde vem a obrigatoriedade de sua execução (Estatuto da Cidade, 2001) e quais são suas principais fragilidades e potencialidades.

Figura 1 - Fala institucional de abertura da Agência Metropolitana

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Sobre as fragilidades dos planos diretores, o Sr. Mateus Almeida cita as divergências entre os planos e a real capacidade institucional, organizacional, tributária e técnica dos municípios para executar esses planos. Além disso, acredita que a falta de paridade nos conselhos, bem como sua pouca atividade. Nesse sentido, ressalta a possibilidade de que os próprios integrantes dos Grupos de Acompanhamento venham a compor e fazer parte desses conselhos, aproveitando a carga de conhecimento já adquirida pelos mesmos.

As lacunas entre os Planos Diretores e as legislações correlatas que são constantemente modificadas pelo executivo e pelo legislativo também são citadas como uma fragilidade no processo de implementação do Plano Diretor Municipal. O Sr. Mateus Almeida reitera a crença de que os Planos em sua maioria são

lúdicos e com baixa aplicabilidade, e aponta para detalhes de redação que podem enfraquecer o plano diretor. Finalmente, cita como uma ultima fragilidade as dificuldades de determinação e regulação das Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS).

Como potencialidades, o Sr. Mateus Almeida levanta, primeiramente, as possibilidades de cada nova exigência do Plano gerar uma nova demanda, que poderiam entre outros efeitos, diversificar a economia municipal. Cita como exemplo a obrigatoriedade de plantio de árvores em troca da certidão de baixa de construção ou do habite-se; ou isenções fiscais para comerciantes que comprem de produtores locais, fomentando as atividades agrícolas da região. Em seguida, comenta as possibilidades de consolidar um território urbano mais coeso e compacto com a definição da expansão do perímetro urbano, que deve ser feita de acordo com as capacidades municipais.

Depois da apresentação do Sr. Mateus, Rodolfo Cascão retoma a palavra e explica a programação para o restante da noite, que consiste em uma apresentação por parte da equipe técnica, um momento de debate em grupo, e depois o retorno para uma breve conclusão das discussões na plenária final. Programação apresentada, Cascão passa a palavra ao Sr. Leandro Aguiar, para que o mesmo inicie a apresentação do diagnóstico síntese elaborado pela equipe do Plano.

Leandro começa a apresentação expondo o cronograma geral do projeto. Ele explica inicialmente as etapas passadas, e as discussões já contempladas pelo projeto, reforça em seguida as metas e objetivos da etapa atual do trabalho e ao final apresenta igualmente as etapas futuras do processo de Revisão do Plano Diretor de Caeté.

Em seguida, apresenta os eixos temáticos integradores resgatados do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado: : seguridade; sustentabilidade; urbanidade e acessibilidade, atravessados por duas dimensões estruturantes: a territorialidade e a institucionalidade. Leandro explica resumidamente o que se

entende por cada um desses eixos, e dá alguns exemplos do que eles podem envolver. Por fim, ele ressalta que os eixos serviram como balizadores para o diagnóstico-síntese do município, que foi apresentado em seguida.

Figura 2 - Apresentação geral pela equipe da UFMG

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Para os eixos da seguridade e da sustentabilidade, Leandro apresenta os principais conflitos encontrados no diagnóstico de Caeté, que envolvem entre outros, a produção agropecuária e o abastecimento de água em algumas regiões específicas do como Ribeiro Bonito e Rancho Novo, o percentual elevado do município que se insere em áreas de baixo e médio risco geológico, o impacto das atividades minerárias nos recursos hídricos de forma geral, e a falta de conexão entre as principais estruturas turísticas do município (na região da Serra da Piedade) e o desejo do município em desenvolver seu potencial turístico de forma ampliada.

Para os eixos de acessibilidade e urbanidade, foram apresentadas as seguintes questões, levantadas no diagnóstico da equipe da UFMG: núcleos urbanos fragmentados pelo território, grandes áreas ocupadas por chacreamentos e áreas

de fragilidade urbanística concentradas na porção sul da sede, além da generalização de problemas relacionados à irregularidade fundiária, principalmente na área rural. Por outro lado, o diagnóstico aponta para uma boa diversidade e quantidade de equipamentos, mesmo que concentrados na porção norte do município, e pro potencial de desenvolvimento de articulação metropolitana no eixo leste e sul de Caeté, ligando o município com Nova Lima, Raposos, Sabará e Taquaraçu de Minas.

Depois da apresentação do diagnóstico síntese, o Sr. Leandro apresentou as questões que iriam balizar as discussões em grupo, específicas para as principais questões identificadas em Caeté. O Sr. Leandro Aguiar explicou a divisão entre os grupos, e a ordem das questões para cada um deles, e em seguida, as pessoas se encaminharam para o debate , se distribuindo entre os dois grupos de acordo com a foco da discussão de interesse de cada um.

2.2 Registro das discussões do Grupo 01

Pergunta 1

Liliane – o grupo de estudos já chegou a alguma conclusão, se o município tem carência de áreas para urbanizar?

Leandro – há demanda para expansão urbana na sede, Penedia e Roças Novas. Há duas questões quanto a sede: escassez hídrica para o contingente já existente e os morros que circundam, relevantes hidricamente, histórica e ambientalmente.

Liliane – Essa demanda é localizada num tipo específico de classe social?

Leandro – Sede no Norte, classes médias e medias altas. No Sul classes baixas. Em Roças Novas classe média.

Liliane-Tem o empreendimento residencial Carmelo de classes mais baixas. A intenção é fazer regularização fundiária, não tem conhecimento para ajudar as

demais questões. Há a ideia de levar para uma área da cidade uma expansão mais completa, a exemplo do Alphaville?

Leandro – em discussão. Potencialidade: Roças Novas pela integração com a BR-381.

Ademir – Situação delicada em Roças Novas: distrito que em princípio seria área rural, tem área urbana dentro. A dificuldade: a ilegalidade se sobrepôs, na maioria dos casos houve chacreamento e consórcios. A preocupação é legitimar o que foi construído de forma irregular sem abrir o precedente para que ocorra novamente. Sugestão: transformar em área urbana.

Santa Luzia está emendando com Ravena na ilegalidade, sem balanço hídrico, saneamento não planejados.

Frederico – SAAE não pode distribuir água em zona rural, há casos de loteamento e venda de lotes com água. Foi liberado quando eram poucos mas hoje já são 26. Vai fazer uma rede e distribuir água, mas é área rural e o SAAE não pode distribuir. É preciso ter alteração de perímetro (Córrego da Bomba).

Sérgio Vereador – Receberam na Câmara a solicitação revogação da lei de expansão da área urbana, que dobra a área urbana no município. Gerou grande discussão na Câmara. E os empreendimentos que foram aprovados entre a lei e sua revogação? Já há nova delimitação da expansão? Perguntou para se informar pois não sabe responder a todas essas questões. De toda a forma está ciente que a lei tem que ser revogada, mas é preciso enriquecer a discussão com os demais vereadores.

Ademir – Na administração passada fiz o questionamento quando a legitimidade dessa expansão urbana. Sugeriram, à época que fossem feitos recortes. Não foram feitos estudos. Existia a ocupação rural que virou um loteamento (Funil), toda irregular. O município tem obrigação de ofertar os serviços públicos.

Leandro – Já temos discutido regularização fundiária de Caeté na Agência, já foi feita discussão com o grupo de acompanhamento sobre os instrumentos de

regularização e dos parcelamentos existentes, entende que precisa primeiramente garantir boas condições e estrutura de equipamentos urbanos, que vão contribuir com a estruturação do espaço e desses loteamentos.

Mateus Agência – Toda a questão que tem acontecido em relação a essa lei se relaciona com o desastre ambiental de Teresópolis em 2011, um deslizamento aconteceu em área de risco geológico que o município não sabia. Assim, os municípios têm que conhecer seu território (artigo 42B), devem ser feitos estudos para conhecimento do território antes de ampliação do perímetro. Caeté aprovou esta lei (3040/2016) e ela não tem validade. Se a lei foi aprovada no fim do ano e já tem obra correndo está tudo errado. O rito processual desse tipo de projeto é passar pela ARMBH e não ser aprovado pois descumpre o 42B. Falta mais da metade da legislação. A resposta jurídica para isso é a revisão do plano diretor. Se a área estará de novo na ampliação, quem decide é o município. Todas as concessões que foram feitas com base nessa legislação estão erradas, é caso de chamar o Ministério Público. Nem os cartórios poderiam autorizar.

Sérgio – Foi ao cartório e a justificativa era que se existe a lei, eles aprovam. Querem conversar com a Agência para esclarecer essa questão. Mateus se disponibilizou a conversar com os vereadores.

Ademir – Essa questão trata de pressão política.

Leopoldo – Ademir e demais, vocês têm alguma ideia de diretriz para esse momento? Se a cidade deve crescer, para onde?

Ademir – O que estamos vendo é que o solo aparentemente é frágil. Como fazer uma movimentação enorme de terra no local, e se houver um carreamento? Tem estrada improvisada no topo do morro redondo. Isso vai criar uma situação erosiva nas chuvas sem precedentes.

Mateus – Se estudasse o 42B o município até comprovaria que esta área não pode ser ocupada (morro redondo).

Wanderlei – Primeiro tem que olhar a localização e a densidade dos lotes, Todos nosso loteamentos, que estamos tentando regularizar. Tem água, luz, asfalto, meio-fio, drenagem superficial, área verde.

Liliane – única coisa que não conseguimos regularizar é o tamanho da rua. Não pensamos no passeio pois era na área rural, não pensamos em passeio.

Leandro – Problema mais sério desse empreendimento de vocês é a largura da via, podemos verificar se conseguem estabelecer uma faixa de passeios. Não precisamos entrar no detalhe agora, já debatemos esse assunto com o GA. Vamos tentar localizar nos mapas.

Liliane – Querem regularizar e pensar para ter o controle da expansão.

Frederico – Direção para o crescimento do município: porção leste no sentido de Antônio dos Santos. Limitado ao Sul por Morro Vermelho e ao norte pelo Quadrilátero. Os ribeirões e mananciais significativos nascem no complexo Caeté (guinais).

Pergunta 2

Leandro – A extração mineraria é relativamente baixa

Ademir –Sobre o Complexo de Roça Grande : Estão fazendo pesquisa em minas subterrâneas, acho que o resultado não está sendo satisfatório. Afetou a vazão do Ribeiro Bonito, Ribeiro Caeté.

Frederico – É uma mina que não produz mais, mas não vão sair de lá. Fica uma grande estrutura.

Ademir – Atingiram reservatório subterrâneo de agua e bombeiam para abastecer Barão de Cocais. Prejudicam a vazão do Ribeiro Bonito que abastece 70 por cento de Caeté.

Leandro – Chamou atenção para o projeto do Gandarela

Melque – O que a gente quer para Caeté? Queremos receber a mineração ou o turismo. Nosso potencial é mal explorado. A cidade não tem como receber as pessoas que chegam para a Serra da Piedade. Vejo grande potencial para turismo. A população quer? Temos que trabalhar a cidade para isto.

Leandro – Citou o Tauá também.

Melque – No Tauá a pessoa não sai. Agora os visitantes da Piedade podem ter curiosidade de ver o grande patrimônio, há obras do Aleijadinho

Ademir – Desafio: é preciso estabelecer uma política de desenvolvimento para a área rural. Não vejo outra alternativa a não ser mudar a cabeça do artesão para trabalhar num sistema cooperativista. O conflito de água está exatamente na área dos horticultores que trabalham isoladamente. Se se associassem ia ser mais interessante e econômico, teriam acesso a linha de crédito. Com o excesso de água os nutrientes das lavouras se perdem. Se avaliarmos hoje e projetarmos Caeté para 10 anos morreremos de sede se não protegermos os mananciais altos, como o Ribeirão da Prata que está no Gandarela. Caso contrário opções: ribeirão da prata, rio conceição em Brumal ou bombear água de Taquaraçu.

Todos os córregos daqui já tem vazão pequena. Com o eucalipto e a pesquisa mineral já foi diminuído. Não adianta fazer um grande reservatório, de onde vai vier a água? Fiz um projeto de seminário anual de desenvolvimento rural para os produtores chegarem em acordo de como caminhar. Comentou do assunto da cura do queijo, que vem da serra do salitre. É preciso fazer um trabalho de conscientização.

Leandro – Queijo entre serras já é uma realidade, ainda incipiente. Já há 5 produtores cadastrados produzindo em caráter experimental. Seria interessante criar uma política de incentivo para certificar o queijo.

Ademir – É preciso certificar esse queijo. Não adianta. Uma das saídas seria fortalecer a agricultura e os pequenos produtores.

Café por exemplo pode ser uma saída ao invés do eucalipto. O produtor rural é assediado pelas imobiliárias para vender as terras. Como trabalhar assim? É preciso fazer uma política de desenvolvimento para a área rural.

Frederico – Deve haver um sistema para convergir todos esses produtos, como um mercado.

Melque – Turismo demanda bastantes empregos, para que cresça a cidade, o rural e a cadeia de serviços, juntamente.

Leandro – A própria cultura pode ser um fomento ao turismo, conhecer a produção do queijo, etc.

Frederico – Há uma fábrica de bonecas, que são exportadas. Muita gente não sabe que ela é feita aqui. Falta a divulgação e o mapeamento desses produtos típicos, um cadastro.

Ademir – Morro Vermelho produz o Queijão, um doce de leite que vai cozinhando, tudo que produz vende, mas poucos conhecem. É preciso divulgar. Na serra da Canastra tinham o mesmo problema, mas meia dúzia de pessoas acreditou na proposta só Sebrae e começou a curar o queijo. Hoje os turistas vão a casa do produtor. Trouxeram um pessoal de São Paulo que provou o queijo.

A administração pública quase toda não aceita o Sebrae, acham que a administração paralela, isso mata o desenvolvimento.

Temos que partir para uma valorização do produtor rural, associativismo e cooperativismo.

Leopoldo – Há a questão do patrimônio e da política de desenvolvimento dos produtores. Duas questões conjugadas, que vão de encontro com a trama verde azul, ideia de conectar as áreas culturais e ambientais

Pergunta 3

Leandro – podemos sonhar com o transporte ferroviário, mas observando as políticas ele está distante.

Melque – As pessoas falam muito sobre essa possível volta.

Ademir – Tentou uma parceria com Santa Barbara, Barão de Cocais e Catas Altas para trabalhar uma proposta regional. Trabalhou no PDDI e na proposta de mobilidade tinha a ideia de recuperação da malha ferroviária. O governo queria fazer parceria público privada.

Os três trens que iam e voltavam todos os dias marcaram o cidadão que presenciou.

Não seria interessante procurar a Vale? Assim poderia criar um trem misto, esvaziar a 381.

Seria interessante discutir Plano Diretor com as cidades que estão no mesmo eixo. Há uma ONG Amigos do Trem que recupera malhas ferroviárias.

Leandro – Parceria Público Privada é perigosa para a ideia, que não vingaria.

Ideia do Ademir é mais sofisticada, trazer o capital produzido para que essas empresas viabilizem um tipo de transporte misto.

Liliane – A empresa na hora de fazer parceria poderia se atrair por uma isenção de tributação.

Melque – A empresa só entra se tiver lucro.

Leopoldo retomou a pergunta

Sérgio –Sede- Penedia - Roças Novas pela questão da 381 e do Tauá.

Sede – Morro Vermelho

Melque – Caeté - Antônio dos Santos – Barão de Cocais

Sede - Rancho Novo (muitas pessoas vão trabalhar em BH, vai ligar à Barão e Santa Barbara para os trabalhadores, para onde não tem ônibus pela condição da estrada)

As duas vias possibilitam escoamento turístico e minerário.

Ademir – existe a discussão de pavimentar Caeté – Barão de Cocais (só que carretas passariam pelo centro histórico) e de ligar Caeté a Raposos por Morro Vermelho.

A proposta é criar uma alça para aliviar o trânsito intenso no centro da cidade. Levar a demanda para o DER.

Leopoldo – Há a possibilidade de coibir o tráfego de caminhões no centro da cidade. É preciso procurar uma solução em conjunto com as empresas.

Ademir – Entre Caeté e Belo Horizonte a polícia rodoviária não para ninguém. Da mina córrego do sítio, de minério a céu aberto saem 4 ou 5 carretas pelo centro da cidade.

Alessandra Anglo Gold – tem mineração aberto e subterrâneo também.

Ademir – Jaguar começou a passar com minério dentro da cidade, até que por pressão política passou por fora.

Pergunta 4

Já foi contemplada na questão 2

Pergunta 5

Ademir – Agencia nacional de aguas tem a proposta de remunerar o produtor de água rural, inclusive o pequeno produtor. Extrema no Sul de Minas é referência.

Saiu na discussão do subcomitê a anglo teria que recuperar vários KM de mata nativa a partir de um TAC.

IEF pode dar uma ajuda.

Frederico SAAE – O problema de abastecimento é escassez de água, pastagens, eucalipto e desmatamento. É preciso mostrar ao produtor que ele está desvalorizando o próprio terreno. O poder público pode fazer essa parceria nesse processo de conscientização. Os produtores não têm interesse em reflorestar. São desmatamentos antigos em áreas sem uso que influenciam a recarga das nascentes. Dar insumos ao proprietário e mostrar que ele vai se beneficiar com isto.

Leopoldo - o que vamos fazer daqui para frente com as nascentes e com o que ficou? Fazer um estudo de onde estão e dos responsáveis. Verificar caso a caso. Para proteção futura estabelecer essa possibilidade de incentivo para quem vai proteger.

Frederico - Dantas e Descoberto tem quatro micro bacias, de onde vem a maior parte da ´agua nas chuvas. Não pode mexer lá.

Sergio – alagamento para represa é uma possibilidade. É preciso fazer um estudo técnico para ver a viabilidade.

Frederico – Discorda do alagamento, há outras formas de abastecimento menos invasivas. Cabe uma revisão da delimitação das APAs.

Leandro – fechou a roda de conversa com as considerações finais.

2.3 Registro das contribuições do Grupo 02

O Sr. Rodrigo Lemos dá início à dinâmica apresentando as perguntas norteadoras, os mapas de trabalho onde deverão ser registradas as respostas e as informações coletadas dos presentes e os mapas auxiliares, que servem de

consulta para o grupo. Explicada a metodologia de trabalho nessa rodada de oficinas, Rodrigo apresenta a primeira questão para dar início às discussões:

Quais políticas e áreas de preservação ambiental são importantes para o município? Quais as orientações para a construção da Trama Verde Azul? Como estabelecer condições e valorações para o produtor de água sobretudo nas sub-bacias dos principais cursos d'águas?

Logo de saída, o Sr. Rodrigo Lemos relembra e reforça a centralidade da temática da água em todas as discussões feitas até hoje no município, e a importância dessa pergunta para direcionar que tratamento a questão dos recursos hídricos deve receber nas próximas etapas do projeto.

A vice-prefeita Maria Cecilia começa sugerindo a Serra da Piedade, como área de preservação de importância para o município e também de interesse para a TVA.

A Sra. Fernanda, que faz parte do GA, sugere a regulamentação da proteção dos principais cursos d'águas, que foram identificados mas ainda não foram regulamentados.

Transformando as discussões que se seguiram com respeito à proteção/preservação dos cursos d'água de Caeté em diretriz, o Sr. Rodrigo propõe a regulamentação no Sistema Nacional de Unidades de Conservação das áreas de preservação ambiental do município.

Rodrigo ressalta que os morros de Caeté também foram outro tópico recorrente durante as oficinas, e pergunta o que pode ser proposto com relação à esses morros.

Os presentes citam o Morro do Serrote, e sugerem que sejam criados instrumentos de preservação para a área desse Morro em específico, e também para proteção de recarga hídrica do mesmo.

Rodrigo propõe que o grupo tente listar todas as áreas de APAS do município, que poderiam servir para atualização das APAs já demarcadas no território. São

citadas pelos presentes as APAs Ribeiro Bonito, Juca Vieira, Águas da Serra, Pedra Branca, Agua Limpa, Descoberto.

A Sra. Fernanda fala da potencialidade da ligação entre a Serra do Gandarela, com o Morro Vermelho e com o a sede do município. Essa ligação poderia fomentar a integração entre o turismo ecológico já presente na Gandarela e as atividades culturais de Morro Vermelho.

Na parte Leste, a Sra. Maria Cecilia cita o Parque Canela de Ema e Ribeiro Bonito, afirmando que tal parque já tem uma infraestrutura turística relevante e que contudo se encontra subaproveitada.

O Sr. Rodrigo, num esforço de síntese traduz essas e outras contribuições paralelas sobre os morros de Caeté na seguinte diretriz: *Articular a região da Canela de Ema (Serra do Garimpo, marcada no mapa) em eixo de turismo, aproveitando o patrimônio natural como elemento para instituição da Trama Verde Azul*

O Sr. Roberto pede a palavra para reforçar que nessa região do Canela de Ema já tem muitas atividades, principalmente de ecoturismo e de turismo de aventura, mas que a área é muito mais visitada por pessoas de fora do que por caeteenses. Poucas pessoas de Caeté conhecem e aproveitam do local. Roberto aproveita para falar da rodovia BR-381, que se encontra em situação deplorável, e sugere que a conexão do município com Barão de Cocais e com a Serra do Caraça seja fortalecida por meio de melhorias na rodovia.

A Sra. Maria Cecilia acha que as discussões deveriam se focar nas propostas para as áreas de Caeté, e não expandir demais as áreas de discussão, pedindo então que se retomasse o foco da primeira questão.

Para aproveitar as discussões a respeito da conectividade entre as áreas turísticas de Caeté, o Sr. Rodrigo Lemos propõe como síntese à questão: *A conexão de Caeté com Barão de Cocais que já existe, poderia cumprir parte da função de conexão e integração dentro do contexto da TVA* .

O Sr. Alexandre cita a gastronomia como uma questão pouco explorada no município. Ele acredita que o atrativo gastronômico é fundamental para atrair os turistas, e que isso falta em Caeté. Cita como exemplo a cidade de Tiradentes. Acha que Caeté precisa buscar na gastronomia, formas de incentivar investidores locais, para fomentar a atividade turística na área.

Ao perguntar sobre quais alimentos/comidas/pratos são típicos de Caeté , a Sra. Fernanda e o Sr. Leandro citaram os bolinhos de feijão.

Ao final, o Sr. Rodrigo propõe como diretriz síntese para a questão da gastronomia: *Criar/fomentar uma infraestrutura geral para atividades turísticas na sede de Caeté.*

O Sr. Roberto reitera que a atividade turística precisa começar a ser difundida e fomentada com as crianças. Mas a discussão é mais uma vez redirecionada para as questões territoriais, voltando à discussão a conexão entre TVA e os municípios do entorno.

A Sra. Laís, integrante da equipe da UFMG. pede para que os presentes ajudem a territorializar qual seria o eixo de ligação entre Caeté e Barão.

O Sr. Thomaz acredita que essa conexão que seria a Estrada Entre-Serras, mas fala da possibilidade de asfaltamento dessa estradas que chegam até Barão de Cocais. Com esse asfaltamento, é preciso ficar atento às dinâmicas da especulação e da valorização imobiliária na área e os impactos áreas de interesse imobiliário. Se o objetivo é a preservação e o interesse ecológico, é preciso pensar em medidas de proteção.

O Sr. Roberto acredita que Caeté não comporta mais crescimento, afirma que não é possível crescer mais. É possível ser consciente do que Caeté é hoje e o que é preciso preservar no território.

Sobre a preservação das áreas de interessa ambiental, o Sr. Carlos fala da necessidade de preservar as áreas de nascente, protegendo os pontos de nascente com cercamento, mantendo as matas ciliares e criando pequenas

barragens nos talvegues, retendo água no subsolo do seu território. Ele sugere que sejam criados programas de incentivo para esses tipos de técnicas.

A Sra. Maria Emília diz que para efetivação, essas técnicas precisam prever incentivos fiscais aos proprietários. ‘

O Sr. Alexandre fala que várias dessas propriedades estão sob gestão do INCRA e pergunta como é possível resolver o impasse dessas áreas que não estão sob gestão do município. Propõe então como uma diretriz que a preservação das águas apareça no plano como uma responsabilidade de regularização da prefeitura.

Desse modo, a diretriz referente à água no seu aspecto institucional é definida como: *Construir uma política municipal de produção de água e de proteção das nascentes e matas ciliares e outras áreas de interesse ambiental, com técnicas adequadas de manejo do solo, principalmente nas áreas de recarga hídrica.*

A Sra. Maria Emília diz que hoje, se formos na nascente de Ribeiro Bonito e compararmos com 10 anos atrás, veremos que a nascente acabou. A população se pergunta como resolver a questão da água, e ela mostra como o problema vai além da distribuição, e chega também nas fontes de água. As nascentes estão secando e diminuindo e isso influencia na distribuição pelo município. Citou o modelo de gestão de águas dos guardiães de Igarapé.

O Sr. Leandro fala sobre as atividades minerárias, e questiona se a proteção ambiental não pode prejudicar futuras criações de emprego no município, citando interesse da AngloGold em extração mineral em Caeté.

O Sr. Rodrigo Lemos resume as discussões e propõe: *Criação de uma política municipal para estabelecimento de uma rede de Protetores de Nascentes,* uma proposta aprovada por todos os presentes. A Sra. Maria Emília acrescenta à proposta, a sugestão de implementar as políticas não só visando aos proprietários mas junto a um processo de conscientização nas escolas municipais.

O Sr. Thomaz afirma que todas essas práticas e técnicas são efetivas e desejáveis, mas somente se a nascente não estiver totalmente destruída. Em contraponto, vários dos presentes deram exemplos de recuperação de nascentes em situações que pareciam irreversíveis.

Em busca de sintetizar a primeira pergunta, a Sra. Laís Grossi sugere pensar quais seriam as ações especificas possíveis para esses programas e políticas.

A Sra. Maria Emília levanta novamente a proposta da rede de protetores de nascente, com adoção de técnicas adequadas, incentivos fiscais e educação com prioridade nas áreas de importância coletiva (recarga hídrica).

Registradas todas as contribuições, o Sr. Rodrigo pede para que a discussão continue com a segunda pergunta:

Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local para além da mineração? É possível pensar em áreas do município voltadas para o desenvolvimento econômico?

O Sr. Carlos pergunta se não seria a hora do município de algum modo “se atrelar” ao estacionamento que está previsto de ser construído na Serra da Piedade, buscando atrair para a cidade o fluxo de turismo que se direcionará para essa área.

A Sra. Maria Emília propõe uma linha turística de transporte público rápido ligando a Serra aos bens históricos do município. Relembra que a Serra da Piedade também faz parte de Caeté, então as respostas deveriam também considerar a Serra da Piedade não como algo externo à Caeté, mas como parte do município.

O Sr. Carlos acha que o Morro do Serrote poderia ser uma praça contemplativa – mirante , mas que para isso era preciso investir na infraestrutura da área. Ele fala que o local tem uma vista maravilhosa da cidade, que precisa ser aproveitada.

A Sra. Maria Emília insiste na necessidade de criação de um circuito para fomentar o turismo principalmente para contemplar também o patrimônio religioso do município.

O Sr. Alexandre propõe o modelo de parcerias público-privadas para que esses espaços sejam construídos e depois mantidos. Cita como exemplo o circuito da Praça da Liberdade. Cita ainda Morro Vermelho e Juca Vieira como áreas com potencial para receber tais atividades.

A partir das contribuições, o Sr. Rodrigo Lemos levanta como questão relevante: A atividade minerária ainda é uma questão considerável do município?

Os presentes afirmam que a atividade minerária atualmente tem contribuição irrisória para o município. Por isso a necessidade de pensar alternativas às atividades minerarias. Além das atividades turísticas, foi proposto também fomentar as atividade de agricultura existentes

A Sra. Fernanda levanta o desafio de implementar tais atividades porque falta incentivos aos produtores para implementar a produção orgânica que é muito cara. A Sra. Thaísa afirma que existe um mercado a ser explorado pela atividade orgânica, mas que em Caeté não haveria local para vender essa produção.

Já que a questão da agricultura apareceu como uma alternativa de diversificação econômica, o Sr. Rodrigo Lemos propõe que se pense na segunda pergunta juntamente à terceira questão proposta**:**

Quais diretrizes podem ser pensadas para o desenvolvimento do espaço rural? Como fortalecer a produção local, turismo, patrimônio e cultura?

O Sr. Carlos acha que levar o produto agrícola para junto das rotas de turismo, por meio de cooperativa, com um local apropriado para exposição, poderia ser uma forma de fomentar as duas atividades. Levar aos fins de semanas por exemplo.

O Sr. Alexandre defende usar a Serra da Piedade como marketing de Caeté e levar mais atividades municipais (e não só religiosas) para serem realizadas lá, é uma forma de aproveitar do fluxo do turismo religioso já estabelecido.

O Sr. Leandro questiona a falta de objetividade nessa ideia de "fomentar" atividades. Ele cita o ciclo entre Serra do Caraça com Serra da Piedade, um novo fluxo que mais uma vez não contempla a sede de Caeté. Ele acredita que é preciso se articular com a Igreja Católica e outros "parceiros fortes" para trazer os turistas da Serra da Piedade até o município.

O Sr. Carlos acha que é preciso criar um **Espaço do Produtor**, na Serra da Piedade, para fazer essa ligação entre os turismos.

A Sra. Fernanda apoia a proposta, e acha que esse espaço pode também se dar junto da criação de uma Cooperativa de Produtores. O Sr. Leandro cita o exemplo da cooperativa de Nova União.

O Sr. Alexandre cita a possibilidade de sinalizações que direcionem os turistas da Serra para a sede. Em contraponto, a Sra. Maria Emília afirma que não é interferindo na paisagem natural que se encontra a melhor opção, mas apoia a ideia de criação de um espaço que sirva como ponto de escoamento da produção rural local, próxima à Serra da Piedade.

A Sra. Fernanda diz que com a cooperativa várias portas se abrem para incentivos. Através da cooperativa aumentam as possibilidades de conseguir incentivos e a organização dos produtores pode trazer vantagens como melhoria de preço, facilidade de escoamento, etc.

O Sr. Edivaldo concorda com a ideia da cooperativa, Fala que hoje os produtores vendem para o Ceasa e que os gastos com o transporte acabam encarecendo muito o preço final do produto, que não fica competitivo.

Considerando como boa diretriz às questões dois e três a proposta do Espaço do Produtor junto à criação de uma Cooperativa de Produtores Rurais Locais, o Sr. Rodrigo propõe que o grupo passe para a próxima questão:

Como promover e melhorar a integração municipal de Caeté, principalmente entre os diversos distritos? Como priorizar e melhorar o deslocamento por bicicleta, a pé, e de pessoas com mobilidade reduzida, principalmente na sede municipal?

O Sr. Thomas cita logo de saída a necessidade de recursos financeiros para melhorar a qualidade de acesso entre os distritos e a sede, e acredita que essa melhoria de acesso seria também uma forma de melhorar o escoamento da produção, mas está ciente de que isso não é uma obra de pequeno porte.

A Sra. Maria Emília registra a dificuldade de interligar Caeté com seus distritos por conta da extensão territorial do município, que é maior do que Belo Horizonte.

O Sr. Thomaz cita os acessos à Roças Novas e Antônio dos Santos através da BR-381, como um eixo prioritário e "menos impossível" de ser realizado.

O Sr. Rodrigo Lemos relembra que esses novos acessos trazem junto a pressão imobiliária que foi comentada antes, com todos os problemas de preservação que podem vir junto a eles.

A partir dessas e outras contribuições, a Sra. Laís propõe como uma primeira diretriz-síntese: *Priorizar o acesso do Distrito de Antônio de Santos até a BR-381, levando em conta a necessidade de preservação ambiental, portanto priorizando o acesso pela porção norte do município*.

A Sra. Maria Emília acha que é preciso aproveitar as estradas já existentes, e prover melhorias para elas, que isso é um desejo mais realizável do que abertura de novas vias.

A Sra. Fernanda levanta outro ponto importante, do transporte em trilhos, ao relembrar um projeto já existente que previa uma alça para a linha férrea que atravessa a sede.

O Sr. Alexandre fala da Linha Férrea como o grande sonho de transporte alternativo para o município. A linha poderia servir para as atividades econômicas, para a mobilidade do cotidiano e para as atividades turísticas.

O Sr. Rodrigo Lemos relembra que Caeté já teve uma linha férrea e hoje os antigos trilhos se encontram abandonados questionando se há possiblidade de reaproveitar o que restou da linha.

A Sra. Maria Emília acha que é possível mas difícil, já que partes da linha se encontram hoje ocupadas por 289 famílias. Ela acha que um trecho da mesma pode ser revitalizado, e que essa seria uma diretriz importante não só para melhoria das condições de vida das famílias, mas como forma de refazer uma interligação com o centro da cidade. Um outro problemas é que a propriedade da ferrovia é federal, o município não tem poderes para intervir nessa área.

O Sr. Alexandre sugere que o grupo pondere sobre os custos de cada uma das soluções, e os ganhos de cada uma, para conseguir definir o melhor caminho. É preciso pensar nos custos/benefícios de cada proposta.

Nesse aspecto, o Sr. Roberto acredita que recuperar todo o trajeto da linha ferroviária é impossível, mas recuperar partes dele para atividades turísticas é factível.

O Sr. Thomaz fala que algumas dessas ocupações ao longo da linha férrea acontecem em áreas de risco.

O Sr. Leandro volta à questão dos custos/benefícios de uma ferrovia. Acha que retirar as famílias e restituir as linhas ainda é um custo mais baixo do que abrir uma nova linha ou abrir uma nova estrada.

Com as contribuições, o Sr. Rodrigo Lemos tenta sintetizar a questão na seguinte diretriz: *Criação de um eixo de reestruturação que contemple as famílias, que seja dotado de infraestrutura e contem com novas atividades de turismo e lazer*

O Sr. Rodrigo chama atenção para dúvidas específica da questão 4: como priorizar o deslocamento por bicicleta e à pé, e com isso como prever melhores condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

O Sr. Alexandre propõe a criação de uma pista de treinamento de mountain-bike. Ele acha que o publico da bike é um publico com alto poder aquisitivo, e que seria interessante para o município trazer esses turistas para cá. Novamente, propõe parcerias publico-privadas para implementação desse tipo de atividades em Caeté, já que o município tem uma topografia e uma paisagem natural propícios à essas atividades.

A Sra. Maria Emília, em oposição, acha difícil a implementação de outros meios de transporte porque o município não consegue nem mesmo contemplar as necessidade de transporte tradicional (ônibus). Mas levanta a possibilidade de implementação de uma ciclovia na recuperação da antiga linha férrea

O Sr. Thomaz esclarece que já existe um projeto mas que ele fica barrado justamente por conta das famílias que residem hoje na área.

O Sr. Alexandre propõe criação de um eixo de Acesso de José Brandao à rodovia (MG???) que vai para Sabará. Essa estrada faria a ligação que hoje é feita cortando caminho no meio da cidade. Essa estrada já é existente e margeia o Morro do Serrote, e é possível asfaltar ela, criando também uma ciclovia no local.

O Sr. Thomaz discorda da proposta e pondera que essa intensificação de fluxos no Morro do Serrote pode ser prejudicial no que diz respeito às questões de preservação da área levantadas na primeira pergunta.

Sobre a questão da acessibilidade para pessoas de mobilidade reduzida, a Sra. Maria Emília reitera que não, por parte do poder público, nenhuma perspectiva de implementação de medidas de acessibilidade.

O Sr. Carlos acha que uma solução pode ser encontrada no exemplo de Belo Horizonte, que repassou para os proprietários a obrigatoriedade de adaptação das calçadas para aprovação de projetos.

O Sr. Leonardo acha que experiências desse tipo não funcionariam porque as tentativas que já foram implementadas nesse sentido não funcionaram (cita exemplos das gestões passadas)

A Sra. Maria Emília acha que o acesso à deficientes deve ser provido pelo menos nas áreas de prioridade, nas vias de grandes fluxos, próximos às escolas e aos equipamentos de saúde. Ela acha que essa seria uma obrigação do município.

O Sr. Carlos propõe então uma parceria público-privada para resolver as questões de acessibilidade que estão fora da capacidade da gestão municipal.

Assim, o Sr. Rodrigo propõe, como diretriz: *A criação de uma política de acessibilidade para Caeté, diferenciando as áreas de interesse público e privado e buscando exemplos em outros municípios.*

O Sr. Thomaz adiciona à proposta a criação de um órgão/secretaria para cuidar da questão da acessibilidade que atualmente não contam com nenhum amparo institucional no município.

Acatada a sugestão, o Sr. Rodrigo passa então para a quinta e última pergunta:

Que diretrizes e políticas podemos pensar para controlar a expansão urbana? Como podemos melhorar a urbanização e garantir infraestrutura para áreas em crescimento? Como lidar com a irregularidade fundiária?

O Sr. Carlos, que é nesse momento frisa sua posição de empreendedor da região, acha que é preciso partir de um entendimento do tecido urbano do município, citando o exemplo que o Sr. Mateus Almeida deu na sua apresentação sobre Ribeirão das Neves. Ele acha que as novas áreas devem ser criadas contíguas às áreas existentes, dando continuidade ao tecido urbano existente no município, porque nesses casos é mais fácil garantir a chegada dos equipamentos e da infraestrutura básica. Com relação às ocupações irregulares, ele propõe a criação de uma política municipal/lei municipal para coibir essas ações.

A Sra. Fernanda reitera que é preciso restringir a irregularidade a partir das atividades de registro, no nível do cartório.

O Sr. Carlos por outro lado, acha que o problema não é bem o cartório, desde que os parcelamentos sigam os mínimos referenciados por lei. O que é preciso criar é uma lei municipal que proíba os cartórios a fazer a subdivisão em módulos menores que os mínimos permitidos. Propõe “transformar em crime a subdivisão irregular de lotes”.

O Sr. Alexandre acredita que já existem marcos legais para coibir esse tipo de subdivisão, e o que é preciso na verdade é de mais fiscalização, com ação direta do Ministério Público. Ele acha que tais subdivisões irregulares continuam acontecendo porque não existe nenhum controle efetivo nesse aspecto.

A Sra. Maria Emília concorda que o primeiro passo é impedir na legislação.

O Sr. Carlos defende que é preciso ficar explicito nas anuências as penalidades relativas à subdivisão ilegal de imóveis.

O Sr. Thomaz volta à questão da criminalização desse movimento. Ele cita a brecha no código civil, que é a transformação e subdivisão dessas áreas em regimes de copropriedade. Ele acredita que o problema passa também pelo Poder Público, que acaba provendo as infraestruturas necessárias e quase sempre resolvem tais irregularidades com o recurso do “arreda a mancha”. Ele defende que o que deve ser criminalizado é a prestação de serviços e até mesmo a previsão de recursos públicos para áreas que estão em situação irregular.

A Sra. Maria Emília reitera que dentre as soluções propostas, todas são factíveis, mas a dificuldade que resta é como resolver o que já está consolidado.

O Sr. Edivaldo fala do exemplo do seu próprio lote, que foi dividido em quatro módulos de 4000 m^2, um para cada um dos filhos. Como ficam essas situações familiares?

O Sr. Rodrigo pede para que a discussão se foque num último aspecto: Como melhorar a urbanização e garantir infraestrutura para as áreas em crescimento, principalmente com os desdobramentos da duplicação da BR-381 em Roças Novas.

Quanto à isso, o Sr. Carlos propõe que cada distrito tenha um gestor que seria um formato de subprefeitura, e essa pessoa ficaria responsável por gerir e repassar questões locais para um âmbito municipal.

A Sra. Maria Emília esclarece que já existe essa pessoa, no papel do agente distrital.

O Sr. Alexandre propõe um zoneamento de acordo com a vocação de cada uma das áreas da cidade, que possibilite aos distritos explorar suas potencialidades próprias.

Com essas contribuições registradas, mas sem conseguir consolidar uma única diretriz para a última questão, o Sr. Rodrigo Lemos encerra a dinâmica, parabenizando o grupo por passar por todas as perguntas. Ele reitera também o retorno da equipe para uma última rodada de oficinas, que deverá acontecer no final de novembro ou no início de dezembro deste ano.

3 RELATÓRIO DESCRITIVO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Este relatório sistematiza a terceira fase do processo participativo da Revisão dos Planos Diretores da RMBH. Neste capítulo, descrevermos o processo de mobilização para a Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares da Revisão do Plano Diretor de Caeté, realizada no dia 20 de setembro de 2017.

3.1 Processo Participativo e o suporte da Mobilização

Este relatório sistematiza a terceira fase do processo participativo da Revisão dos Planos Diretores da RMBH.

A Agência Metropolitana estabeleceu em edital uma agenda comunitária composta de audiências públicas abertas e com ampla convocação da sociedade civil organizada. Em verdade, esse rito foi definido pelo Estatuto da Cidade à luz da Constituição de 88 que vinculou a formulação dos marcos legais a um processo de planejamento participativo e gestão integrada. A distinção atual para a RMBH, é que os municípios da região metropolitana deveriam revisar os seus planos levando em consideração o PDDI e o Estatuto da Metrópole harmonizando a estruturação territorial e fortalecendo a cidadania metropolitana.

Colocada de forma sintética, essa agenda pública previa 4 fases básicas de construção participativa do novo Plano Diretor:

1. Evento de Lançamento público da revisão do PD e eleição do Grupo de Acompanhamento;

2. Oficina de Diagnóstico do município e levantamento de questões apontadas pela sociedade – Leitura Comunitária;

3. Oficina devolutiva da UFMG da síntese do Diagnóstico (leituras técnica e comunitária) e apontamento de Diretrizes e Propostas preliminares;

4. Oficina de apresentação da Proposta Preliminar do Plano Diretor Municipal em vistas a formulação do Projeto de Lei.

Essas audiências públicas deveriam ser complementadas e fortalecidas com Consultas a legislação e Estudos técnicos diversos, Difusão ampla de informações, Elaboração de relatórios, Visitas de campo, Reuniões intersetoriais da equipe da UFMG, reuniões dos Grupos de Acompanhamento e eventos internos reunindo esporadicamente UFMG, Agência Metropolitana, Lumes, GAs e atores afins ao processo. Além disso foram efetivados os Espaços Plano Diretor em cada um dos municípios envolvidos na Revisão dos Planos Diretores.

Responsável por garantir que os eventos supracitados ocorram com segurança e qualidade participativa - com estreita relação com a Comunicação e Lumes, a Equipe de Mobilização Social participa na definição de toda agenda interna e externa; colabora na definição dos textos e dos instrumentos de comunicação utilizados (editais, convites, convocatórias...); constrói a rede de contatos locais; articula com prefeitura, câmara e sociedade organizada (telefonema, redes sociais e corpo a corpo...); verifica a logística dos espaços (auditórios, mobiliário, equipamentos,...); garante o credenciamento dos participantes; propõe a metodologia dos encontros (programação, dinâmicas, tempos...) e conduz a pauta visando que as audiências tenham produtividade. Em resumo, promove a mobilização social buscando garantir que ocorra um planejamento participativo equilibrando dimensões como o saber acadêmico e o popular advindo do cotidiano vivido.

3.2 Relato da Mobilização da Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares

A Audiência Pública: Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares da Revisão do Plano Diretor de Caeté deu continuidade ao processo participativo iniciado em novembro de 2016. Foi um momento importante no sentido de ampliar e intensificar o envolvimento da sociedade local na discussão da revisão do plano diretor municipal e sua relação com o plano metropolitano.

Um diferencial que vem qualificando este processo participativo da revisão dos planos diretores municipais em comparação com o processo desenvolvido quando da elaboração do Plano Diretor Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI -2010-2011) e do Projeto do Macrozoneamento da RMBH (2014-2015) que contou com a participação ativa de representantes do poder público local e segmentos da sociedade civil organizada foi a implantação do Espaço Plano Diretor e a formação do Grupo de Acompanhamento. Para além de reuniões e atividades restritas à agenda do projeto de revisão do plano diretor e coordenada pela equipe técnica da UFMG a comunidade local, por meio do LUME - lugar de urbanidade metropolitana - em construção e do GA vem constituindo um reforço importante no processo participativo.

Para se atingir estes objetivos educativos e organizativos tem sido importante a interlocução permanente com o Espaço Plano Diretor, o Grupo de Acompanhamento na perspectiva de fortalecimento do LUME local. Essas instâncias vêm se constituindo em interlocutores prioritários da equipe de mobilização para a qualificação do processo participativo.

De forma complementar e reforçando a mobilização do município a equipe de mobilização contatou as entidades e/ou instituições da sociedade civil relacionadas no banco de dados do projeto do PDDI e macrozoneamento, em especial, lideranças atuantes na causa metropolitana no referido município.

Para a realização da audiência pública: oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares de Caeté foram realizados uma média de 10 contatos telefônicos

para reforço dos convites para pessoas referências e demandas para viabilizar a logística e organização da oficina técnica.

Entre as principais atividades realizadas pela equipe de mobilização destacam-se:

- - agendamento da audiência pública;
- - apoio a equipe local no processo de preparação da oficina;
- - suporte na preparação do edital de convocação;
- - diretrizes para viabilizar a escolha dos locais do encontro e das oficinas;
- - diretrizes para viabilizar a escolha dos locais do encontro e das oficinas;
- - garantia de disponibilidade de data show, computador, som
- -oferta de lanche como contrapartida da prefeitura e segundo sua possibilidade orçamentária para a oficina;
- - execução do credenciamento: listas de presença e crachás;
- - condução geral e suporte na dinâmica dos trabalhos em grupo facilitados pela equipe da UFMG.

Segue em anexo documentação enviada aos municípios pela equipe de mobilização para viabilizar organização e logística da Oficina, a saber: (a) minuta do edital de convocação - Anexo 1; (b) Lista de providências para organização e logística da Oficina - Anexo 2; (c) Material gráfico de apoio à mobilização elaborado pela equipe de comunicação da UFMG: convite e memes.

3.3 Dinâmica e Programação da Oficina

A dinâmica da Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares foi dividida em três momentos, a saber: (a) credenciamento, acolhida institucional, apresentação do Grupo de Acompanhamento e demais participantes e da pauta; (b) resgate

histórico do projeto de revisão do plano diretor e retorno sistematizado das discussões da primeira oficina de leitura comunitária e dos estudos técnicos pela UFMG; (c) rodas de conversa: diretrizes e propostas para o plano diretor municipal.

A dinâmica das rodas de conversa é interativa a partir da intervenção em mapas do município instigada por questões elaboradas pela equipe técnica, a saber: o crescimento e a expansão urbana; a trama verde e azul; as potencialidades turísticas, econômicas e culturais e as propostas para o plano de mobilidade municipal.

Coube à equipe de mobilização a execução do credenciamento, a condução geral da oficina e suporte na dinâmica das rodas de conversa facilitadas pela equipe da UFMG.

3.4 Participação Quantitativa e Qualitativa

A oficina foi realizada no dia 20 de setembro de 2017 na Fundação Educacional de Caeté - FEC das 18:00 até 21:30. Contou com a presença de trinta e três (33) pessoas, conforme descrito na avaliação participativa quantitativa e qualitativa abaixo relacionada:

Tabela 1 - Tabela de participação quantitativa

Poder Público Executivo	Poder Público Legislativo	Sociedade Civil	UFMG	ARMBH	Total de Participantes
4	1	19	8	1	33

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Estiveram presentes cinco (5) membros do Grupo de Acompanhamento e uma equipe de apoio que conta com a vice-prefeita Maria Emília e Fernanda Franco, funcionária do IEF, perfazendo um total de sete (7) participantes. Destes, três (3) são membros do executivo, um (1) do legislativo e três (3) da sociedade civil.

A audiência contou com representantes do Bairro Morada do Sol, da Associação de Moradores do Rancho Novo e da Associação de Moradores do Jardim Bandeirantes. Estavam também representados a Caravana da Cidadania e o grupo religioso Coroar-Te.

Na audiência de Oficina Comunitária, realizada em 10/05/2017 estavam presentes em número considerável alunos e professores da Fundação Educacional de Caeté, do curso de edificações, que não puderam comparecer nesta oficina pois estavam sendo aplicadas provas.

Além disso, estavam presentes duas representantes da mineradora Anglo Gold, dois representantes da Mawan Incorporações e um representante da Imobiliária Souza e Versiani.

4 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

O presente relatório traz informações relativas ao registro e relato das atividades empreendidas para mobilização e preparação para Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares DA Revisão do Plano Diretor do Município de Caeté.

É fundamental destacar que em tal período a equipe UFMG dedicou-se a realizar encontros, reuniões e comunicações escritas com o grupo de acompanhamento com os seguintes objetivos:

- Dar sequência às atividades de apoio e orientação das atividades do grupo de acompanhamento, conforme definido na metodologia de trabalho;
- Acompanhar e mediar as atividades do Grupo de Acompanhamento no que se refere à mobilização da comunidade para participação na audiência de Diretrizes e Propostas Preliminares;
- Dar suporte para a realização da audiência de Diretrizes e Propostas Preliminares.

Considerando tais objetivos, o relatório que se segue está dividido em dois tópicos, ademais desta Introdução, quais sejam:

1. Descrição das atividades realizadas e esforços empreendidos para a mobilização da comunidade para participação na audiência de Diretrizes e Propostas Preliminares;

2. Avaliação sobre a ação do GA, envolvimento dos membros e resultados obtidos.

Ademais, são apresentados em Anexo: listas de presença e fotos das atividades aqui relatadas; e materiais de divulgação produzidos e/ou utilizados pelo GA, cronograma de debates públicos elaborado pelo GA.

4.1 Reuniões do Grupo de Acompanhamento

Desde a Oficina de Leitura Comunitária de Revisão do Plano Diretor de Caeté realizada no dia 10 de maio de 2017 até a Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares ocorrida no dia 20 de setembro de 2017 o Grupo de Acompanhamento de Caeté (1) se reuniu sete vezes; (2) participou de um encontro com as equipes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH); (3) realizou uma série de encontros com a comunidade para discutir questões que envolvem a Revisão do Plano Diretor de Caeté. Seguem descrições das atividades:

Dia 24/05/2017 – Estavam presentes 04 membros do Grupo de Acompanhamento (GA) e a bolsista Lumes Mariana Tornelli. Nesta data ocorreu a avaliação da Oficina de Leitura Comunitária, que foi positiva: os presentes consideraram que houve contribuição de todas as áreas e um público diverso. Além disso, o GA informou que a discussão pública que promoveu na semana anterior com a temática da cultura também contou com representatividade da comunidade. A bolsista Lumes apresentou o Espaço Plano Diretor Digital aos presentes.

Dia 08/06/2017 – Esta reunião contou com a presença de três pessoas do Grupo de Acompanhamento e da bolsista Lumes. Nesta data discutiu-se a metodologia de recolhimento de informações nas discussões públicas promovidas pelo GA e o repasse destas para a equipe da UFMG. Os membros do GA explicaram que cada debate público é organizado por um representante da temática proposta e que a metodologia adotada tem dividido o encontro em dois momentos: apresentação inicial e divisão em grupos de trabalho para discutir temáticas mais específicas.

Dia 22/06/2017 – Estavam presentes cinco membros do Grupo de Acompanhamento e a bolsista Lumes. Neste encontro a pauta ainda se relacionava à sistematização das informações recolhidas nas discussões públicas

promovidas pelo GA para garantir a incorporação deste trabalho pela equipe da UFMG. Foi apresentado aos presentes um grupo da rede social facebook de integração dos grupos de acompanhamento dos 11 municípios que estão passando pela revisão do Plano Diretor, com o objetivo de estimular a troca de experiências e a interlocução entre os mesmos.

Dia 05/07/2017 – Além da presença de seis membros do Grupo de Acompanhamento e da bolsista Lumes, este encontro ainda contou com a participação do coordenador da equipe de Caeté pela UFMG, Leandro de Aguiar. Nesta ocasião Leandro orientou o grupo sobre a importância de inserir as referências territoriais das informações discutidas pela comunidade para garantir sua aplicabilidade no Plano Diretor. Assim, informações georreferenciadas podem se tornar diretrizes mais precisas e compor o Plano Diretor.

Além disso, foi entregue o volume de dados secundários e a cartilha elaborada por alunos da disciplina Lumes ao Grupo de Acompanhamento.

Dia 09/08/2017 – Estavam presentes seis membros do Grupo de Acompanhamento. A pauta discutida foi: (a) retorno do GA sobre questões enviadas pela equipe da UFMG; (b) encontro com as equipes da UFMG e ARMBH; (c) repasse das discussões públicas e (d) possibilidade de propor um projeto para a disciplina Lumes. Quanto ao último tópico, o Grupo de Acompanhamento sugeriu que os alunos da disciplina pudessem contribuir com a realocação da Feira Livre no Mercado Municipal. Seria importante para a feira que retorna agora ao espaço ações no sentido de valorização dos produtos regionais e atividades culturais.

Dia 21/08/2017 Encontro com as equipes da UFMG e ARMBH

Ocorrido no dia 21 de agosto de 2017 o encontro tinha como objetivo ampliar e alinhar a interlocução entre Grupo de Acompanhamento, UFMG e ARMBH, assim como avaliar o processo de Revisão do Plano Diretor até a presente data.

A pauta discutida foi: retorno das leituras comunitárias pela equipe da UFMG, retorno dos debates locais e das questões enviadas aos GAs, discussão sobre dinâmica e conteúdo da segunda rodada de oficinas de Diretrizes e Propostas Preliminares.

Os participantes convidados foram os membros dos Grupos de Acompanhamento (executivo, legislativo e sociedade civil), técnicos das prefeituras, vereadores e representantes da sociedade civil envolvidos no processo de revisão do plano diretor e no apoio ao Grupo de Acompanhamento.

Estiveram presentes cinco membros do GA de Caeté, entre eles dois do Executivo, um do legislativo e dois da sociedade civil e também o Grupo de Acompanhamento de Nova União. No período da manhã os dois grupos puderam trocar experiências e avaliar o processo de mobilização e participação nos respectivos municípios. Á tarde, foi apresentado de forma sistematizada o retorno das discussões das Oficinas de Leitura Comunitária.

Dia 30/08/2017 - Estavam presentes seis membros do Grupo de Acompanhamento. Avaliou-se o encontro com as equipes da UFMG e ARMBH ocorrido no dia 21 de agosto; o GA avaliou positivamente a interlocução possibilitada pelo encontro. Além disso, foi apresentado aos presentes o fórum virtual Plano Diretor desenvolvido pela equipe de comunicação do Projeto de Revisão do Plano Diretor.

Dia 13/09/2017 – Estavam presentes seis representantes do Grupo de Acompanhamento. Foram discutidas e traçadas estratégias de mobilização para a Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares realizada na semana seguinte ao encontro. O GA definiu que utilizaria carro de som, divulgação em jornal local, impressão de convites e afixação em edifícios públicos e convites virtuais para as redes sociais para a divulgação da oficina.

Dia 20/09/2017 Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares

A Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares contou com quórum menos expressivo que a Oficina Comunitária, com um total geral de 33 participantes. Não obstante, o grupo pode ser dividido em duas rodas de conversa bastante produtivas e qualificadas no sentido de levantar propostas preliminares de diretrizes para a Revisão do Plano Diretor.

Estiveram presentes cinco (5) membros do Grupo de Acompanhamento e uma equipe de apoio que conta com a vice-prefeita Maria Emília e Fernanda Franco, funcionária do IEF, perfazendo um total de sete (7) participantes. Destes, três (3) são membros do executivo, um (1) do legislativo e três (3) da sociedade civil.

A oficina contou com representantes do Bairro Morada do Sol, da Associação de Moradores do Rancho Novo e da Associação de Moradores do Jardim Bandeirantes. Estavam também representados a Caravana da Cidadania e o grupo religioso Coroar-Te.

Na audiência de Oficina Comunitária, realizada em 10/05/2017 estavam presentes em número considerável alunos e professores da Fundação Educacional de Caeté, do curso de edificações, que não puderam comparecer nesta oficina pois estavam sendo aplicadas provas.

Discussões públicas

O Grupo de Acompanhamento de Caeté promoveu tanto no Espaço Plano Diretor, situado na Fundação Educacional de Caeté quanto em alguns distritos uma série de discussões abertas à comunidade no período entre a Oficina Comunitária (10/05/2017) e a Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares (20/09/2017).

Os encontros foram divididos por temas, a saber: (a) arte, cultura e patrimônio; (b) esporte, lazer e turismo ; (d) segurança pública; (e) assistência social; (f) circulação viária e transportes; (g) política ambiental; (h) mineração; (i) recursos hídricos; (j) resíduos sólidos; (l)Macrozoneamento. Além disso o Grupo de Acompanhamento realizou debates no povoado de Rancho Novo e no distrito da Penha para informar e esclarecer a população sobre o processo de Revisão do Plano Diretor

As informações coletadas nos debates foram sistematizadas e entregues à equipe da UFMG.

4.2 Meios de divulgação e mobilização adotados

O Grupo de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor de Caeté utilizou as seguintes estratégias para mobilização e convocação da comunidade para a Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares: divulgação em jornal local, confecção de convite impresso, convite virtual divulgado via redes sociais. Além disso, a secretaria de Assistência Social contatou as entidades do município por meio de telefonemas e foram afixados convites em edifícios públicos. Houve também a utilização de um carro de som contratado pela prefeitura para divulgar a Oficina.

4.3 Principais atores sociais convocados

Foram convocados representantes da administração pública municipal, representantes de movimentos sociais; setor empresarial; entidades municipais e metropolitanas e demais cidadãos de Caeté.

4.4 Funcionamento do Espaço Plano diretor

O Espaço Plano Diretor de Caeté, localizado na Fundação Educacional de Caeté – FEC está disponível para visitação no horário de funcionamento da fundação e foi utilizado para centralizar as discussões públicas promovidas pelo Grupo de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor, conforme descrito em item anterior.

4.5 Avaliação e considerações gerais

O Grupo de Acompanhamento de Caeté acompanha de maneira consistente as reuniões ordinárias, com interesse no processo, e em promover estratégias de mobilização para ampliar a participação popular. Nesse sentido, foi realizado grande esforço, tanto em promover os debates públicos quanto de sistematizar as informações obtidas de maneira que possam indicar diretrizes e ações para o Plano Diretor.

Além disso, o grupo tem se interessado em discutir a possibilidade de se transformar em Conselho da Cidade após a aprovação do Plano Diretor, para então acompanhar o processo posterior e cobrar dos órgãos públicos sua devida implementação.

Observa-se que há dificuldade de mobilização para audiências públicas e eventos ampliados. O próximo passo consiste em definir estratégias de mobilização para que a sociedade civil, o legislativo e o secretariado participem com maior representatividade desta última etapa do processo de Revisão do Plano Diretor de Caeté.

5 SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS

Essa seção busca apresentar uma síntese das leituras técnicas e comunitárias construídas ao longo dos últimos produtos e que culminaram na oficina apresentada na Parte 01 deste relatório. Na oportunidade da audiência pública foi exposto um sumário que procurou estabelecer um quadro geral de caracterização e de diagnóstico em relação aos principais desafios e potencialidades do municípios os quais as diretrizes e propostas do Plano Diretor deveriam refletir. Ou seja, a síntese então elaborada procura destacar os aspectos de maior relevância em cada realidade territorial.

Na sequência esses aspectos, a exemplo do realizado durante a oficina, são apresentados e organizados de acordo com os principais eixos do PDDI num esforço de aproximação e compatibilização entre o os princípios do planejamento metropolitano e o processo de planejamento em escala local, segundo a metodologia proposta para o trabalho. Representa também a tentativa de aproximação entre diagnóstico e proposição numa forma mais orgânica e participativa. Dessa forma, cada subseção representa um desdobramento e uma elaboração pormenorizada da síntese do diagnóstico-propositivo apresentado e discutido na segunda oficina e, em conjunto, constituem a síntese da leitura técnica e comunitária.

5.1 Caracterização Geral do Território Municipal

Caeté possui uma população de 44.066 habitantes, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2016, sendo que o município é predominantemente urbano (86,3%). Caeté vem experimentando um contínuo processo de crescimento demográfico acima da média metropolitana. Ainda que o município tenha apresentado melhorias significativas nos indicadores sociais e de desenvolvimento humano, em 2010, ainda havia mais de 29% da população caeteense em situação de vulnerabilidade à pobreza, com um rendimento domiciliar per capita médio de R$ 167,15, enquanto o rendimento nominal médio

mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (com rendimento) no município é de R$ 888,09.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 referentes à população e à distribuição de renda segundo setores censitários analisados na Leitura Técnica, apontaram para uma maior concentração da renda na Sede do município de Caeté, comparativamente aos demais distritos. Aqueles que se localizam mais distantes e com um pior acesso, como é o caso de Antônio dos Santos e Morro Vermelho, são aqueles que apresentam maior vulnerabilidade. Com relação à Sede do município, destaca-se uma maior vulnerabilidade social e isolamento na região dos bairros de Bonsucesso e Vista da Serra, na Sede de Caeté. São também nessas áreas onde são observadas áreas de fragilidade urbanísticas, com uma porção considerável ocupada por aglomerados.

Quanto aos parâmetros de uso e ocupação do solo, estudos do PDDI-RMBH apontaram que o Vetor Leste, no qual o município de Caeté se insere, é marcado por um crescimento menor em relação aos demais vetores de expansão urbana da RMBH. A relação de seu crescimento com o processo de ocupação de Belo Horizonte se dá pela implantação de chácaras e sítios de lazer voltados para a população de renda média. Há, ainda, a predominância de loteamentos de baixa renda, em parte, responsáveis pela proximidade com o município de Sabará. É notável a diferença na provisão de infraestrutura e serviços entre o norte - mais carente - e o sul do município.

Uma avaliação da evolução da mancha urbana a partir de imagens-satélite do software Google Earth permitiu identificar alguns pontos de expansão da ocupação no perímetro urbano do município de Caeté. De modo geral, foi possível afirmar que as principais transformações da expansão da mancha urbana no município de Caeté ocorreram no período entre 2003 a 2010, em especial, por famílias de baixa e média renda nos distritos de Penedia (média/alta renda), Roças Novas (média renda) e Morro Vermelho (baixa renda). Na Sede, em período mais recente (2010 a 2017), foi possível identificar uma expansão a Leste do município (região dos bairros Paineiras e Vila da Serra), caracterizada

como de baixa renda, e ao Norte do município (Vila das Flores), caracterizada como de média/alta renda. Essas informações convergiram nas diferentes fontes de informação consultadas, a saber: os dados de anuência prévia disponibilizados pela Agência RMBH e as informações da Oficina de Leitura Comunitária e da Visita Técnica. Contudo, uma análise dos dados de vacância elaborados pela Equipe da UFMG no PDDI-RMBH indica que a dinâmica de expansão urbana no município não tem caminhado para um melhor aproveitamento da infraestrutura urbana existente nas áreas já parceladas.

Este cenário evidencia, portanto, a acentuação da fragmentação da ocupação pelo território municipal, tornando ainda maior o desafio imposto à administração municipal para prover as áreas de fragilidade com infraestrutura e serviços.

5.2 Acessibilidade

A análise empreendida a partir do cruzamento de dados secundários diversos e informações obtidas ao longo do processo de participação social no município de Caeté revelou expressiva fragilidade das condições de acesso à moradia no município. Além do elevado déficit habitacional (1.449 unidades, equivalentes a 10,2% do total de domicílios), foram identificados problemas no acesso à infraestrutura urbana com focos de precariedade concentrados na porção sul do distrito sede, particularmente, nas franjas da mancha urbana (apontando para a necessidade de revisão das áreas demarcadas como AEIS à luz das ocupações frágeis mapeadas).

A análise também revelou significativos problemas na qualidade e inserção urbana das unidades habitacionais de interesse social produzidas nos últimos anos, especialmente aquelas voltada para a faixa de renda mais baixa (os residenciais Hibisco e Ipê, localizados no bairro Pito Aceso). Finalmente, foi ainda identificada a ausência de políticas regularização fundiária em um contexto de crescimento irregular a partir da subdivisão de módulos rurais, agravado pela grande extensão territorial e estrutura fundiária de grandes propriedades rurais.

Já a análise das condições de acesso à saúde e à educação no município de Caeté revelou uma considerável quantidade e diversidade de equipamentos bem distribuídos no território. Os registros realizados ao longo do processo participativo reiteraram esse diagnóstico, no entanto, apontaram para a necessidade de diversas melhorias na qualidade dos serviços ofertados e sua adequação às demandas locais.

No que diz respeito às condições de mobilidade urbana, constatou-se uma situação de precariedade na integração do território municipal, principalmente nas estradas rurais entre sede e distritos e uma baixa conexão entre distritos. Essa situação é agravada pela baixa cobertura do transporte metropolitano e municipal. No âmbito regional, existe grande potencialidade, por meio de intervenções, de desenvolvimento de articulação no eixo leste e sul, principalmente com os municípios de Nova Lima, Raposos, Sabará, Barão de Cocais, Taquaraçu de Minas e Nova União. Ademais, constata-se pressão por deslocamentos na malha viária da sede, em razão, sobretudo, do grande aumento do número de veículos nos últimos dez anos. Há também precariedade na infraestrutura para deslocamentos a pé, de bicicleta e para pessoas com mobilidade reduzida, principalmente nos bairros mais ao sul da sede, sendo necessário desenvolver medidas que revertam essas condições.

5.3 Seguridade

A partir do mapeamento de fragilidade geológica no município de Caeté, percebe-se que as áreas inseridas na região oeste e sudoeste do município apresentam áreas com maior fragilidade geológica, estando muitas vezes associadas a solos pouco ou muito pouco desenvolvidos e litologias enquadradas como de unidades geotécnicas com peso considerado elevado. Um percentual muito elevado do município 81,75% está inserido em áreas de baixo e médio risco geológico (32,59% e 49,16% respectivamente). As áreas de maior risco no município estão associadas ao contexto da Serra da Piedade e à porção sul do território municipal.

A questão do saneamento, e dos recursos hídricos em geral, em Caeté, é considerada cada vez mais como um tema de relevância para o planejamento público na medida em que a cidade tem enfrentado problemas comuns de áreas em expansão populacional e territorial. O município possui serviços de água, esgotamento sanitário e também de resíduos sólidos, com coleta e acesso aos mesmos em grande escala para sua população. Um fator de diferencial para o controle sobre a questão hídrica e do saneamento em especial é que a cidade de Caeté possui Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH), estabelecido em 2009, assim como tem Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), estabelecido em 2014.

Importa citar que há um crescente conflito entre a produção agropecuária e o abastecimento de água nas regiões de Rancho Novo e Ribeiro Bonito, localizadas na porção oeste do município, onde ocorre plantação de eucaliptos na região. É demandada para a região a ampliação das áreas permeáveis urbanas, restauração e revitalização de cursos de água.

No que tange as agriculturas de Caeté, a dinâmica agrícola é histórica, embora atualmente não apresente expressividade econômica local ou regional. No município há presença de produção agrícola convencional em boa parte do território, com destaque para a produção advinda da agricultura familiar e a produção de hortaliças em Antônio dos Santos (a Nordeste do município) e em Roças Novas (a Noroeste do município).

Cabe ainda destacar diversos conflitos vivenciados no município em relação aos cursos d'água, devido principalmente à atividade mineradora e à produção agropecuária em bases convencionais, especialmente em Ribeiro Bonito e Rancho Novo (na porção oeste do município) onde ocorre plantação de eucaliptos. Apesar disso, encontra-se no município experiências de produção orgânica, como o *Emporium da Roça* e o *Vem da Terra*, que demonstram formas de produção agrícola em bases mais sustentáveis. Por fim, vale mencionar a mobilização de produtores e artesãos para a criação da Feira Livre e também o interesse de desenvolvimento do potencial turístico do município relacionado ao

seu patrimônio natural, cultural e histórico; caminhos que apontam a possibilidade de atrelar o desenvolvimento econômico do município com a promoção de modos de produção agroecológico e mais sustentáveis.

5.4 Sustentabilidade

O município de Caeté conta com a implementação razoavelmente pertinente de instrumentos territoriais para proteção ambiental. Contudo, a natureza da atividade minerária – principal atividade econômica – impede a ampliação dos necessários instrumentos de preservação, assim como o desenvolvimento de outras atividades potenciais que poderiam reduzir a dependência à atividade minerária.

Precipuamente, esclarece-se que a atividade minerária impacta negativamente as nascentes das sub-bacias pertinentes ao município, reduzindo a capacidade hídrica do município. Ademais, a presença elevada desta atividade, contribui para o empobrecimento da diversidade produtiva do município, contribuindo para não realização de outras atividades potenciais a Caeté e que poderiam ampliar a preservação ambiental, assim como diminuir o impacto sobre os recursos hídricos.

No âmbito da sustentabilidade, sobre a proteção ambiental, aponta-se que a principal atividade potencial para contribuir e estimular a manutenção da qualidade hídrica do município seria a agricultura, sobretudo se realizada amparada por práticas agroecológicas. A atividade já ocorre no município, sendo potencial esperado nas áreas de Roças Novas e Antônio dos Santos.

No que diz respeito a aplicação dos instrumentos de proteção ambiental, verifica-se que Caeté, os utiliza por meio da presença de unidades de conservação. Entretanto, sejam elas de âmbito estadual ou municipal, são em grande parte do tipo de uso sustentável, notadamente “áreas de proteção ambiental”. Salienta-se que estes tipos, apesar de apontarem a pertinência de preservação ambiental,

não possibilitam força institucional ao município para implementar diretrizes normativas mais restritivas ou direcionar a ocupação, tendo em vista as demandas de proteção ocasionadas pelos impactos da atividade industrial.

Desse modo, sugere-se que a elaboração das diretrizes do Plano Diretor, por meio da Trama Verde e Azul, articule o potencial agrícola (agroecológico) com áreas pertinentes à preservação já reconhecida em APAs municipais previstas no Plano Diretor vigente.

Em relação às estruturas e processos produtivos, percebe-se em Caeté um conjunto de estruturas ligadas à mineração de Ferro; à mineração e beneficiamento de minério de ouro; equipamentos estruturas ligadas à atividade turística e unidades industriais de pequeno porte articuladas à sede municipal. Para uma adequada apreensão destas e, principalmente, serem estabelecidas considerações relacionadas às diretrizes de estruturação territorial, faz-se necessário compreendê-las de forma intermunicipal e regional. Isso se deve ao fato de que, sobretudo, as estruturas minerárias articuladas à Estrada de Ferro Vitória-Minas estabelecem relações que ultrapassam Caeté e alcançam municípios vizinhos, tais como Sabará e Barão de Cocais. A mesma situação, de certo modo, é verificada nas estruturas e equipamentos turísticos, pois estes estão localizados na porção norte do município e findam por estabelecerem articulações diretas com a Rodovia BR-381. Tais situações gerariam poucas repercussões sobre a estrutura territorial municipal (à exceção do núcleo urbano de Roças Novas, situado no entorno da BR-381 e que, de certo modo, se beneficia das atividades turísticas desenvolvidas na porção norte do município). Diante disso destaca-se a importância de que as atividades econômicas a serem desenvolvidas em Caeté empreendam maiores relações com os núcleos urbanos dispersos pelo município. Para além da agricultura, citada nos parágrafos anteriores, entende-se que o turismo teria potencial de se relacionar com os diversos atributos paisagísticos presentes no território em estudo.

5.5 Urbanidade

A maior concentração do patrimônio cultural de Caeté está localizado na Sede Municipal, no Núcleo Histórico de Caeté, que teve seu tombamento definido pelo Decreto 202/2011. A Sede Municipal concentra a quase totalidade dos equipamentos e entidades ligados à cultura em Caeté. A praça principal é a Doutor João Pinheiro, onde está localizada a Matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso, é onde são realizadas a maioria das celebrações e eventos culturais da Sede, sendo o espaço de maior convívio social. Muitas edificações, em seu entorno, ainda preservam as características arquitetônicas e histórico-culturais e estão localizadas no perímetro de tombamento do Núcleo Histórico e seu entorno. O Município realiza o inventário do patrimônio cultural – IPAC e tem acesso aos recursos do ICMS Patrimônio Cultural. O Patrimônio material e imaterial localizado na Sede Municipal possui reconhecimento nacional e conta com diversos bens culturais inventariados, registrados e tombados. Destaca-se também os sítios naturais, formas de expressão, celebrações, igrejas, monumentos, saberes e ofícios e ainda edificações isoladas com características de relevância no contexto histórico-cultural presentes na Sede, nos Distritos e Povoados de Antônio dos Santos, Roças Novas, Penedia e Morro Vermelho, este último com patrimônio cultural de expressão nacional. Em relação ao Patrimônio Natural na sede municipal destaca-se, com importância ambiental e paisagística, o Morro do Serrote e a Pedra Branca. No distrito de Penedia destaca-se o Conjunto Paisagístico e Arqueológico da Serra da Piedade, com tombamento Estadual e Federal. No município, necessitam de requalificação ou proteção o Núcleo do Centro Histórico, a Antiga Estação Ferroviária, o Cemitério dos Ingleses (arqueologia), a região de Viracopos (arqueologia), a área da Cerâmica João Pinheiro e a área da Antiga Fábrica da Companhia Ferro Brasileira.

No que tange às áreas de interesse de preservação do patrimônio cultural e natural, foram delimitadas as regiões na sede municipal o **Morro do Serrote** e a **Pedra Branca** que atualmente estão sofrendo interferências com ocupações irregulares que podem comprometer sua potencialidades ambientais e paisagísticas, a área da **Antiga Fábrica da Companhia Ferro Brasileira**,

também na sede do município, que hoje constitui hoje um vazio urbano passível de ser utilizado para fins culturais e de lazer, a área da **Cerâmica João Pinheiro** onde se recomenda a recuperação da antiga fábrica para abrigar atividades ligadas ao setor cultural, artístico, de entretenimento, gastronômico e de lazer, dos núcleos urbanos de **Morro Vermelho, Antônio dos Santos, Roças Novas e Penedia** com seu expressivo patrimônio cultural e natural, e por fim, na área rural, nas proximidades de Morro Vermelho, destaca-se a **Serra do Gandarela,** que para além das suas qualidades ambientais e paisagísticas, conta, neste trecho, com presença de expressiva de grutas e cavernas catalogadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO.

PARTE 02 – DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

As diretrizes de estruturação territorial que apresentamos abaixo foram construídas em conjunto com a sociedade civil e o corpo técnico municipal durante a *Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares*, terceiro momento formal de participação popular no processo de revisão do Plano Diretor de Caeté, realizada sob forma de Audiência Pública municipal.

Os registros dessas análises, bem como a metodologia de trabalho empregada na oficina já foram apresentados na Parte 01. As informações reunidas nos mapas e nas relatorias da Oficina em questão são o principal subsídio para a atual etapa de trabalho. Elas foram compiladas e sistematizadas pela equipe, e serão apresentadas abaixo, no Item 1. A partir dessas diretrizes de estruturação territorial novos mapeamentos foram elaborados pela equipe, resultando na proposta preliminar de estruturação territorial. Tal proposta é composta pelos seguintes mapeamentos básicos, apresentados no Item 2:

a) **Mapeamento das restrições à ocupação**; contemplando a delimitação dos trechos com restrições à urbanização conforme critérios de declividade, fragilidade geológica e identificação de áreas de maior interesse ambiental;

b) **Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano**; contemplando a demarcação (criação, ampliação, redução e/ou extinção) de novos perímetros de áreas urbanas vis a vis os perímetros vigentes no município;

c) **Propostas preliminares de reestruturação e classificação viária**, contemplando a regulação das formas de deslocamento pelo território do município;

d) **Propostas preliminares da Trama Verde e Azul;** contemplando a territorialização das diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental, agriculturas; eixos de mobilidade e patrimônio histórico e cultural;

e) **Proposta preliminar de Uso e Ocupação do Solo**; contemplando a proposta preliminar de estruturação territorial, traduzida em categorias de zoneamento e sobrezoneamento adaptadas do Macrozoneamento Metropolitano;

f) **Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano;** contemplando análise das convergências, divergências e adequações entre a proposta de uso e ocupação do solo e as Zonas de Interesse Metropolitano no município.

Esses mapeamentos foram desenvolvidos a partir dos resultados das Oficinas de Diretrizes e Propostas Preliminares; da sistematização das diretrizes de estruturação territorial do município; das contribuições oriundas do Grupo de Acompanhamento; das análises técnicas realizadas pela equipe com base em dados secundários; das visitas de campo realizadas; e da rodada de reuniões internas realizadas entre a equipe UFMG e Agência em outubro e novembro de 2017. Assim, a proposta teve como preocupação adequar as contribuições técnicas e comunitárias, tendo como referência as diretrizes pactuadas coletivamente. Ressalta-se, ainda, a natureza preliminar dessas propostas doravante apresentadas: as mesmas serão discutidas na *Oficina de Propostas de Estruturação Territorial*, e ajustadas posteriormente nas próximas etapas do trabalho, em diálogo estreito com o Grupo de Acompanhamento do município.

1 DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

Sobre as diretrizes preliminares de estruturação territorial, estas são estabelecidas a partir de áreas relevantes, na escala municipal, no que diz respeito à integridade ambiental destas. Nesse âmbito são aqui destacadas a Serra da Piedade (já tombada como monumento natural em nível federal, estadual e municipal), a Serra do Garimpo, localizada na divisa de Caeté com o município de Barão de Cocais, e a Serra do Gandarela, na porção sul do território em estudo. Sobre as Serras do Gandarela e do Garimpo, entende-se que há uma tensão relacionada às diretrizes de preservação ora propostas com os interesses minerários nesses locais. Destaca-se, no entanto, que tais áreas possuem papéis importantes na conservação do sistema hídrico municipal e intermunicipal, o que justificaria a preservação destas. Articuladas a estas, são propostas zonas de proteção intermediária, capazes de promover o desenvolvimento agrícola de forma associada à atividade turística. Mesmo estando distribuída por boa parte do território municipal, entende-se que essas zonas de proteção intermediária têm alto potencial de implementação no entorno dos núcleos urbanos de Antônio dos Santos, Rancho Novo e Morro Vermelho.

Em relação ao parcelamento de solos urbanos, foi considerada a proposição de zonas de diretrizes especiais ligadas à requalificação de núcleos urbanos frágeis, bem como a regularização fundiária de boa parte destes. Tais espaços estariam principalmente localizados no entorno do núcleo urbano de Roças Novas, diretamente articulado à Rodovia BR-381 (atualmente em processo de alargamento). Nessa mesma perspectiva são propostas diretrizes especiais para os núcleos urbanos de Morro Vermelho, Rancho Novo, Penedia e Antônio dos Santos. Tais diretrizes, no entanto, trabalhariam a requalificação urbana de forma associada à conservação do patrimônio cultural.

No núcleo sede e entorno considera-se importante estabelecer eixos para abrigar demandas imobiliárias no local. É aqui proposto, nesse sentido, o estabelecimento de um eixo a leste da Pedra Branca, voltado à implementação desses empreendimentos que, em princípio, teriam tendência de uso

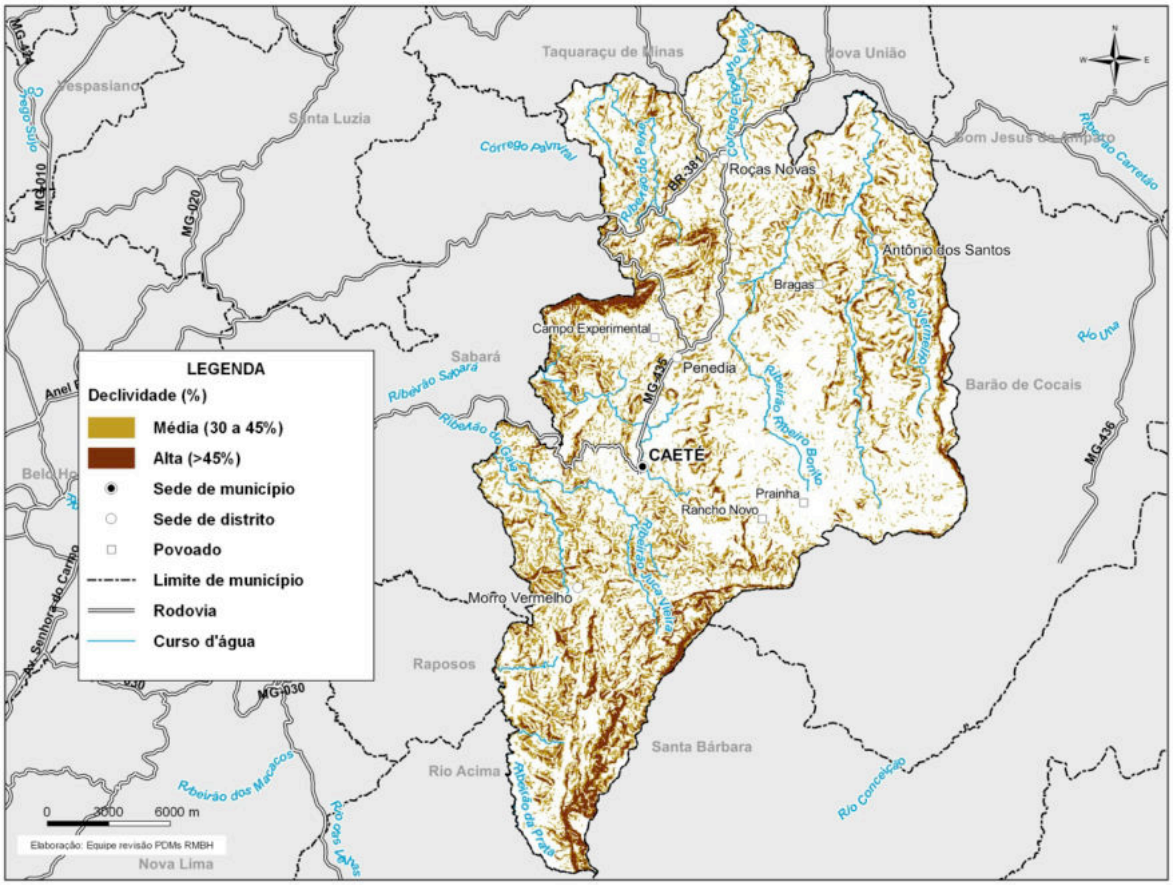
predominantemente residencial. É também proposta uma área com maiores possibilidades de adensamento construtivo na porção norte da sede, área esta delimitada com um distanciamento relativo às áreas de interesse de preservação do patrimônio artístico e cultural, principalmente na porção sul do núcleo urbano sede. Também relacionadas à conservação da paisagem cultural e natural, foram destacadas quatro áreas cujas diretrizes seriam voltadas à preservação ambiental: o Morro do Serrote, a Pedra Branca, o Morro de São Geraldo e a mata anexa à antiga Fábrica de Cerâmica João Pinheiro. Em torno dessa mata, situada na porção sul do núcleo urbano sede, destacam-se algumas áreas com problemas estruturais e conflitos sociais. Popularmente conhecida como “Pito Aceso”, tal área foi classificada em nessa primeira proposta de estruturação territorial como zona especial de interesse social. Tal situação, no entanto, precisa ser conduzida com sensibilidade técnica e política de modo a não intensificar os estigmas já impressos sobre essa localidade.

2 ELEMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

2.1 Mapeamento das restrições à ocupação

O Mapa de declividade foi realizado a partir dos valores de altimetria da imagem SRTM Arc1 disponibilizada pelo Serviço Geológico dos EUA e gerado com o apoio do software QGIS, versão 2.14. O mapa de declividade foi calculado em percentual e foi reclassificado de acordo com dois valores de referência que apresentam contextos de maior restrição para a ocupação territorial: 30% a 45%, classificada como média restrição; e mais de 45% de declividade que foi associada à alta restrição para a ocupação.

Figura 3 - Mapa de Declividade de Caeté

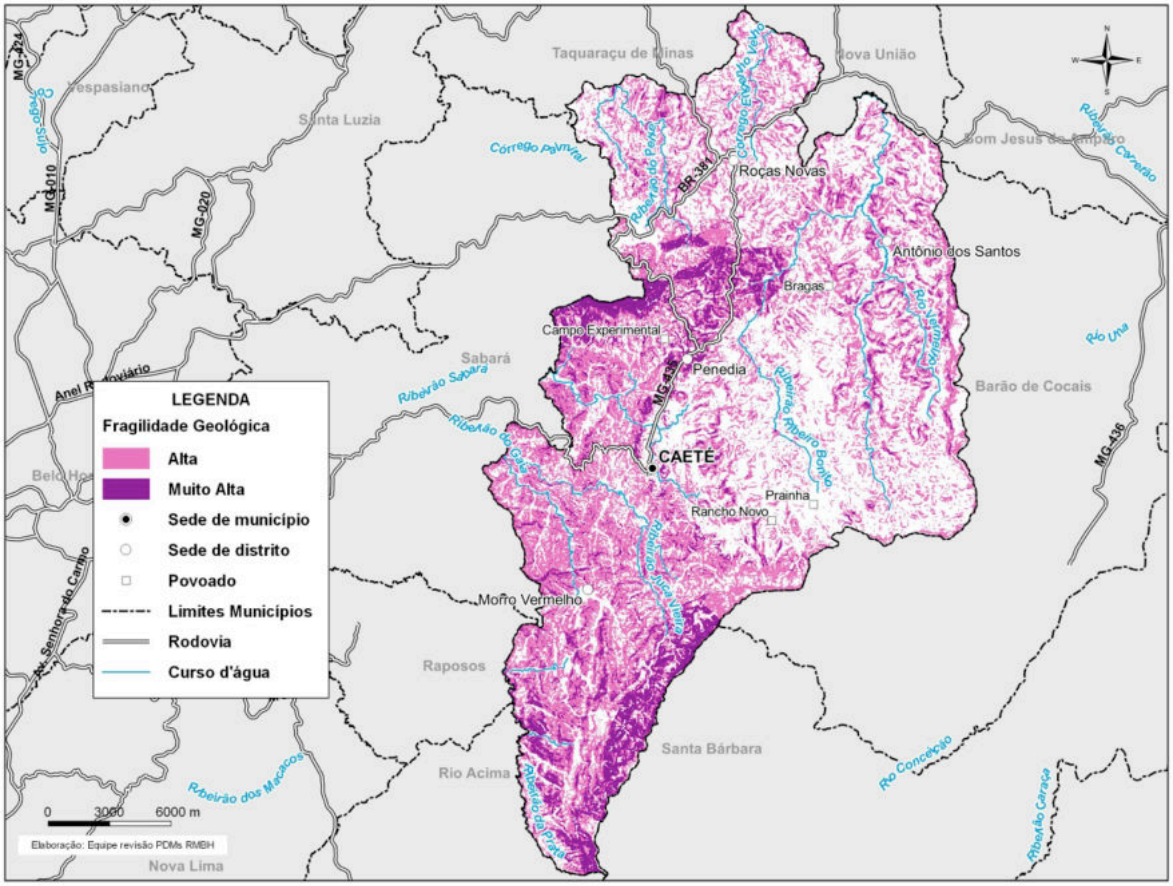


Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O mapa de fragilidade geológica foi gerado a partir de operação multicritério entre as bases de dados de declividade, de geologia e de pedologia. Para as

informações de cada camada foram atribuídos diferentes pesos de análise, considerando as referências e metodologias originais e os estudos associados à dinâmica geológica e ambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O mapa foi reclassificado em valores de fragilidade geológica relativa alta e muito alta. Nessas áreas devem ser considerados riscos de fragilidade para a ocupação que demandam estudos complementares específicos. Da mesma forma, não é possível falar que não existe risco geológico nas áreas em que estão mapeadas como de baixa fragilidade geológica, dada a escala e abrangência do mapeamento.

Figura 4 - Mapa de Fragilidade Geológica de Caeté

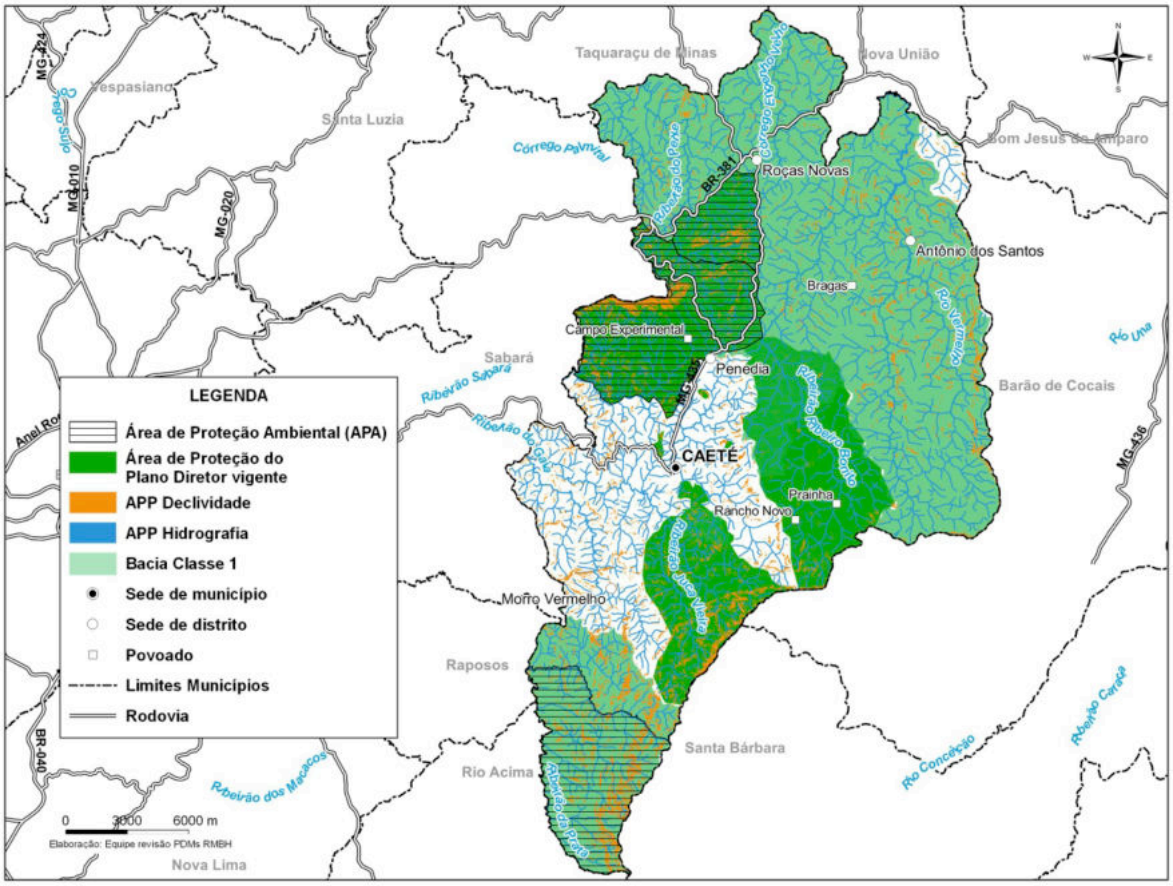


Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O mapa de interesse ambiental foi gerado a partir da superposição de informações e bases consideradas importantes para as políticas de conservação e de preservação ambiental no território municipal. São apresentadas informações

referentes às Áreas de Preservação Permanente (APP) de declividade (calculadas a partir do mapa de declividade previamente apresentado) e de fundos de vale. As APPs são consideradas áreas de forte restrição ambiental para a sua ocupação. São apresentadas também informações referentes às Unidades de Conservação tanto de proteção integral (altíssima restrição para a ocupação) quanto de uso sustentável (menor restrição para a ocupação). Os dados referentes ao enquadramento dos cursos d'água em classes também foram consideradas importantes para a definição de alguns padrões de ocupação que possam gerar impactos difusos ou pontuais de cargas poluentes aos cursos d'água.

Figura 5 - Mapa de Interesse Ambiental de Caeté

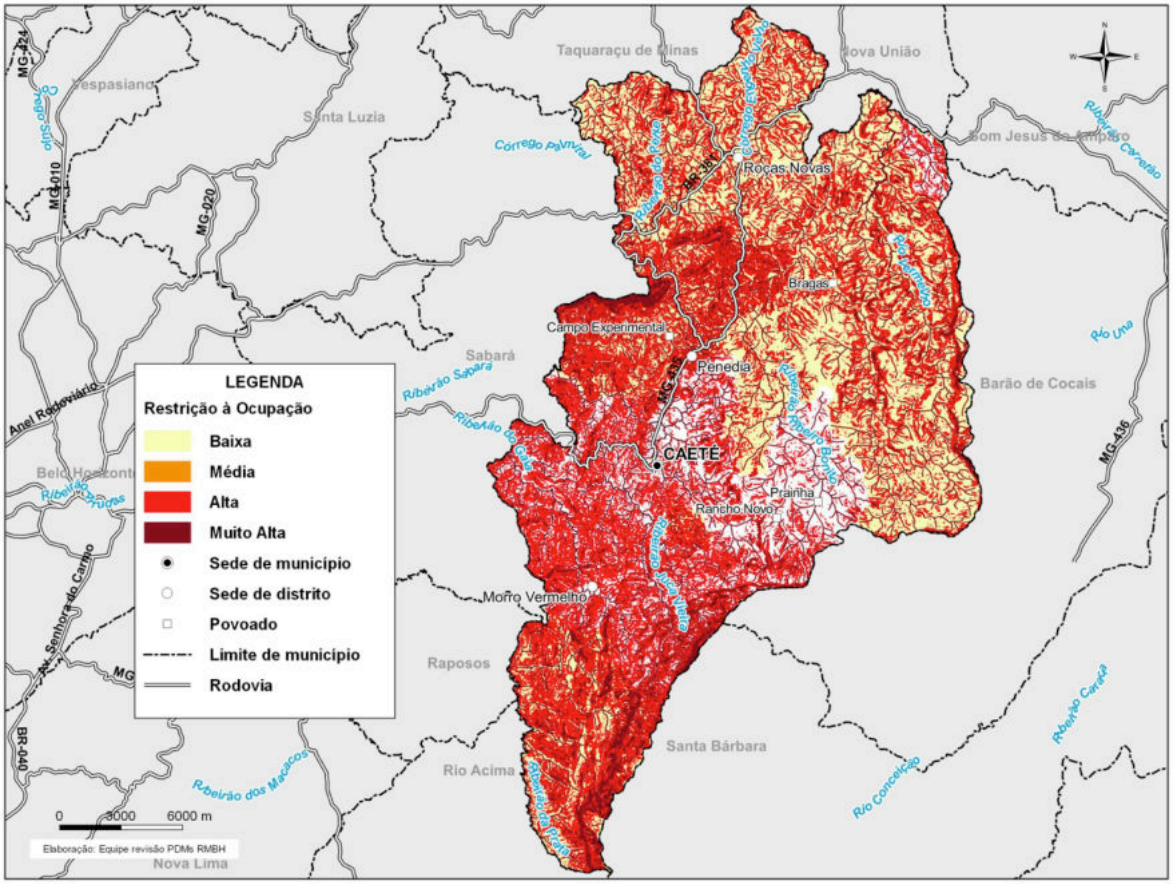


Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Um percentual muito elevado do município 71,49% está inserido em áreas de risco geológico muito baixo, baixo e médio (18,06%, 26,29% e 27,14%

respectivamente). As áreas de maior risco no município estão associadas ao contexto da Serra Azul à sul da sede municipal e à áreas com solo pouco profundo e que apresentam também declividades médias e altas, essas áreas encontram-se espalhadas pela porção do território localizada à sul da sede.

Figura 6 - Mapa Síntese de Restrições à Ocupação em Caeté



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.2 Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano

A proposta de revisão do perímetro urbano de Caeté se orientou por critérios definidos ao longo das leituras técnicas e comunitárias do processo de revisão do Plano Diretor. O primeiro critério adotado, visando o reconhecimento de áreas urbanas mais consolidadas, ajustou o perímetro ao tecido urbano existente da sede municipal e distritos. A partir do mesmo critério, optou-se por não estender o

perímetro aos povoados e localidades, sobre os quais, quando necessário, foram demarcadas manchas de sobrezoneamento com diretrizes de requalificação. Em alguns casos específicos, em função do grau de urbanização, adensamento e consolidação do tecido urbano, bem como em resposta a demandas comunitárias locais, optou-se por criar perímetros urbanos isolados, prevalecendo, entretanto, como diretriz, o desestímulo ao desenvolvimento de urbanizações dispersas pelo território municipal.

O segundo critério procurou seguir as orientações do Artigo 42-B do Estatuto da Cidade quanto ao mapeamento das restrições ambientais à ocupação urbana, conforme o conjunto de mapas apresentado na subseção anterior. Esse conjunto de restrições à ocupação - declividade, fragilidade geológica e interesse ambiental - balizou o desenho das propostas preliminares de ajustes dos perímetros urbanos, tendo como pressuposto que a expansão urbana deve se concentrar em áreas com baixo e médios graus de restrição.

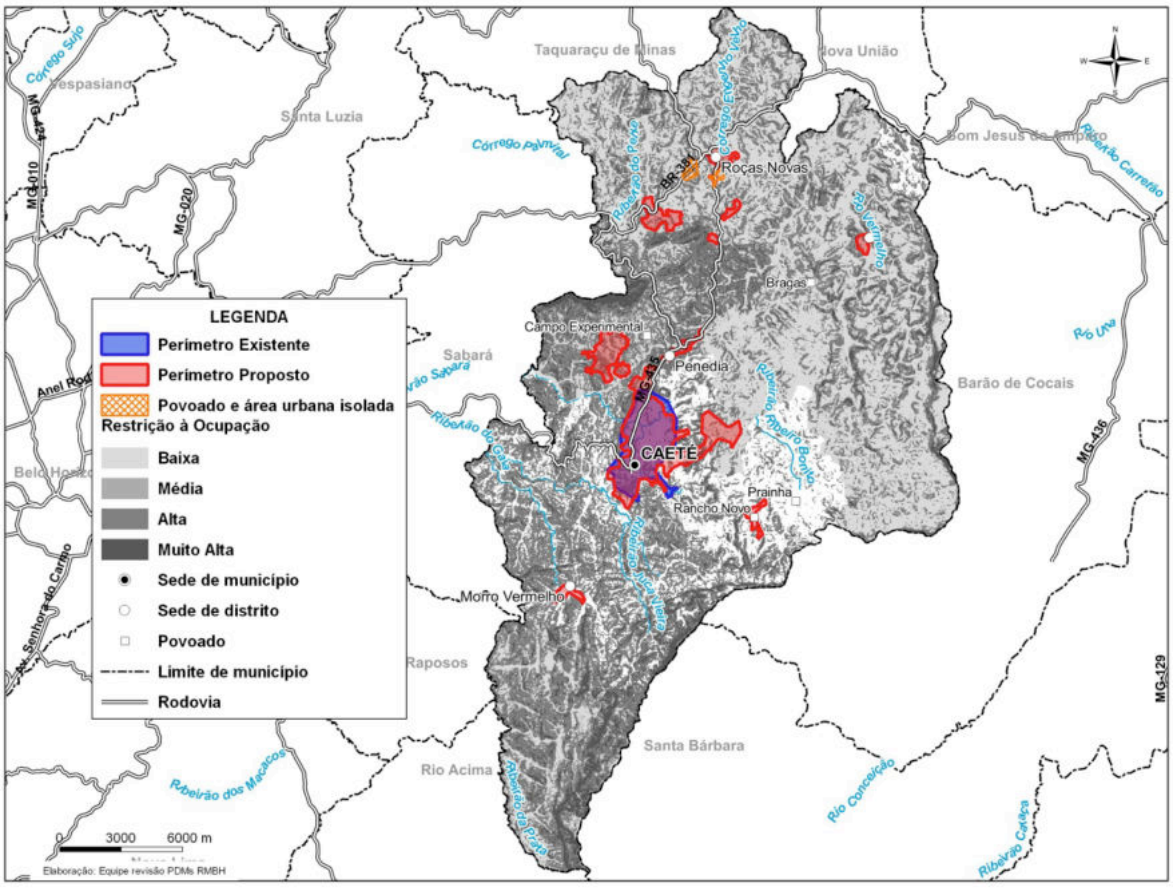
O terceiro critério adotado se refere ao modo como foram tratados os parcelamentos irregulares realizados fora do perímetro urbano em vigor. Nos casos em que tais parcelamentos promovem a continuidade da mancha urbana e onde não há restrições ambientais ou de proteção da área rural, houve reconhecimento da expansão urbana e ajuste do perímetro. Nos casos em que o parcelamento ocorre em áreas onde não se justifica o desenvolvimento de estrutura urbana e estímulo a novos parcelamentos, seja por restrição ambiental, proteção de área rural ou descontinuidade da mancha urbana, não houve ajuste ou criação de novo perímetro. Nestas situações, as áreas passíveis de regularização fundiária desse tipo de ocupação foram demarcadas como Zonas de Diretrizes Especiais destinadas à adoção de políticas e intervenções específicas de requalificação.

Cabe ainda observar que optou-se, nesta etapa de propostas preliminares, pela não definição de uma zona específica de expansão urbana. Entretanto, as áreas de expansão coincidem com os vazios encontrados entre o tecido urbano atual e o novo perímetro urbano, e cada uma dessas áreas recebe um zoneamento

urbano. Posteriormente, a essas áreas serão agregados critérios específicos para expansão urbana, como mecanismos de recuperação de parte da mais-valia fundiária decorrente da transformação de áreas rurais em áreas urbanas.

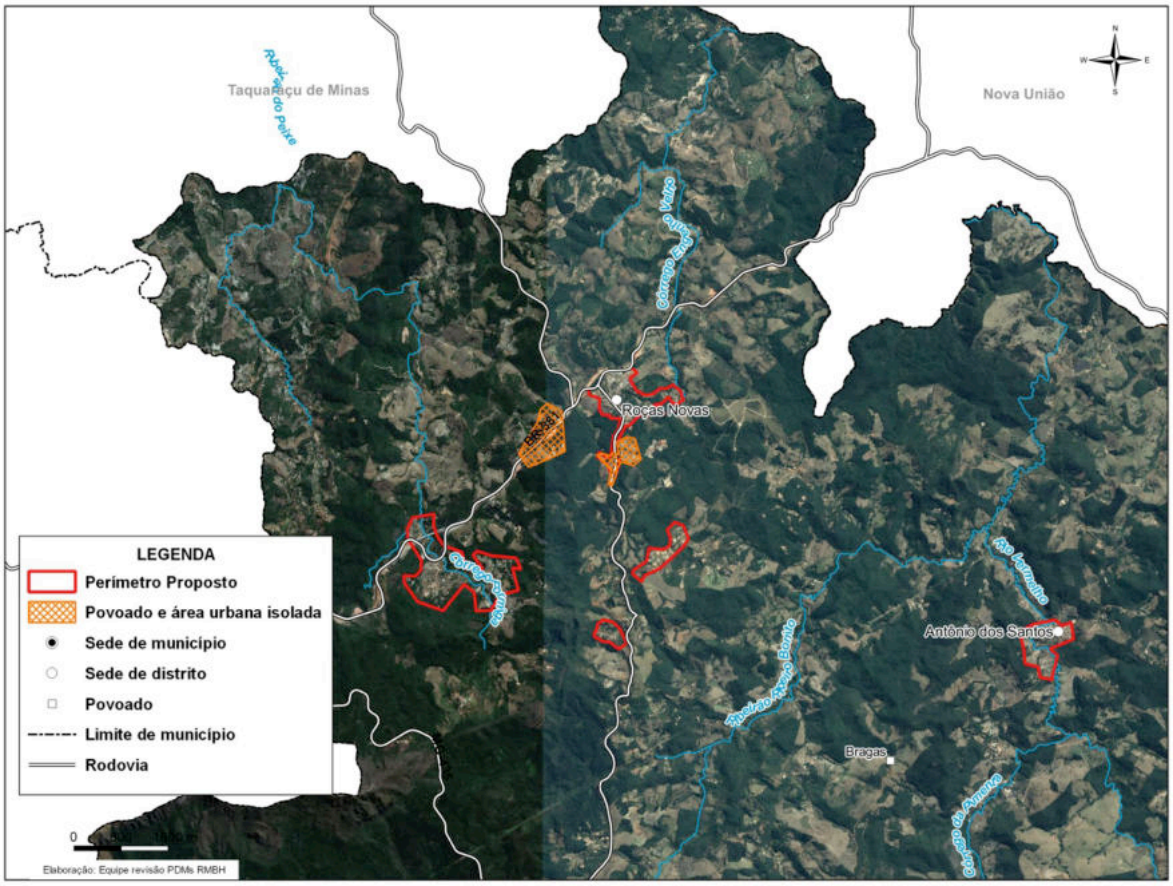
As Figuras que se seguem mostram a proposta de ajuste dos perímetros urbanos em Caeté, sendo o perímetro existente representado em azul, o perímetro proposto em vermelho, e as manchas de sobrezoneamento sobre povoados e áreas urbanas dispersas que não enquadram nos critérios que justificam a criação de perímetros urbanos isolados.

Figura 7 - Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano - Caeté



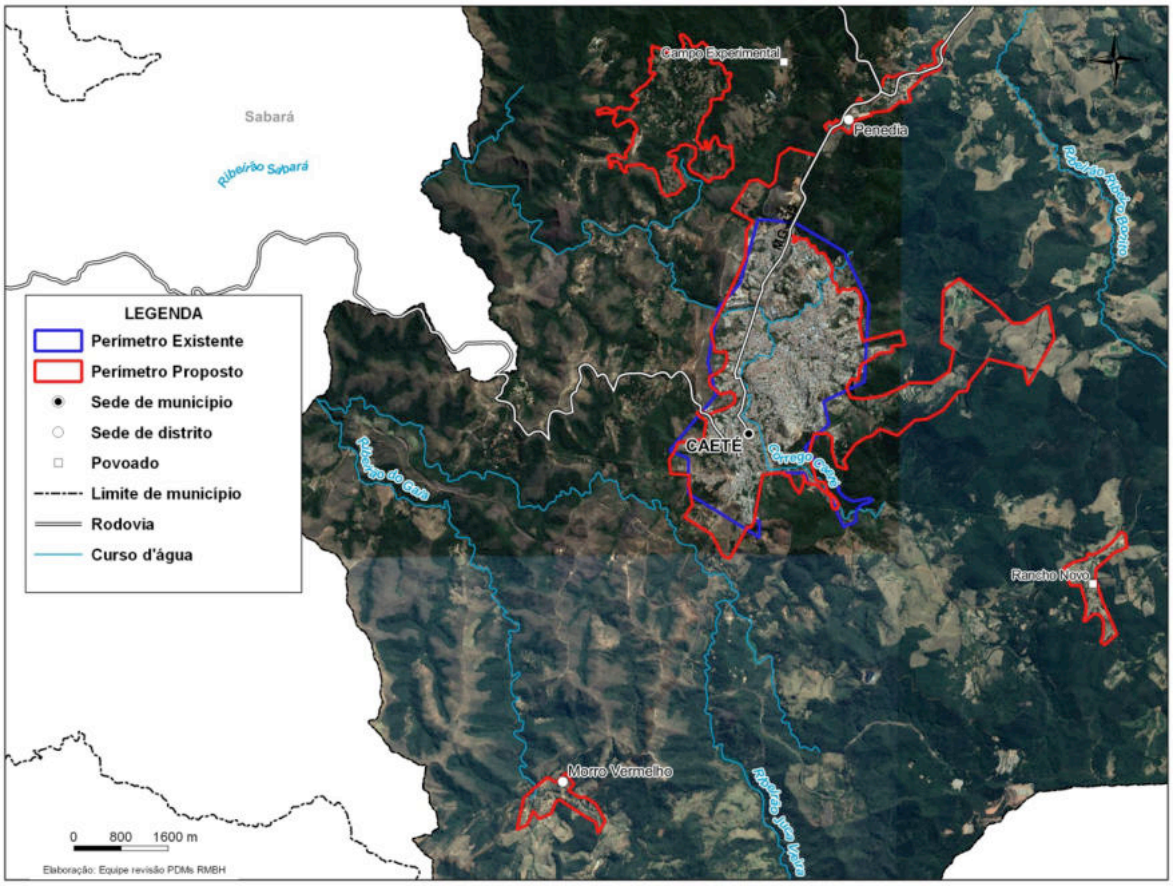
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 8 –Detalhe da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano – Caeté



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 9 –Detalhe da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano – Caeté



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.3 Propostas preliminares de classificação e reestruturação viária

A classificação hierárquica e reestruturação viária é uma proposta de regulação das formas de deslocamento pelo território do município, e se baseia nas diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecida pela lei 12.587/2012, priorizando assim os deslocamentos pelos modos coletivos e ativos (não-motorizados). A proposta se valeu dos levantamentos feitos anteriormente neste trabalho, bem como dos depoimentos registrados nas relatorias das oficinas participativas realizadas no município, nas quais se procurou, especificamente, por comentários a respeito das condições de mobilidade urbana cotidianas. Assim, chegou-se à criação de 11 categorias de vias para o território municipal, que foram definidas a partir de “características desejáveis” de circulação. Elas estão sumariamente resumidas abaixo:

Tabela 2 - Categorias de vias para reestruturação viária

TIPO DE VIA	ATIVIDADE PREDOMINANTE	MODOS DE TRANSPORTE PERMITIDOS	VELOCIDADE	PAVIMENTAÇÃO
Via Expressa (ligação metropolitana ou regional)	Trajetos de longa distância entre cidades e regiões veículos em movimento rápido	Somente modos motorizados. Travessias de pedestres em nível diferenciado.	Regulada pela via, geralmente acima de 80km/h	Asfalto
Via Rural de integração	Trajetos de média/longa distância entre cidades limítrofes e entre sede e distritos.	Bicicleta e modos motorizados. Travessia de pedestres em nível, com sinalização	Sugestão de 60km/h. Intervenções de diminuição de velocidade em pontos estratégicos	Asfáltica ou permeável.
Via Rural de preservação	Trajetos de média e curta distância para a zonal rural do município. Lógica de preservação ambiental do entorno.	A pé, bicicleta, modos motorizados – restrição a veículos pesados.	Sugestão de 30km/h, velocidade reduzida em função das características da via e de seu entorno.	Sem pavimentação ou pavimentação não-asfáltica, permeável
Via Arterial	Tráfego para vias expressas, trajetos de médias distância, estruturação do território urbano;	Bicicleta e todos os modos motorizados; Travessia de pedestres em nível, protegida por semáforos.	Sugestão de 50km/h. medidas físicas de diminuição de velocidade em pontos estratégicos.	Pavimentação asfáltica ou permeável
Via Coletora	Transição entre vias arteriais e locais (movimento de início e fim de viagens), paradas de transporte público.	Bicicleta, modos motorizados, modos de tração animal. Restrição à carga pesada. Travessia em faixa de pedestres.	Sugestão de 30km/h. medidas físicas de diminuição de velocidade em pontos estratégicos.	Pavimentação asfáltica ou permeável
Via Local	Acesso veicular ao uso do solo e domicílios, entrega de mercadorias, veículos lentos em movimento.	Bicicleta, tração animal, modos motorizados. Restrição a ônibus e carga pesada. Travessia livre de pedestres.	Velocidade máxima de 20km/h a 30km/h, possíveis medidas de redução de velocidade.	Pavimentação permeável, preferencialmente.
Via de transição (ou via calma)	Acesso de veículos e pedestres a domicílios, lazer e contemplação,	Convivência entre modo a pé, bicicleta e motorizados leves.	Máxima de 20km/h para possibilitar convivência com segurança.	Pavimentação permeável, não asfáltica, preferencialmente.
Via ciclística	Deslocamentos de pequena e média distância, lazer, esporte.	Exclusiva para bicicleta, travessia de pedestres de preferência sinalizada.	Não se aplica.	Asfalto ou pavimento liso.
Via pedonal	Acesso a domicílios e comércio, lazer e contemplação.	A pé e bicicleta. Acesso de veículos leves só para trânsito local.	Trânsito local, 10kmm/h.	Pavimentação não asfáltica.
Via rural pedonal-ciclística	Trilha rural, acesso a localidades rurais e cursos d'água. Turismo e lazer.	Exclusivo para bicicleta e a pé.	Não se aplica.	Sem pavimentação.

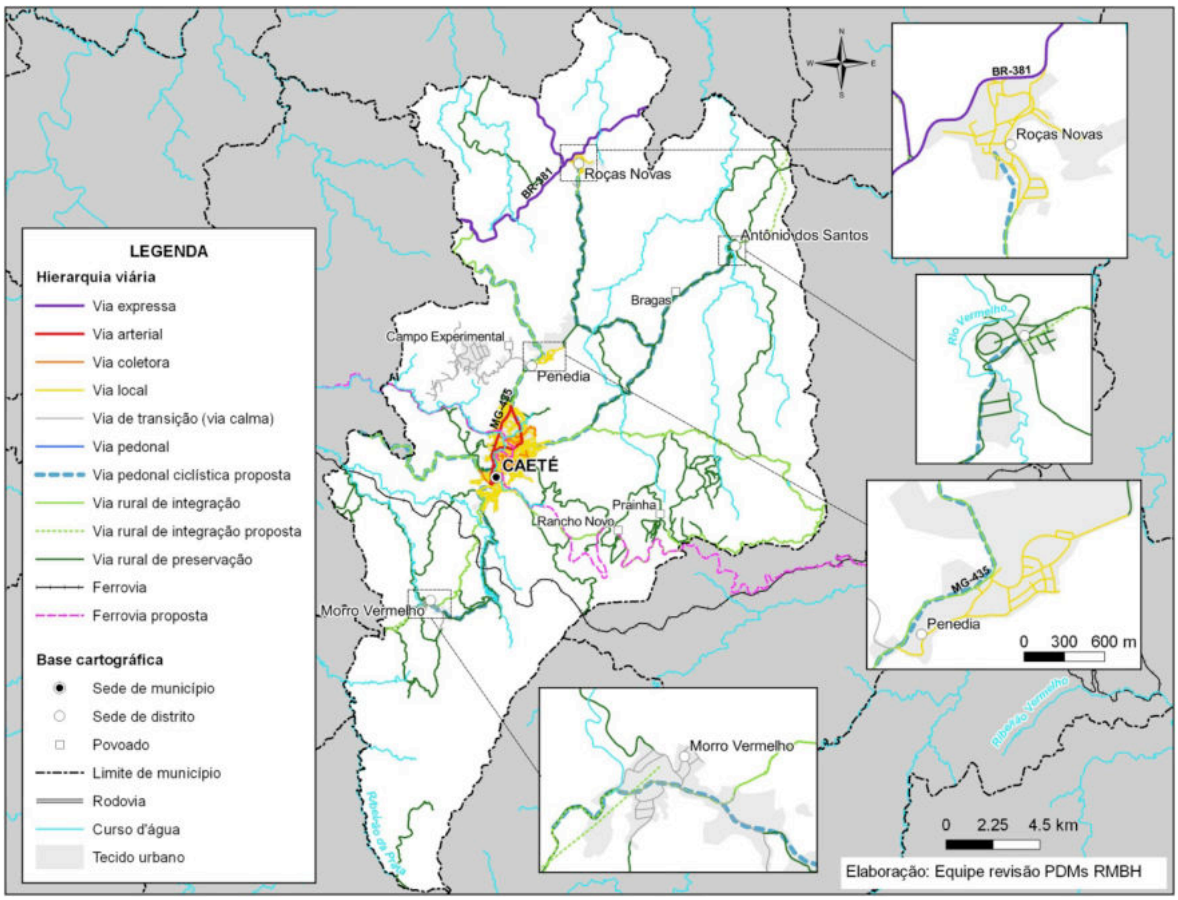
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Das categorias apresentadas acima, faz-se importante destacar quatro que não são comuns em mapas de hierarquização viária. Trata-se da “Via rural de integração”, a “”Via rural de preservação”, a “Via rural pedonal-ciclística” e a “Via de transição (ou via calma)”. As três primeiras são pensadas para o município em seu espaço para além do perímetro urbano, nas formas de integração e utilização de seu território tido como rural. Assim, a via rural de integração se coloca com a principal função de integrar o território municipal, em especial distritos e sedes, e para se propõe asfaltada e de trânsito relativamente rápido. Para porções do território municipal nas quais o uso não é tão frequente e se pretende resguardar, em especial, características ambientais importantes para a dinâmica ambiental regional, propõe-se vias rurais de preservação, com pavimentação alternativa à asfáltica e velocidade reduzida em relação a via de integração. Por fim, busca-se identificar e propor vias de acesso não-veicular ao território para maior preservação e incentivo ao uso recreativo e ambiental, as assim chamadas “vias rurais pedonais-ciclísticas”.

Por sua vez, foi constatada na maioria dos municípios metropolitanos a precária cobertura de calçadas e de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Por outro lado, constata-se também a dificuldade das autoridades municipais e dos residentes em tomar medidas que tornem homogênea o tratamento dessas vias para pedestres. Partindo-se do princípio de que, em muitos municípios, a via tida como veicular é usada também por pedestres, propõe-se aqui uma “via de transição” entre a calçada e a via local, na qual toma-se medidas físicas e regulatórias para o convívio seguro entre o deslocamento a pé e os deslocamentos motorizados em baixa velocidade. A via também pode ser chamada de “via calma” e tem referências e exemplos em várias cidades do mundo. A diferença, aqui, é a proposição de uma via de transição também para espaços de baixa circulação, como medida de proteção aos residentes e pedestres.

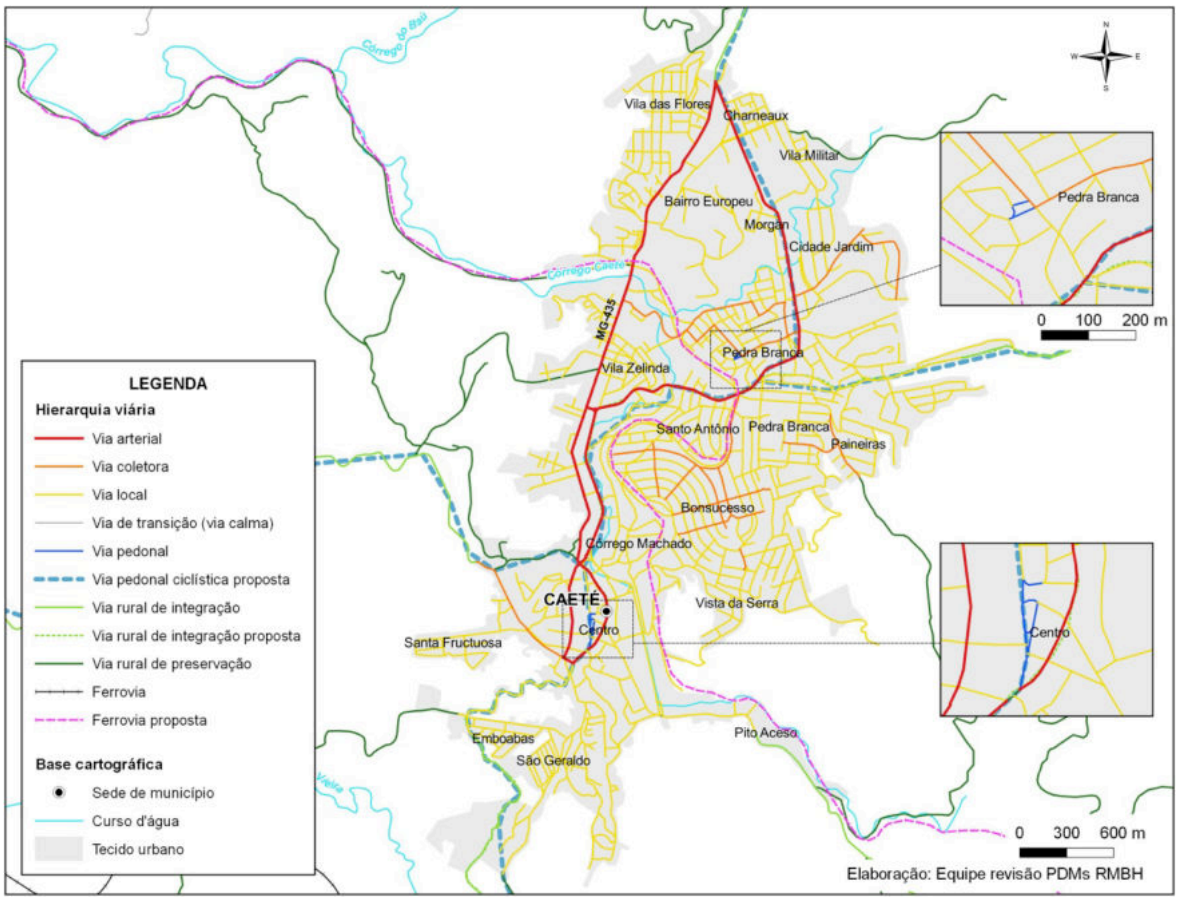
A seguir, são apresentados os mapas de classificação e hierarquização viária de Caeté, o primeiro cobre todo o território e o segundo detalha a sede municipal.

Figura 10 –Proposta Preliminar de Hierarquização Viária – Caeté



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 11 –Proposta Preliminar de Reestruturação Viária – Caeté



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.4 Propostas preliminares da Trama Verde-Azul

A concepção de uma “trama verde-azul metropolitana” está prevista no Projeto de Macrozoneamento e se refere à ideia de um elemento articulador do território metropolitano, que busca assegurar a continuidade entre espaços naturais e rurais na dinâmica urbana da metrópole, incentivando seu uso e sua diversificação.

A proposta tem como elementos base as áreas com presença de vegetação (trama verde) e os rios com suas margens (trama azul), e tem como objetivo fomentar a proteção e recuperação dessas áreas, viabilizar seu uso recreativo de maneira ampla e diversificada, promover a criação de circuitos de mobilidade

ativa (não motorizados), proteger a atividade agrícola e incentivar a produção agroecológica, preservar e valorizar o patrimônio cultural e paisagístico, estimular o turismo ecológico e cultural, e minimizar os riscos ambientais à ocupação. A proposta preliminar aqui apresentada foi construída a partir da sobreposição de análises e sugestões oriundas das leituras comunitárias e técnicas; das propostas preliminares de classificação e reestruturação viária; dos mapeamentos do uso e ocupação do solo urbano e das restrições à ocupação; e das diretrizes e parâmetros do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH).

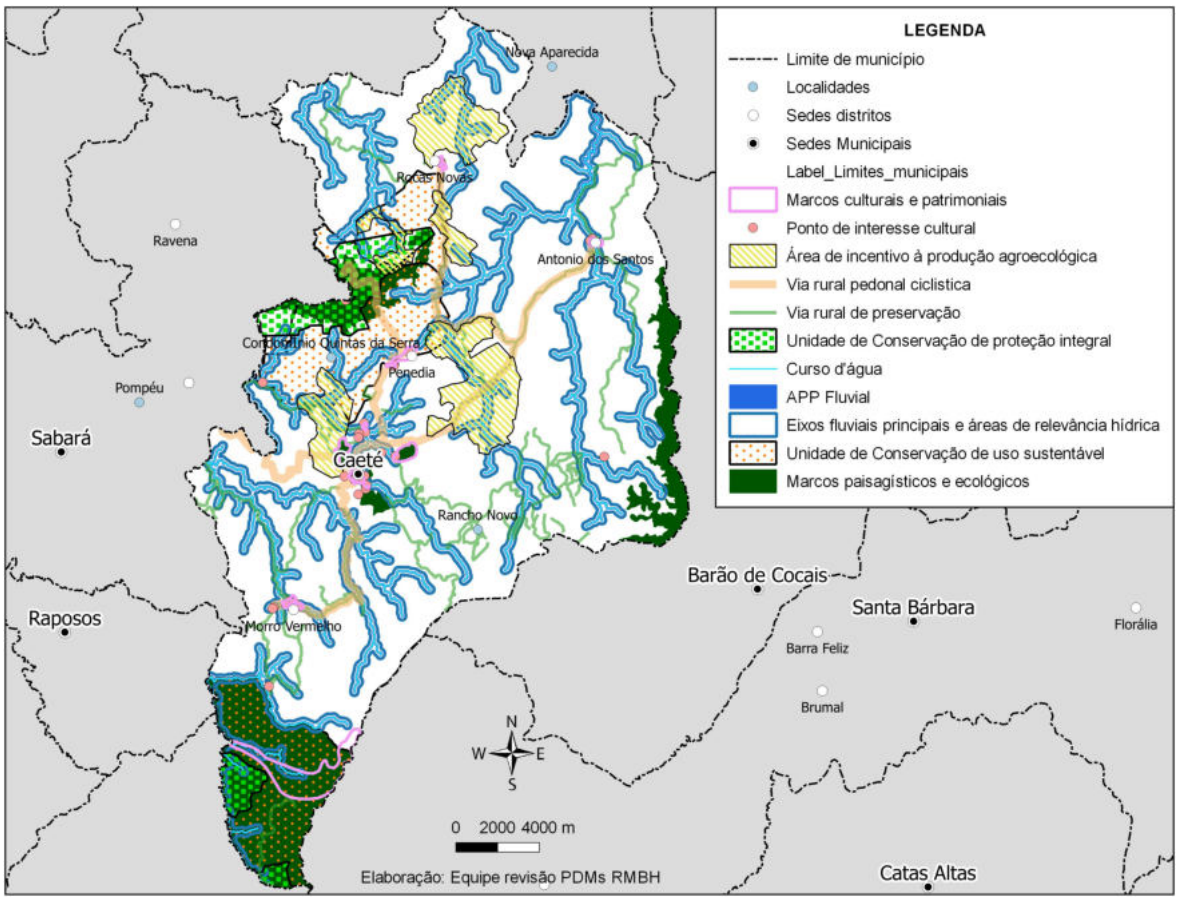
Tal proposta se articula em torno de cinco temáticas estruturantes que, por sua vez, são compostas por diferentes elementos, descritos na tabela abaixo e identificados no mapa síntese da proposta preliminar da Trama Verde-Azul para o município de Caeté, que são apresentados a seguir.

Tabela 3 – Elementos que compõem a Trama Verde-Azul

TEMÁTICA	ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS	DESCRIÇÃO	DIRETRIZES
Patrimônio cultural	**Pontos de Interesse Cultural** **Marcos Culturais Patrimoniais**	Elementos construídos, edificações e suas respectivas áreas ou lotes; conjuntos arquitetônicos, sítios urbanos ou rurais; sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos; templos religiosos, elementos paisagísticos; conjuntos urbanos, espaços e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial e/ou a usos de valor socialmente atribuído.	Regiões de interesse, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e ou arquitetônico, em que a proteção e a ampliação do acesso devem ser incentivadas.
Agriculturas	**Áreas de Incentivo à produção agroecológica**	Áreas de produção agrícola (existentes ou potenciais) inseridas ou próximas às ocupações urbanas (dentro ou fora do perímetro urbano proposto) e aquelas próximas aos cursos d'água.	Áreas importantes para a manutenção da seguridade alimentar, dos usos rurais e para a consolidação de práticas produtivas que contribuem para a qualidade ambiental. Devem ser incentivadas as práticas agroecológicas e em transição; o manejo do solo e da água em vistas à seguridade e qualidade ambiental; a produção de alimentos saudáveis e a eliminação do uso de agrotóxicos; e a manutenção dos usos rurais de baixo impacto.
Patrimônio ambiental e paisagístico	**Marcos paisagísticos e ecológicos** **Unidade de conservação de usos sustentável** **Unidade de conservação de proteção integral**	Parques e zonas municipais de preservação ambiental, unidades de conservação e áreas definidas no Macrozoneamento como ZP-1 (Zona de Proteção-1)	Áreas de importância ambiental e paisagística reconhecida que devem ser protegidas, recuperadas e onde usos públicos, recreativos e de turismo ecológico devem ser incentivados.
Eixos fluviais principais e áreas de relevância hídrica	**Curso d'água** **APP Fluvial** **Eixos fluviais principais e áreas de relevância hídrica**	Áreas de relevância para a preservação das águas, para a conexão ecológica e para a viabilização do usufruto e acesso universal aos rios.	Áreas de importância hídrica, ecológica e recreativa, que devem ser protegidas e recuperadas. Deve ser incentivada a implantação de sistemas agroflorestais, o acesso universal, a implantação de circuitos de mobilidade ativa, e as atividades recreativas e de turismo ecológico.
Rede de acessibilidade e mobilidade ativa	**Via Rural de Preservação** **Via Rural Pedonal Ciclística**	Vias e trilhas de acesso à zona rural e aos cursos d'água, sem pavimentação ou pavimentação permeável, de velocidade reduzida, com estímulo ou exclusividade à mobilidade ativa.	Lógica de preservação ambiental do entorno. Vias que se relacionam com a lógica de preservação do entorno, viabilizando circuitos recreativos e turísticos, incentivando a mobilidade ativa.

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 12 –Propostas Preliminares da Trama Verde Azul – Caeté



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.5 Proposta preliminar de zoneamento

A elaboração da proposta preliminar de zoneamento para o controle dos padrões de uso e ocupação do solo no município de Caeté, apresentada a seguir, foi construída a partir das diretrizes e propostas oriundas: (i) das duas oficinas participativas realizadas no município, a Oficina de Leitura Comunitária e a Oficina de Diretrizes e propostas Preliminares; (ii) das contribuições levantadas ao longo das reuniões do Grupo de Acompanhamento; (iii) do mapeamento dos tipos de uso e ocupação do solo urbano (iv) da identificação de áreas de restrição à urbanização; (v) do mapeamento dos elementos que compõem a Trama Verde-Azul; e (vi) do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH).

Trata-se de uma proposta composta de zonas e sobrezoneamento cujas categorias foram definidas com o objetivo de simplificar a legislação urbanística do município, agilizando os processos burocráticos de aprovação de projetos e a compreensão da legislação urbanística pela população de forma geral. As categorias de zonas e sobrezonas adotadas teve como referência aquelas adotadas pelo MZ-RMBH que, em atendimento a diretriz específica do PDDI, pretende, de forma unificada, possibilitar também uma leitura integrada dos diversos zoneamentos municipais que integram o território metropolitano. Foram, no entanto, acrescidas às categorias previstas pelo MZ-RMBH, outras que permitissem a adequação da proposta às especificidades da escala local.

A seguir, são apresentadas duas tabelas contendo as categorias adotadas acompanhadas de uma descrição com os objetivos a que se propõem e de exemplos que ilustram as respectivas intenções de uso e ocupação do solo, com destaque para aquelas acrescidas à proposta do MZ-RMBH. Destaca-se que nem todas essas categorias foram necessariamente utilizadas na proposta preliminar de uso e ocupação do solo do município de Caeté. Optou-se, contudo, por apresentá-las todas aqui de forma a permitir uma visão do conjunto de categorias que estão sendo utilizadas na revisão de outros Planos Diretores Municipais na RMBH.

Tabela 4 - Categorias de Zoneamento

NOME	DESCRIÇÃO	INTENÇÕES PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ZP-1: Zona de Proteção 1	Zona de proteção ambiental máxima.	Unidades de Conservação, APA, APE, RPPN, Parques, marcos paisagísticos e ecológicos, etc.
ZP-2: Zona de Proteção 2	Zona rural ou urbana de ocupação dispersa e/ou baixa densidade orientada ao desenvolvimento da agroecologia, agricultura urbana agricultura familiar, turismo e lazer.	Fazendas, hotéis fazenda, chácaras, sítios etc.
ZP-3: Zona de Proteção 3	Zona especial de desenvolvimento urbano e preservação ambiental.	Projetos em áreas com atributos ambientais que conciliam adensamento com preservação: clubes; pousadas, equipamentos de uso coletivo, conjuntos residenciais e de uso misto.
ZAC-1: Zona de Atividades Complementares 1	Zonas predominantemente residenciais de baixa densidade.	Condomínios residenciais unifamiliares e de baixa densidade.
ZAC-2A: Zona de Atividades Complementares 2A	Zonas predominantemente residenciais de baixa densidade.	Uso residencial unifamiliar de baixa densidade, casa com barracão, sobrado de uso misto.
ZAC-2: Zona de Atividades Complementares 2	Zonas predominantemente residenciais de media densidade.	Uso residencial uni e multifamiliar, casa, casa com barracão, sobrado de uso misto, predinho econômico.
ZAC-3: Zona de Atividades Complementares 3	Zonas mistas de media ou alta densidade e complexidade compatível com o desenvolvimento de centralidades locais.	Conjunto comercial conjuntos residenciais, edifícios comerciais e de uso misto.
ZDA: Zona de Diversificação e Adensamento	Zonas centrais mistas de alta densidade e grande diversidade e complexidade de usos compatíveis com o desenvolvimento de centralidades regionais metropolitanas.	Edifícios residenciais, não residenciais e mistos verticalizados, galerias e centros comerciais, equipamento de uso coletivo (polos regionais).
ZDEI: Zona de Desenvolvimento Econômico e Industrial	Zonas com localização e acessibilidade estratégicas para o desenvolvimento de atividades industriais e de logística.	Galpões, distritos industriais, centros de distribuição e logística.
ZEIS-1: Zona Especial de Interesse Social 1	Áreas que demandam regularização fundiária de assentamentos precários ou com infraestrutura urbana deficiente.	Vilas, favelas, loteamentos irregulares e assentamentos precários.
ZEIS-2: Zona Especial de Interesse Social 2	Áreas vazias ou subutilizadas que devam ser parceladas e ocupadas a partir de intervenções que promovam infraestrutura urbana e núcleos habitacionais.	Áreas vazias ou subutilizadas integradas ao tecido urbano, apropriadas ao parcelamento e ocupação, com boa acessibilidade e boas condições topográficas.

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Tabela 5 – Categorias de sobrezoneamento

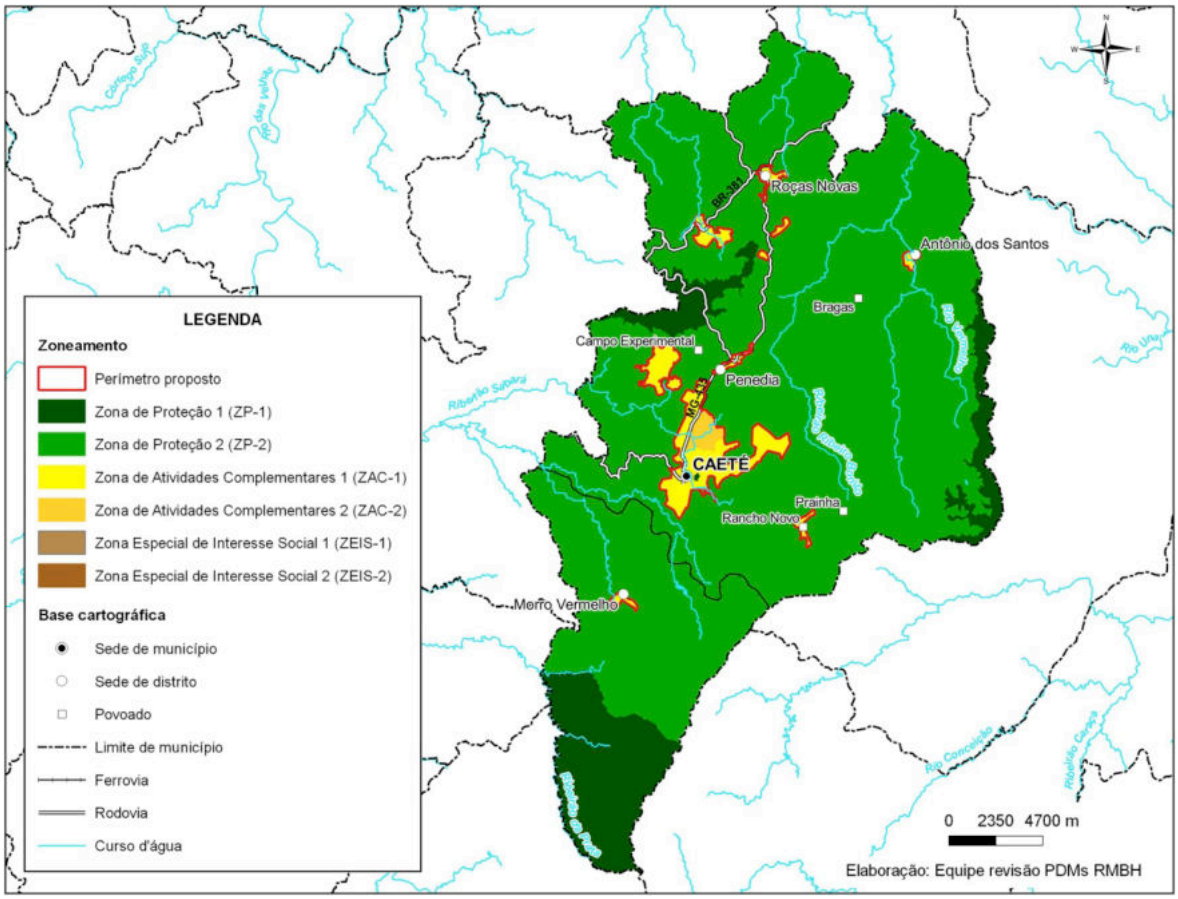
NOME	DESCRIÇÃO	INTENÇÕES PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ZDE-REQ: Zona de Diretrizes Especiais – Requalificação	Áreas em que demandam complementação e/ou melhoria da infraestrutura e/ou requalificação urbanística e/ou regularização fundiária.	Áreas consolidadas com infraestrutura deficiente, áreas consolidadas irregulares, áreas centrais que demandam projetos de requalificação urbanística e ambiental.
ZDE-MIN: Zona de Diretrizes Especiais – Mineração	Territórios minerários a serem recuperados quando degradados e integrados à Trama Verde-Azul.	Territórios minerários em atividade ou não.
ZDE-GE: Zona de Diretrizes Especiais – Grandes Equipamentos	Áreas destinadas a grandes equipamentos de interesse coletivo existentes ou previstos.	Presídios, estação de tratamento de água e esgotos, terminal multimodal, subestação, etc.
ZDE-ZIL: Zona de Diretrizes Especiais – Indústria e Logística	Áreas onde há interesse estratégico em privilegiar a instalação de atividades industriais e de logística.	Complexos industriais, parques tecnológicos, zonas de atividades econômicas especializadas, distritos industriais não poluentes e outras atividades econômicas conviventes com o uso residencial.
ZDE-ROD: Zona de Diretrizes Especiais – Rodovias	Áreas prioritárias para atividades econômicas, logística e tratamento ambiental ao longo de rodovias.	Trechos rodoviários em zona urbana com tratamento urbanístico diferenciado e exclusivamente destinado a usos não residenciais.
ZDE-PAC: Zona de Diretrizes Especiais – Patrimônio Cultural	Áreas para a proteção e ampliação do acesso aos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico.	Edificações, conjuntos arquitetônicos, sítios naturais, sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos, templos religiosos e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial.
ZDE-AMB: Zona de Diretrizes Especiais – Ambientais	Áreas para recomposição florestal de áreas degradadas, contenção de materiais sedimentares, sistemas agroflorestais, e adequação de técnicas de manejo do solo.	Áreas de relevância hídrica e ecológica, considerando a conectividade de sistemas ambientais e a estruturação de práticas de menor em impacto em áreas frágeis.
ZDE-AGR: Zona de Diretrizes Especiais – Agroecologia	Áreas com incentivos para produção agroecológica e em transição; manejo de uso do solo e da água; produção de alimentos saudáveis; manutenção dos usos rurais de baixo impacto.	Áreas importantes para a manutenção da seguridade alimentar, dos usos rurais e de consolidação de práticas produtivas de menor impacto ambiental.

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

A seguir, são apresentados dois mapas que sintetizam a proposta preliminar das categorias de uso e ocupação do solo para Caeté: o primeiro traz o zoneamento e

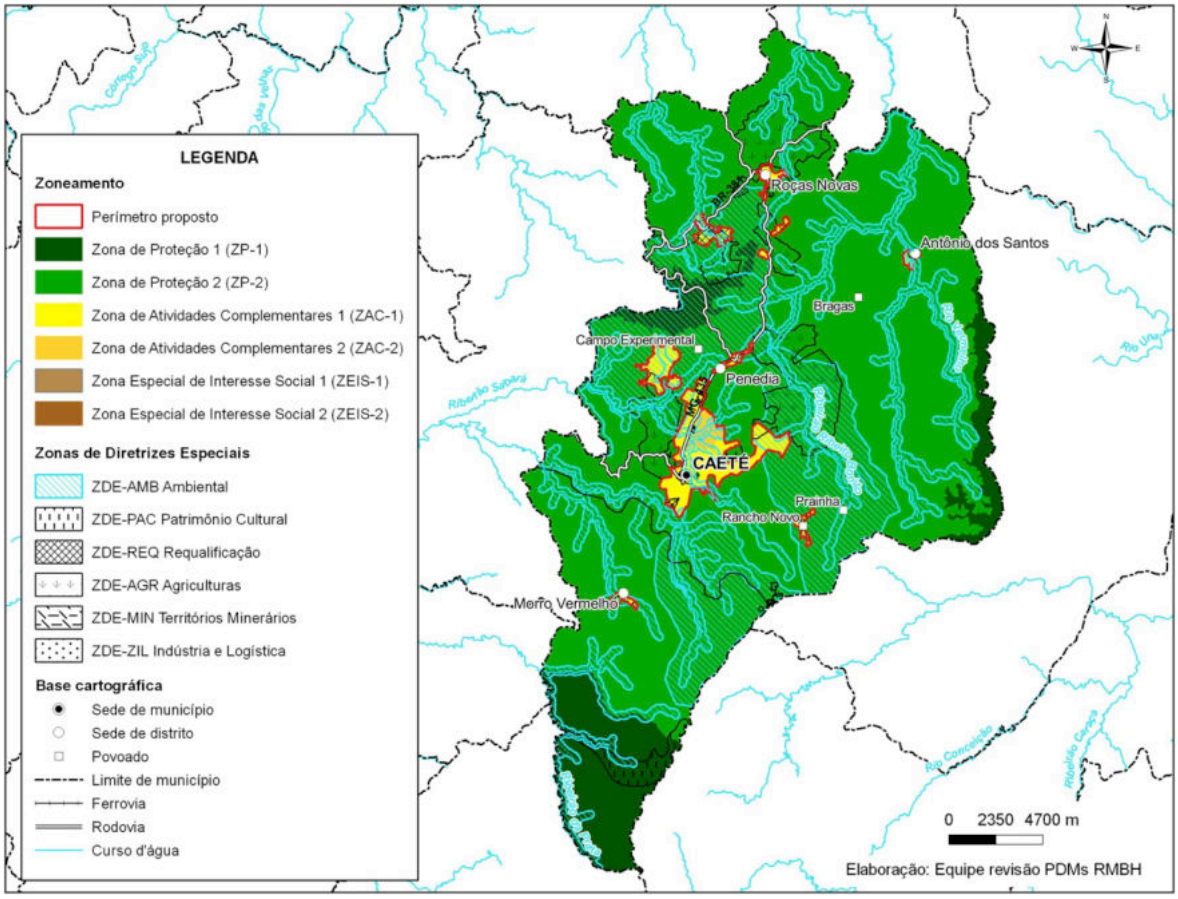
o segundo as zonas de diretrizes especiais que compõem o sobrezoneamento que incide sobre as primeiras.

Figura 13 - Proposta Preliminar de Zoneamento Municipal



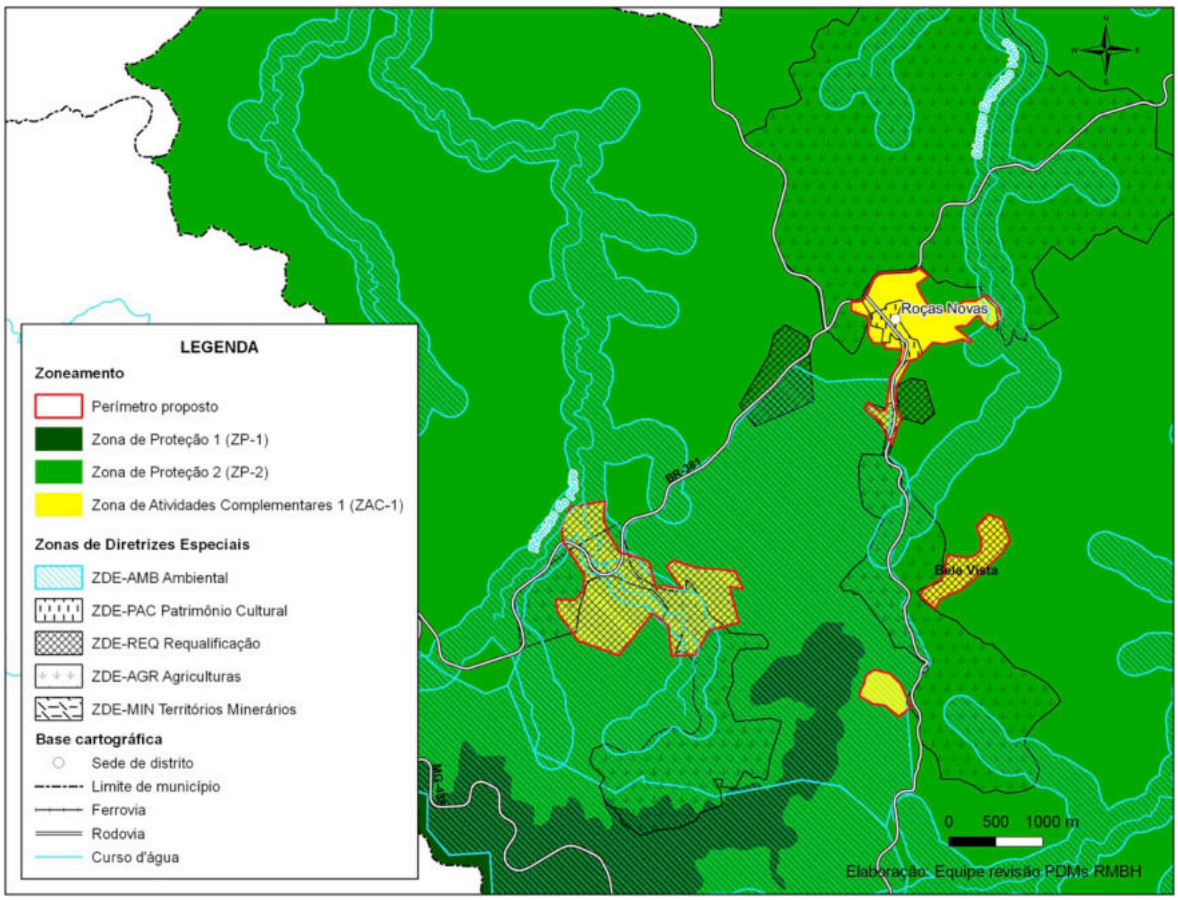
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 14 - Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal



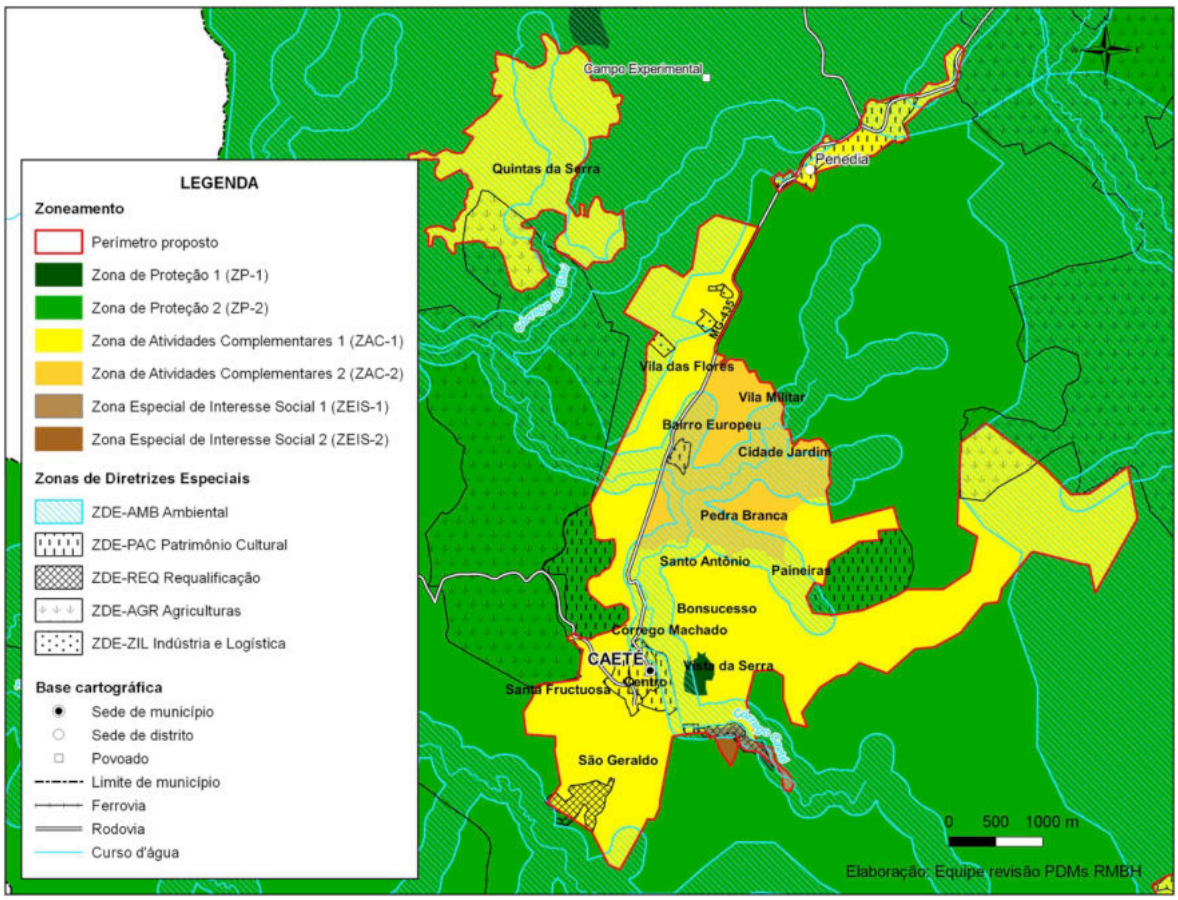
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 15 - Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal – detalhe



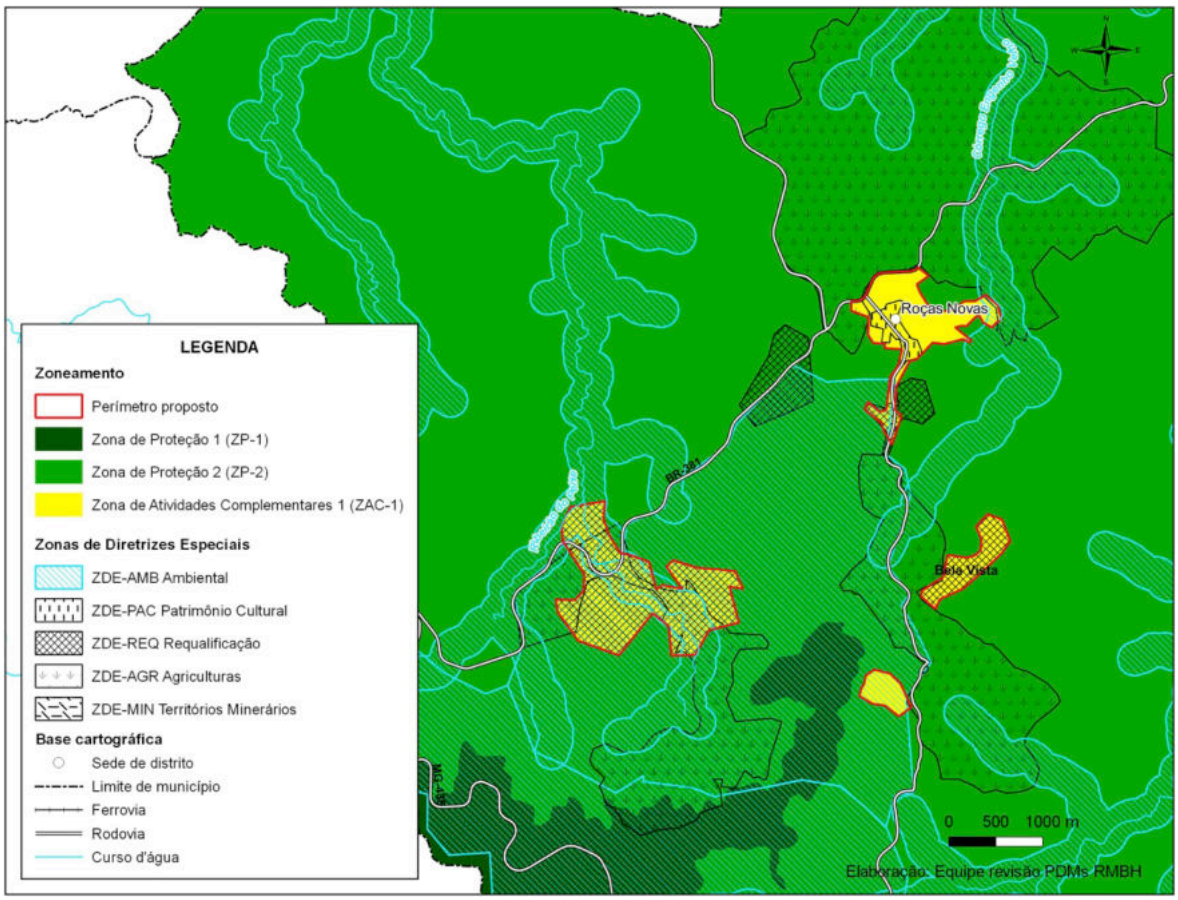
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 16 - Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal – detalhe



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 17 - Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal – detalhe



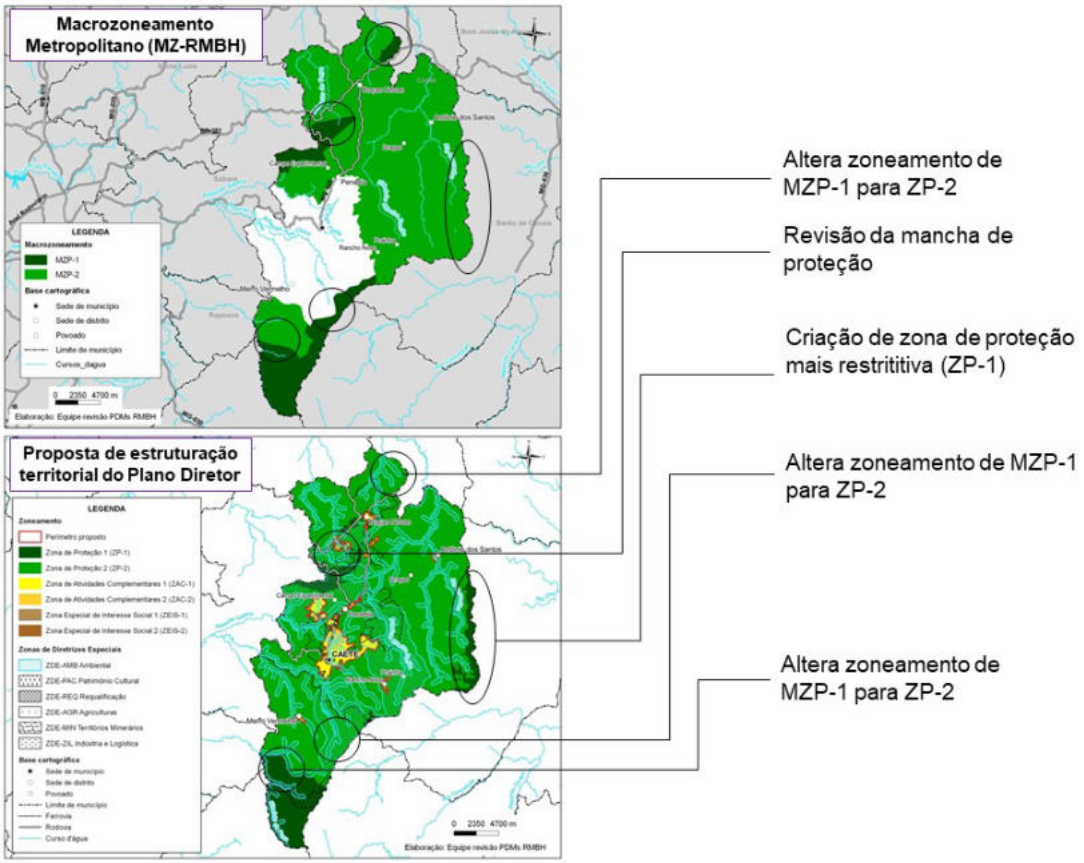
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.6 Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano

Dois critérios orientaram a compatibilização entre a proposta de estruturação territorial do município e o Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH). O primeiro, a opção de que as categorias de zoneamento e sobrezoneamento estabelecidas na proposta de estruturação territorial do município tomariam como referência a nomenclatura e faixas de parâmetros estabelecidos pelas macrozonas e as zonas de diretrizes especiais metropolitanas adotadas pelo MZ-RMBH. O objetivo é a melhor compatibilização, na escala metropolitana, entre as categorias, nomenclaturas e parâmetros urbanísticos adotados no plano diretor em revisão.

O segundo critério foi a compatibilização e especificação, em escala local, das manchas de zoneamento e avanços conceituais propostos pelo Macrozoneamento Metropolitano, especialmente nas áreas do município demarcadas como Zona de Interesse Metropolitano (ZIM). Ao mesmo tempo, conforme apontado na metodologia do trabalho (Produto 3), tal compatibilização entre as propostas metropolitanas e as propostas municipais buscou a efetiva implantação do Macrozoneamento sem prejuízo do interesse local e dos processos de participação e aprofundamento técnico realizados ao longo da revisão do Plano Diretor. Decorre dessa consideração necessários ajustes sobre a proposta do MZ-RMBH que, no caso de Caeté, está representada na figura abaixo que permite identificar as principais diferenças entre a proposta do MZ-RMBH e a proposta de estruturação territorial do Município.

Figura 18 - Macrozoneamento em Caeté



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Dessa forma, a proposta de estrutura territorial proposta para o Município de Caeté é compatível com o macrozoneamento metropolitano, promovendo cinco pequenos ajustes, a saber: (a) alteração do zoneamento (de MZP-1 para ZP2) em pequena área localizada no limite norte do município; (b) revisão do limite da zona de proteção a norte da sede; (c) criação de zona de proteção (ZP-1) no limite leste do município; (d) alteração do zoneamento (de MZP-1 para ZP2) em pequena área localizada no limite sudeste do município; e (e) amplia área de preservação ZP-1.

ANEXO I – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

(LOGOMARCA DA PREFEITURA)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE
OFICINA DO DIAGNÓSTICO SÍNTESE, DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE XXXXXXXXXXXXX

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXX { (*e caso exista*)... e o Conselho das Cidades} convida (m) para a **Audiência Pública: Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do PLANO DIRETOR de XXXXXXXXXXXX**. O evento faz parte da elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo proposto no desenvolvimento metodológico da Revisão do Plano Diretor municipal e tem por objetivo apresentar e discutir o diagnóstico síntese preliminar que subsidia o Diagnóstico Propositivo Participativo; e debater as diretrizes iniciais para as propostas de reestruturação territorial.

Data: xxx de XXXXXX 2017, XXXXX-feira

Local: XXXXXXX (ex. auditório...) Rua xxxxxxz, número xxxx, bairro xxxxx

Horário: das XXXXXX 18h as XXXXXXX 21h30min (3 horas e meia de duração)

Participantes: Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe técnica da UFMG e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.

Pauta: **(1)** Informação da evolução do Processo de Revisão do Plano Diretor do município. **(2)** Apresentação e discussão do Diagnóstico Síntese Preliminar; **(3)** Realização de Oficina Participativa para a manifestação dos participantes, no intuito de definir as diretrizes das propostas de reestruturação territorial, conforme a proposta metodológica da Revisão do Plano Diretor.

Município, data XXXXXXXXXXXXXXX

Nome do Prefeito ou Prefeita
Prefeito ou Prefeita do Município de XXXXXXXXXXXX

Nome do Representante (eventualmente)
Representante do Conselho das Cidades

ANEXO II– LISTA DE PROVIDÊNCIAS PARA ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA DA OFICINA

Aos responsáveis pela organização da Audiência Pública: Oficina de Leitura Técnica

Alguns lembretes de providências necessárias para garantir a qualidade na organização e na logística da Oficina:

1. Credenciamento:
Mesa para o credenciamento
Duas pessoas para colaborar
Obs.: equipe de mobilização (UFMG) está responsável pela lista de presença.

2. Trabalho em grupo (roda de conversa):
Dois espaços amplos apropriados para a dinâmica de grupo
Haverá três mapas que devem ser afixados em um suporte (parede, quadro, muro, etc..)

3. Lanche
A critério da prefeitura

4.Projetor (datashow)
Notebook
Local adequado para projeção (telão ou parede lisa e branca)

Observação: não será necessário cerimonial da prefeitura e/ou câmara municipal. A abertura ficará por conta do/a prefeito/a ou representante

ANEXO III – MATERIAL GRÁFICO DE APOIO À MOBILIZAÇÃO

Oficina de Diretrizes e Propostas para o Plano Diretor de Caeté.
Venha fazer parte do planejamento de nosso município!
DATA: 20/09/17
Quarta-feira
HORA: 18h00
LOCAL: Fundação Educacional de Caeté - Av. Pe. Vicente Cornelio Borges, 422 - José Brandão
Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ
UFMG
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH
Você sabia que a Constituição Federal define a obrigatoriedade do Plano Diretor e o Estatuto da Cidade o regulamenta como instrumento básico da política urbana para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade?
Participe da construção e da aprovação do Plano Diretor de seu município!
http://www.rmbh.org.br/pdm.php

ANEXO IV– PROGRAMAÇÃO DA OFICINA

Programação

Plenária

1. **Abertura |** Credenciamento, Acolhida Institucional, Apresentação dos Presentes, Pauta — **30'**

2. **Balizamento** | Apresentação do Projeto e Diagnóstico Síntese do município — **1h**

Rodas de conversa — 1h30’

Questões instigadoras + Proposição de diretrizes

Plenária — 30’

1. **Relatos**
2. **Fechamento**

ANEXO V – LISTA DE CHAMADAS – OFICINA

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

plano metropolitano
Revisão de Planos Diretores Municipais
RMBH

MINAS GERAIS

Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de CAETÉ
Data 20/ 09 /2017 **Horário:** 18:00
Local: Fundação Educacional de Caeté

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

planoMetropolitano
Revisão de Planos Diretores Municipais | RMBH

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de CAETÉ
Data 20/ 09 /2017 **Horário:** 18:00
Local: Fundação Educacional de Caeté

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Alexandre M. R. Duarte	AC Empreendimentos	99346867	alexandre@atomu.com.br	[illegible]
02	Carlos Santiago	AC Empreend.	999822979	carlos.santiago@lestenorte.com.br	[illegible]
03	Liliane Ferraz Andrade	Mauan Incorp. Ltda	99891.6403	liliane@mauan.com.br	Liliane F.
04	Melque Sedeck T. Camargo			melquecamargo@yahoo.com.br	[illegible]
05	Roberto Antônio A. Aquino	Caravana Cidadania	99346-8316	robertoaaquino@bol.com.br	[illegible]
06	Joaho da Cunha Syu	popular	36510761	[illegible]@oi.com.br	[illegible]
07					
08					

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais – 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

plano Metropolitano — Revisão de Planos Diretores Municipais — RMBH

MINAS GERAIS

Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de CAETÉ
Data 20/ 09 /2017 **Horário:** 18:00
Local: Fundação Educacional de Caeté

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	WANDERLEY V. ANDRADE	[illegible]	3222-1530	contato@mawan.com.br	[signature]
02	[illegible]	ASSOC. RANCHO NOVO	36521194	[illegible]@Hotmail.com	[signature]
03	Lidiane M. dos Santos	[illegible]	35891590	[illegible] .com.br	[signature]
04	Alessandra [illegible]	[illegible]	3589.1640	[illegible]	[signature]
05					
06					
07					
08					

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais – 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de CAETÉ
Data 20 / 09 /2017 Horário: 18:00
Local: Fundação Educacional de Caeté

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Thomaz Henrique Moreira de Castro	Executivo	986297277	thomaz_castro@yahoo.com.br	
02	Weber Leite Marchi	Executivo			
03	Julio Cesar Batista	Executivo			
04	René Renault	Executivo		superintendencia@saaecaete.com.br	
05	Sergio Ferreira dos Santos	Legislativo	998916038		
06	Antônio Monteiro da Silva	Legislativo			
07	Marly Ferreira	Sociedade Civil	998086592	marlyferreiracaete@gmail.com	
08	Ademir Martins Bento	Sociedade Civil	36513689	ademirmb@yahoo.com.br	

Processo de Revisão
planoDiretor

Ord.					Assinatura
09	Melque Zedeck de Camargo Filho	Sociedade Civil	36513827	melquezedeck@bol.com.br	
10	Túlio Pinheiro de Ornelas	Sociedade Civil	36513565	tuliopornellas@gmail.com	
11	Higor Reyluer Franco Zacarias Leite	Sociedade Civil	991921476		
12	Leandro dos Reis Rodrigues	Sociedade Civil	997278303		
13	Maria Emilia Moreira Castro	Prefeitura			
14	Fernanda Franco				
15	Cristina Rosa				
16					
17					
18					
19					

Processo de Revisão
planoDiretor

Reunião PDs
Data:02/05/2017
Horário: 9h
Local Auditório - /Face/UFMG

Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de CAETÉ - 20/09/2017 Equipe UFMG

	Nome	filiação Institucional	e-mail	Assinatura
1	André Veloso	UFMG	andrebveloso@gmail.com	
2	Bruno Fernandes Lima	PUCMinas	brunofmpl@gmail.com	
3	Clarice Libânio	UFMG		
4	Daniel Medeiros de Freitas	EA/UFMG	danielmedeirosdefreitas@gmail.com	
5	Daniela Adil	IGC/UFMG	daniadil.auc@gmail.com	
6	Eduardo M. Memória	EAU/UFMG	eduardommemoria@gmail.com	
7	Geraldo Costa	IGC/UFMG	gemcosta1@gmail.com	
8	Hildelano Delanusse Theodoro		hildelano@yahoo.com	
9	Heloísa Schimidt Andrade	Parangolé	helo.and@uol.com.br	
10	Heloísa Soares Moura Costa	IGC/UFMG	heloisasmcosta@gmail.com	
11	João Bosco Moura Tonucci Filho	IGC/UFMG	jontonucci@gmail.com	
12	Laís Grossi		grossideoliveira.lais@gmail.com	
13	Leandro de Aguiar e Souza	Izabela hendrix	leandrodeaguiar@yahoo.com.br	

* estava presente e não assinou

Processo de Revisão
planoDiretor

Reunião PDs
Data:02/05/2017
Horário: 9h
Local Auditório - /Face/UFMG

	Nome	filiação Institucional	e-mail	Assinatura
14	Leopoldo Curi	EA/UFMG	leopoldocuri@gmail.com	
15	Luciana Bizzotto	UFMG	bizzotto.lu@gmail.com	
16	Luiz Felype B. Almeida	NPGAU//UFMG	luizfelype.almeida@gmail.com	
17	Marcos Brito	UFMG	marcos.britocastro@gmail.com	
18	Marcos Gustavo Pires de Melo	UFMG	marcosgustavo@gmail.com	
19	Mariana Moura	EA/UFMG	marimoura.arq@gmail.com	
20	Matheus Romualdo		matheussr@gmail.com	
22	Nilo Nascimento	EA/UFMG	niloon@ehr.ufmg.br	
24	Roberto Luís Monte-Mór	Cedeplar/Face/UFMG	monte-mor@cedeplar.ufmg.br	
25	Rodolfo Alexandre Cascão Inácio	Parangolé	ocascao@gmail.com	
26	Rodrigo Lemos	IGC/UFMG	rslemosbh@gmail.com	
27	Tiago Guerra		tiguerra@gmail.com	
28	Thais Nassif	EA/UFMG	thaisnassif@gmail.com	
29	Thiago Flores	LUMEs	thiagoduarteflores@gmail.com	
30	Thais Rubioli	LUMEs	thaisrubioli@gmail.com	

Processo de Revisão
planoDiretor

Reunião PDs
Data:02/05/2017
Horário: 9h
Local Auditório - /Face/UFMG

31	Cintya Ornelas	LUMEs	cintyaornelas@gmail.com	
32	Ana Carolina Amoni	LUMEs	anacarolinamag@gmail.com	
33	Pedro Heliodoro	LUMEs	ph-heliodoro@hotmail.com	
34	Mariana Tornelli	LUMEs/Mobs	marianatornelli@gmail.com	
	Victor Gabriel de Souza Lima			
	Tais Freire de Andrade Clark			
	Alice Rennó			
	Jessica Barbosa Amorim			
	Paulo Henrique da Costa			
	Ana Cecília de Souza			
	Wladimir Felipe Drumond Pereira			
	Alisson Henrique Couto			
	Ana Flávia Porto Maia			

Processo de Revisão
planoDiretor

Reunião PDs
Data:02/05/2017
Horário: 9h
Local Auditório - /Face/UFMG

	Equipe ARMBH			
	Nome	**filiação Institucional**	**e-mail**	**Assinatura**
29	Matcus Almeida Nunes	ARMBH		
30	Sabrina Rocha	ARMBH	sabrina.rocha@agenciarmbh.mg.gov.br	
	Camila Knauer	ARMBH	camila.knauer@agenciarmbh.mg.gov.br	
	Julia Laborne	ARMBH	julia.laborne@agenciarmbr.mg.gov.br	
	Mª Luiza Moreira		mluiza.smoreira@gmail.com	

Processo de Revisão
planoDiretor

ANEXO VI – LISTA DE CHAMADAS – ENCONTROS GA

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

UFMG · MINAS GERAIS

Reunião Grupo de Acompanhamento de Caeté - Revisão do Plano Diretor

Data: 24/05/2017 **Horário: 10:00** **Local: FEC**

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Mariana Tonelli				[signature]
02	Fernanda Bárbara Franco				[signature]
03	Ademir Martins Bento	O MACACA			[signature]
04	Thomaz Castro	P.M.C			
05	Sérgio Z. dos Santos	Câmara			[signature]
06					
07					
08					

Título da Reunião: Reunião do Grupo de Acompanhamento de Caeté

Data:21/06/17 **Horário: 10h**
Local: FEC

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Leonarda Bárbara Franco	Sec. meio Ambiente			
02	THOMAZ CASTRO	PMC			
03	ADEMIR MARCIUS BENTO	O MARACA			
04	Melquezedeck de Carvalho Filho	CASP ANTESÃO			
05		PMC			
06	Maria Cristina	FEC			
07					
08					

Processo de Revisão
planoDiretor

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO 6 A CAETÉ 05/07/17

Lamenda Bárbara Franco

THOMAZ CASTRO - TMC.

Leandro de Aguiar e Souza - IFMG

Flavio Henrique Xavier Faustino

Melque Cedeck de Camargo Filho

Edivaldo Aparecido de Souza - RANCHO NOVO

Ademir Martins Bento O MACACA

Mariana Tornelli - ufmg

Processo de Revisão
planoDiretor

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

Revisão Plano Diretor Reunião 6.A Coclé
Título da Reunião:
Responsável **Horário:** 10h **Duração:** 07/06/2017
Local: FEC

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Mariana Tornelli	UFMG			
02	Maria Cristina	Fec			
03	Maria Emília M. de Castro	Prefeitura			
04		SMDS			
05	Marly Ferreira	S. Civil			mferreira
06	Nelson Ledeck de Lamonge F°	S. Civil			
07					
08					

Processo de Revisão
planoDiretor

Reunião do Grupo de Acompanhamento de Caeté
Data 09 / 08 /2017 **Horário:** 09:00
Local: FEC Caeté

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Marly Ferreira				
02	Amanda B. Barco				
03	Ary Roberta Dias				
04	THOMAZ CASSIO	P.M.C	3651-3221		
05	Melqui Zedeck	Casa Artesão	3651 3827		
06	Maria Emília M. Castro	PMC	97132339	3651-3562	
07					
08					

Processo de Revisão
planoDiretor

Encontro Grupo de Acompanhamento de Caeté
Data: 29 / 08 /2017 **Horário:** 09:30
Local: UFMG

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Thomaz Henrique Moreira de Castro	Executivo	986297277	thomaz_castro@yahoo.com.br	
02	Weber Leite Marchi	Executivo			
03	Julio Cesar Batista	Executivo			
04	René Renault	Executivo		superintendencia@saaecaete.com.br	
05	Sergio Ferreira dos Santos	Legislativo	998916038		
06	Antônio Monteiro da Silva	Legislativo			
07	Marly Ferreira	Sociedade Civil	998086592	marlyferreiracaete@gmail.com	
08	Ademir Martins Bento	Sociedade Civil	36513689	ademirmb@yahoo.com.br	

Processo de Revisão
planoDiretor

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

planoMetropolitano
Revisão de Planos Diretores Municipais RMBH

MINAS GERAIS

Ord.					Assinatura
09	Melque Zedeck de Camargo Filho	Sociedade Civil	36513827	melquezedeck@bol.com.br	
10	Túlio Pinheiro de Ornelas	Sociedade Civil	36513565	tuliopornellas@gmail.com	
11	Higor Reyluer Franco Zacarias Leite	Sociedade Civil	991921476		
12	Leandro dos Reis Rodrigues	Sociedade Civil	997278303		
13	Maria Emilia Moreira Castro				
14	Fernanda Franco				
15	Cristina Rosa				Fernanda B. Franco
16	Paulo Sérgio Alves	Associação do Rancho Novo	996725244	paulosergioalvs03@gmail.com	
17	Mariana Torelli				
18					
19					

Encontro Grupo de Acompanhamento de Caeté
Data 13 / 09 /2017 **Horário:** 09:00
Local: FEC

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Thomaz Henrique Moreira de Castro	Executivo	986297277	thomaz_castro@yahoo.com.br	
02	Weber Leite Marchi	Executivo			
03	Julio Cesar Batista	Executivo			
04	René Renault	Executivo		superintendencia@saaecaete.com.br	
05	Sergio Ferreira dos Santos	Legislativo	998916038		
06	Antônio Monteiro da Silva	Legislativo			
07	Marly Ferreira	Sociedade Civil	998086592	marlyferreiracaete@gmail.com	
08	Ademir Martins Bento	Sociedade Civil	36513689	ademirmb@yahoo.com.br	

Processo de Revisão
planoDiretor

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

planoMetropolitano Revisão de Planos Diretores Municipais | RMBH

MINAS GERAIS

Ord.					Assinatura
09	Melque Zedeck de Camargo Filho	Sociedade Civil	36513827	melquezedeck@bol.com.br	[signature]
10	Túlio Pinheiro de Ornelas	Sociedade Civil	36513565	tuliopornellas@gmail.com	
11	Higor Reyluer Franco Zacarias Leite	Sociedade Civil	991921476		
12	Leandro dos Reis Rodrigues	Sociedade Civil	997278303		[signature]
13	Maria Emilia Moreira Castro				[signature]
14	Fernanda Franco				[signature]
15	Cristina Rosa				
16	Paulo Sérgio Alves	Ass. Rancho Novo	996725244	paulosergioalves03@gmail.com	[signature]
17	Mariana Tornelli	Lumes			[signature]
18					
19					

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais – 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

ANEXO VII – REGISTROS FOTOGRÁFICOS

ANEXO VIII – DIVULGAÇÕES FEITAS PELO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Caeté

@PrefeituraMunicipaldeCaete

Página inicial

Sobre

Fotos

Instagram feed

Vídeos

Publicações

Comunidade

Criar uma Página

Curtiu · Seguindo · Recomendar · ···

Prefeitura Municipal de Caeté adicionou 2 novas fotos.
1 h ·

Bom dia, Caeté!

A Prefeitura de Caeté, a Agência de Desenvolvimento da RMBH e a Universidade Federal de Minas Gerais convidam a todos para a última reunião do Plano Diretor, que acontecerá nesta quarta-feira, dia 20 de setembro, às 18 hrs, no Salão da FEC.

Nesta Reunião serão tratados assuntos muito importantes para o crescimento e desenvolvimento do município, juntamente com as instituições parceiras. A participação popular é essencial para a construção de uma cidade cada vez melhor.

Confira os assuntos que serão tratados na reunião e participe!

Processo de Revisão
planoDiretor

APRESENTAÇÃO OFICINA DE DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES

Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares

Fundação Educacional de Caeté – Caeté, 20 de setembro de 2017

Programação

Plenária

1. **Abertura |** Credenciamento, Acolhida Institucional, Apresentação dos Presentes, Pauta — **30'**

2. **Balizamento** | Apresentação do Projeto e Diagnóstico Síntese do município — **1h**

Rodas de conversa — 1h30’

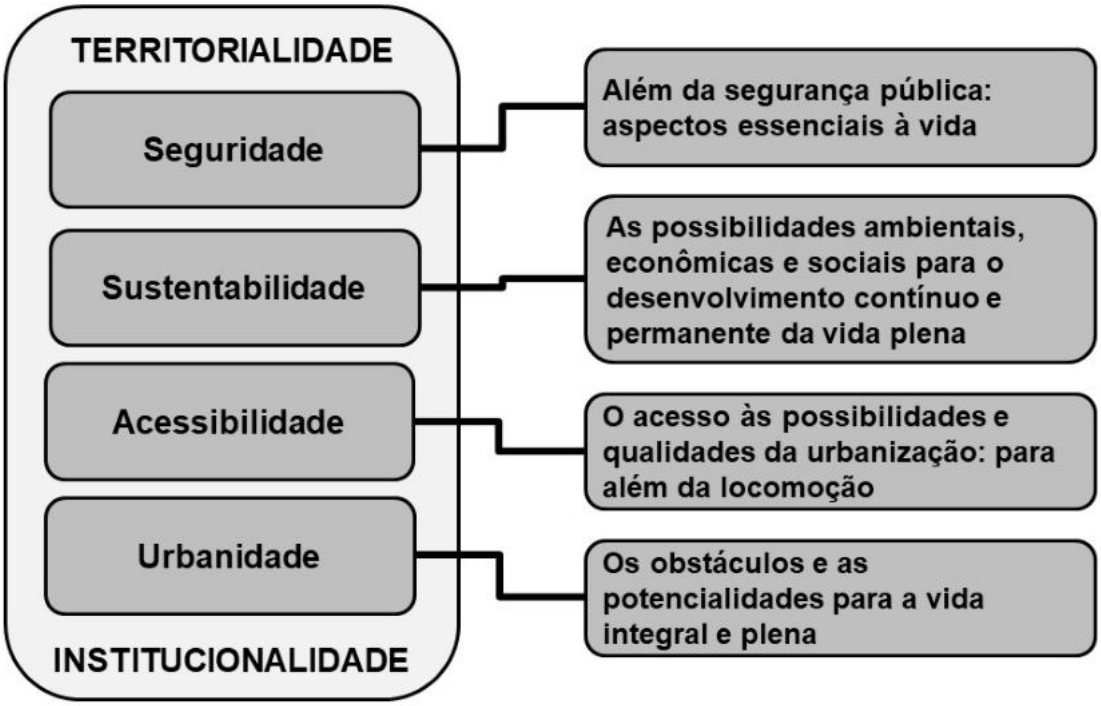
Questões instigadoras + Proposição de diretrizes

Plenária — 30’

1. **Relatos**
2. **Fechamento**

Cronograma Geral do Projeto

O Diagnóstico: Eixos Temáticos Integradores



Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade

Um percentual muito elevado do município 91,31% está inserido em áreas de baixo e médio risco geológico (49,29% e 42,02% respectivamente). As áreas de maior risco no município estão associadas ao contexto da Serra da Piedade e à porção sul do município, próximo à região de Morro Vermelho.

Possui serviços de água, esgoto e resíduos sólidos, com coleta e acesso aos mesmos em larga escala pela população, contando também com coleta seletiva. Possui Plano de Recursos Hídricos (2009) e Plano Municipal de Saneamento Básico (2014).

A dinâmica agrícola é histórica, mas não é forte em termos da economia municipal ou de abrangência populacional. Mas há um potencial a ser incentivado em Roças Novas e Antônio dos Santos, com a produção de café, leite, queijo, mel e hortifrúti.

Há um grande conflito entre a produção agropecuária e o abastecimento de água em Ribeiro Bonito e Rancho Novo na porção oeste do município, onde ocorre a plantação de eucaliptos.

Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade

Produção econômica centrada na atividade minerária, com impactos sobre as sub-bacias dos principais cursos d'água de Caeté

Desejo de maior desenvolvimento do potencial turístico do município, relacionado ao patrimônio natural, cultural e histórico do município

As principais estruturas turísticas estão localizadas no Santuário da Serra da Piedade e no entorno do núcleo urbano de Roças Novas (Hotel Fazenda Tauá), com poucas repercussões nos demais distritos e localidades

As principais estruturas produtivas (em operação, projeto ou inativas) estão localizadas nas porções norte e sul do município, com menores repercussões nos demais distritos e localidades

Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade

Um percentual muito elevado do município 91,31% está inserido em áreas de baixo e médio risco geológico (49,29% e 42,02% respectivamente). As áreas de maior risco no município estão associadas ao contexto da Serra da Piedade e à porção sul do município, próximo à região de Morro Vermelho.

A região no entorno da Serra da Piedade apresenta o maior nível de restrição de uso, o mesmo caso acontece na porção mais a sul do município, com diferentes níveis de restrição. Na região central do território municipal percebe-se áreas com menor nível de restrição, com exceção das áreas inseridas nas bacias do Juca Vieira, Ribeiro Bonito e APA do Descoberto que apresentam restrições nos planos diretores e de enquadramento dos corpos d'água.

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade

Núcleos urbanos fragmentados pelo território municipal

Grandes áreas ocupadas por chacreamentos

Crescimento recente na região de Vila das Flores e bairros Paineiras/Dom Carmelo e Vista da Serra

Áreas de fragilidade urbanística concentradas na porção sul da sede

Generalização de problemas relacionados à irregularidade fundiária, particularmente na área rural

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade

Grande proporção de moradias contabilizadas como inadequadas devido ao ônus excessivo com aluguel, apesar da baixa inserção do município na dinâmica metropolitana

Claros focos de precariedade nas franjas urbanas na porção sul da sede

Problemas na qualidade e inserção das moradias de interesse social produzidas recentemente

Quantidade e diversidade de equipamentos, ainda que relativamente concentrados na porção norte da sede

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade

Precariedade na integração municipal e nas estradas rurais entre sede e distritos; Baixa conexão entre distritos;

Potencialidade, por meio de intervenções, de desenvolvimento de articulação metropolitana no eixo leste e sul – Nova Lima, Raposos, Sabará, Barão de Cocais, Taquaraçu de Minas e Nova União.

Pressão na malha viária da sede e baixa infraestrutura para deslocamentos a pé, de bicicleta e para pessoas com mobilidade reduzida.

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade

Base legal para a preservação do Patrimônio Cultural sólida. Conselho atuante.

Realização do IPAC - IEPHA-MG Arrecadação com ICMS P.Cultural Patrimônio Material e Imaterial de grande expressão com muitos bens culturais inventariados, registrados e tombados.Sede e Distritos.

Núcleo do Centro Histórico - com perímetro de tombamento e perímetro do entorno.

Patrimônio Cultural nos Distritos e Povoados, destaque para Antônio dos Santos, Roças Novas, Penedia e Morro Vermelho.

Patrimônio Natural - Morro do Serrote Pedra Branca - Serra da Piedade - Serra do Ganderela (presença de grutas e cavernas) - Qualidades Ambientais e Paisagísticas

Requalificação ou Proteção: Núcleo do Centro Histórico, Antiga Estação Ferroviária, Cemitério dos Ingleses (arqueologia) Viracopos (arqueologia) Cerâmica João Pinheiro Antiga Fábrica da Companhia Ferro Brasileira

Delimitação de Perímetro ou Área de proteção: Morro Vermelho, Antônio dos Santos, Roças Novas e Penedia.

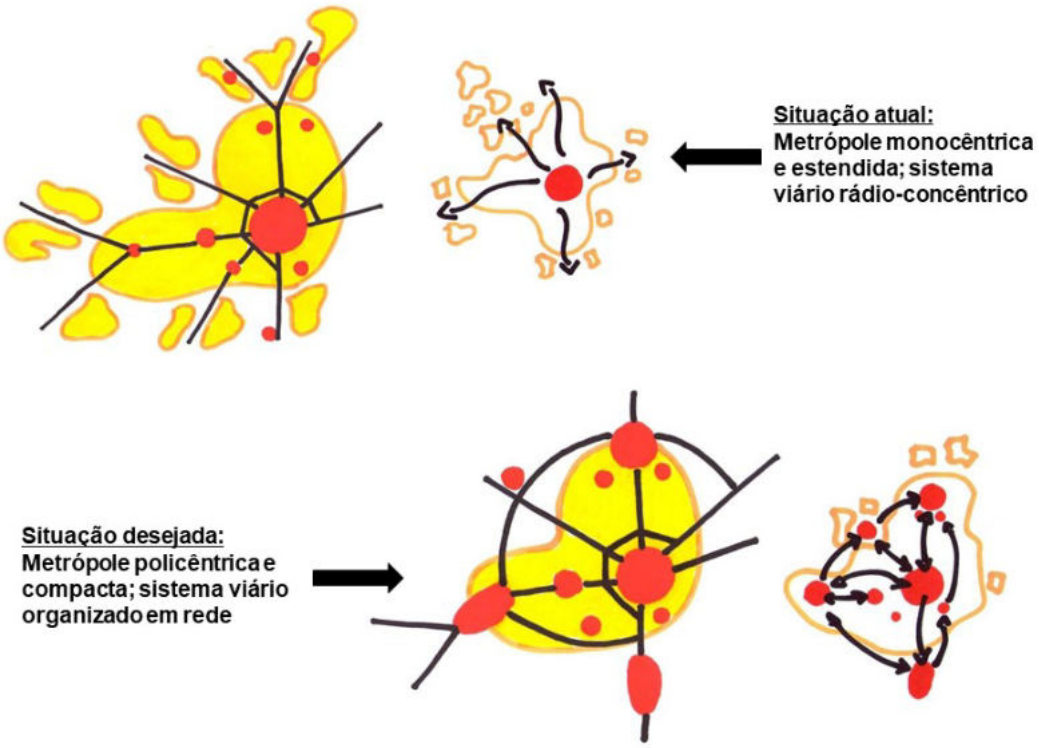
Delimitação de Perímetro de proteção: Morro do Serrote e Pedra Branca - ocupações irregulares - expansão urbana comprometimento ambiental e paisagístico

Explorar benefícios gerados com o turismo na Serra da Piedade

PDDI: Macro-Diretrizes de Reorganização Territorial e Propostas de Reestruturação Territorial

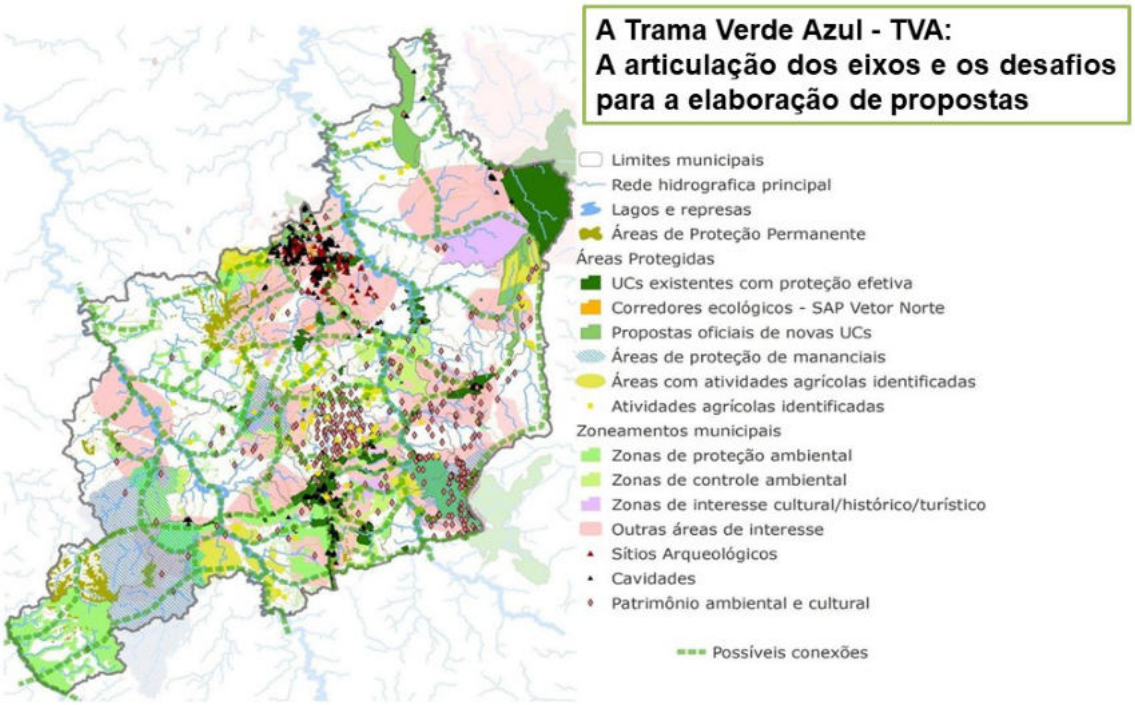
- Redução das desigualdades sócio-espaciais
- Transporte como indutor da ocupação e do uso do solo
- Mobilidade metropolitana organizada em rede
- Criação de novas centralidades
- Habitação como função estruturante
- Complexos Ambientais Culturais
- Proteção dos Recursos Hídricos
- Planejamento do crescimento da RMBH

- Criação e/ou fortalecimento de centralidades urbanas em rede
- Rede metropolitana de mobilidade intermodal eficiente e de baixo impacto ambiental: melhoria das possibilidades de articulação e deslocamento entre as várias porções da RMBH
- Estratégia de *descentralização concentrada*
- Intensificação do uso do espaço urbano
- Contenção da expansão urbana periférica
- Valorização e proteção das áreas destinadas à produção agropecuária e artesanal, e estimulo a atividades produtivas sustentáveis e criativas na fronteira rural/urbana
- Ampliação das áreas permeáveis urbanas, restauração e revitalização de cursos d'água
- Consolidação das diretrizes de reestruturação territorial e territorialização das propostas do PDDI a partir de um marco regulatório para a ocupação e uso do solo da RMBH, e promoção da gestão compartilhada nos casos de prevalência do interesse metropolitano sobre o municipal


Situação atual:
Metrópole monocêntrica e estendida; sistema viário rádio-concêntrico
Situação desejada:
Metrópole policêntrica e compacta; sistema viário organizado em rede

Físico-Ambiental
Sociocultural
Dimensões
da Trama
Verde-Azul
Seguridade Sócio-Ambiental
Mobilidade

Do diagnóstico às propostas: a TVA



Dinâmica da oficina

- **A apresentação do grupo**
- **A forma da roda de conversa e as provocações**
- **Os instrumentos de consulta e orientação**
- **O registro e compartilhamento das proposições**

Questões para debate (Grupo 1)

1. Que diretrizes e políticas podemos pensar para controlar a expansão urbana? Como podemos melhorar a urbanização e garantir infraestrutura para áreas em crescimento? Como lidar com a irregularidade fundiária?

2. Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local para além da mineração? É possível pensar em áreas do município voltadas para o desenvolvimento econômico?

3. Como promover e melhorar a integração municipal de Caeté, principalmente entre os diversos distritos? Como priorizar e melhorar o deslocamento por bicicleta, a pé, e de pessoas com mobilidade reduzida, principalmente na sede municipal?

4. Quais diretrizes podem ser pensadas para o desenvolvimento do espaço rural? Como fortalecer a produção local, turismo, patrimônio e cultura?

5. Que políticas e áreas de preservação ambiental são importantes para o município? Quais as orientações para a construção da Trama Verde e Azul? Como estabelecer condições e valorações para o produtor de água, sobretudo nas sub-bacias dos seguintes cursos d'água: Ribeirão Ribeiro Bonito, Córrego da Pimenta, Ribeirão Comprido, Ribeirão Juca Vieira, Córrego Caeté, Rio Vermelho?

Questões para debate (Grupo 2)

1. Que políticas e áreas de preservação ambiental são importantes para o município? Quais as orientações para a construção da Trama Verde e Azul? Como estabelecer condições e valorações para o produtor de água, sobretudo nas sub-bacias dos seguintes cursos d'água: Ribeirão Ribeiro Bonito, Córrego da Pimenta, Ribeirão Comprido, Ribeirão Juca Vieira, Córrego Caeté, Rio Vermelho?

2. Que medidas podem ser pensadas para diversificar e ampliar a economia local para além da mineração? É possível pensar em áreas do município voltadas para o desenvolvimento econômico?

3. Quais diretrizes podem ser pensadas para o desenvolvimento do espaço rural? Como fortalecer a produção local, turismo, patrimônio e cultura?

4. Como promover e melhorar a integração municipal de Caeté, principalmente entre os diversos distritos? Como priorizar e melhorar o deslocamento por bicicleta, a pé, e de pessoas com mobilidade reduzida, principalmente na sede municipal?

5. Que diretrizes e políticas podemos pensar para controlar a expansão urbana? Como podemos melhorar a urbanização e garantir infraestrutura para áreas em crescimento? Como lidar com a irregularidade fundiária?

Espaço Digital Plano Diretor de Caeté

www.rmbh.org.br/plano/caete

Obrigado!

Para mais informações, entre em contato conosco:
(31) 3234-0301
mobs@rmbh.org.br
geop@rmbh.org.br
sabrina.rocha@agenciarmbh.mg.gov.br
julia.laborne@agenciarmbh.mg.gov.br

www.rmbh.org.br/plano/caete
http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/revisao-dos-planos-diretores/
http://www.rmbh.org.br/pdm.php

Processo de Revisão

planoDiretor

Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS

GOVERNO DE TODOS